



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina



RELATÓRIO DE GESTÃO **EXERCÍCIO 2019**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-SC 020/2015

2019

APRESENTAÇÃO

Relatório de Gestão do exercício de 2019 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que este Tribunal de Justiça está obrigado, nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal de 1988, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa n. 20/2015-TCE/SC.

Desembargador Ricardo Roesler

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Unidade Jurisdicionada: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.845.701/0001-59

Endereço: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Florianópolis, Santa Catarina. CEP 88020-901.

Telefone: 3287-1000

Home: www.tjsc.jus.br

Legislação: Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina - Lei Estadual n. 5.624, de 09 de novembro de 1979, com alterações posteriores.

ROL DE RESPONSÁVEIS

Nome: Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

CPF: 510.929.999-49

Endereço funcional: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88020-901

Telefone: 3287-2500

E-mail: presidente@tjsc.jus.br

Informações do cargo:

Natureza da responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n. 20/2015) – Autoridade máxima da unidade jurisdicionada

Nome do cargo: Presidente

Eleito pelo Tribunal Pleno na Sessão n. 391, do dia 6 de dezembro de 2017. Posse em 2/2/2018, Sessão solene n. 392.

Período de gestão no exercício:

2/2/2018 a 31/1/2020

Nome: Ricardo José Roesler

CPF: 311.246.909-72

Endereço funcional: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Torre II, 8º andar, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88020-901

Telefone: 3287-2500

E-mail: presidente@tjsc.jus.br

Informações do cargo:

Natureza da responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n. 20/2015) – Autoridade máxima da unidade jurisdicionada

Nome do cargo: Presidente

Eleito pelo Tribunal Pleno na Sessão n. 415, do dia 4 de dezembro de 2019.

Posse em 31/1/2020, Sessão solene n. 417

Período de gestão no exercício:

31/1/2020 a 1º/2/2022

COMPOSIÇÃO

DESEMBARGADORES

Pedro Manoel Abreu
Cláudio Barreto Dutra
Luiz César Medeiros
Sérgio Roberto Baasch Luz
Antonio do Rêgo Monteiro Rocha
Fernando Carioni
José Antônio Torres Marques
Marcus Tulio Sartorato
Salette Silva Sommariva
Ricardo Orofino da Luz Fontes
Salim Schead dos Santos
Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Cid José Goulart Júnior
Jaime Ramos
Alexandre d'Ivanenko
Moacyr de Moraes Lima Filho, **1º Vice-Presidente**
Sérgio Izidoro Heil
José Carlos Carstens Köhler
João Henrique Blasi
Jorge Luiz de Borba
Rejane Andersen
Jânio de Souza Machado
Soraya Nunes Lins
Sônia Maria Schmitz
Henry Goy Petry Junior, **Corregedor-Geral da Justiça**
Raulino Jacó Brüning
Roberto Lucas Pacheco, **Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial**
Jairo Fernandes Gonçalves
João Batista Góes Ulysséa
Ronei Danielli
Luiz Fernando Boller
Paulo Roberto Sartorato
Tulio José Moura Pinheiro
Carlos Alberto Civinski
Ricardo José Roesler
Robson Luz Varella
Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço, **Presidente**
Sérgio Antônio Rizelo
Denise Volpato
Getúlio Corrêa
Sebastião César Evangelista
Ernani Guetten de Almeida
Carlos Adilson Silva, **2º Vice-Presidente**
Rogério Mariano do Nascimento
Stanley da Silva Braga
Altamiro de Oliveira, **3º Vice-Presidente**

Saul Steil
Newton Varella Júnior
Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli
Odson Cardoso Filho
Gilberto Gomes de Oliveira
José Everaldo Silva
Volnei Celso Tomazini
Paulo Henrique Moritz M. da Silva
Leopoldo Augusto Bruggemann
Júlio César Knoll
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Janice Goulart Garcia Ubiali
Cláudia Lambert de Faria
Rubens Schulz
Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto
André Carvalho
Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer
Jorge Luis Costa Beber
Guilherme Nunes Born
Luiz Zanelato
André Luiz Dacol
Jaime Machado Júnior
Hélio do Valle Pereira
Gerson Cherem II
Dinart Francisco Machado
Rosane Portella Wolff
Denise de Souza Luiz Francoski
Artur Jenichen Filho
Vilson Fontana
Luiz Cesar Schweitzer
Luiz Neri Oliveira de Souza
Norival Acácio Engel
Paulo Ricardo Bruschi
Helio David Vieira Figueira dos Santos
Júlio César Machado Ferreira de Melo
José Agenor de Aragão
Sidney Eloy Dalabrida
Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva
Hildemar Meneguzzi de Carvalho
Álvaro Luiz Pereira de Andrade
Luiz Antônio Zanini Fornerolli
Haidée Denise Grin
Selso de Oliveira
Antônio Zoldan da Veiga
Carlos Roberto da Silva
Osmar Nunes Júnior
Luiz Felipe Siegert Schuch
José Maurício Lisboa

JUÍZA DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU

Bettina Maria Maresch de Moura

DIRIGENTES

(Biênio 2018/2020)

Presidência

Desembargador Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

Primeira Vice-Presidência

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho

Corregedoria-Geral da Justiça

Desembargador Henry Petry Junior

Segunda Vice-Presidência

Desembargador Carlos Adilson Silva

Terceira Vice-Presidência

Desembargador Altamiro de Oliveira

Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial

Desembargador Roberto Lucas Pacheco

Coordenadoria de Magistrados

Juiz Rafael Germer Condé

Juízes Auxiliares

Juíza Carolina Ranzolin Nerbass, Presidência – **Núcleo**

Administrativo

Juiz Rafael Mass dos Anjos, Presidência – **Núcleo Jurídico**

Juiz Laudenir Fernando Petroncini, Presidência – **Núcleo**

Financeiro

Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha, **1ª Vice-Presidência**

Juízes Corregedores

Juiz Ricardo Rafael dos Santos, **Núcleo I**

Juiz Orlando Luiz Zanon Junior, **Núcleo II**

Juíza Sônia Eunice Odwazny, **Núcleo III**

Juiz Marco Augusto Ghisi Machado, **Núcleo IV**

Juiz Rodrigo Tavares Martins, **Núcleo V**

Gabinete da Presidência

Carlos André Carlini, **Chefe de Gabinete**

Fernanda do Nascimento Müller De Villamartin, **Atividades Específicas**

Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça

Cícero Diogo Meneguzzi Metz

Casa Militar

Tenente-Coronel Emerson Fernandes, **Chefe**

Major Cristiano Medeiros, **Subchefe**

Diretoria-Geral Administrativa

Rodrigo Granzotto Peron

Diretoria-Geral Judiciária

Maurício Walendowsky Spricigo

Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual

Tatiana Costa Cassio

Diretoria de Cumprimento Processual Remoto do Primeiro Grau

Marcos Fernandes Pereira Raccioppi

Diretoria de Documentação e Informações

Ricardo Albino França

Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Everton William Tischer

Diretoria de Gestão de Pessoas

Raphael Jaques de Souza

Diretoria de Infraestrutura

Fernanda de Jesus

Diretoria de Material e Patrimônio

Graziela Cristina Zanon Meyer Juliani

Diretoria de Orçamento e Finanças

Eduardo Cardoso Silva

Diretoria de Recursos e Incidentes

Boris Leonel Kruger

Diretoria de Saúde

José Eduardo Cacesse Shiozawa

Diretoria de Tecnologia da Informação

Rafael Giorgio Ferri

Auditoria Interna

Blévio Nunes, **Coordenador**

DIRIGENTES

(Biênio 2020/2022)

Presidência

Desembargador Ricardo José Roesler

Primeira Vice-Presidência

Desembargador João Henrique Blasi

Corregedoria-Geral da Justiça

Desembargadora Soraya Nunes Lins

Segunda Vice-Presidência

Desembargador Volnei Celso Tomazini

Terceira Vice-Presidência

Desembargador Salim Schead dos Santos

Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial

Desembargador Dinart Francisco Machado

Coordenadoria de Magistrados

Juiz Rafael Germer Condé

Juízes Auxiliares

Juíza Carolina Ranzolin Nerbass, **Presidência – Núcleo**

Administrativo

Juiz Cláudio Eduardo Régis de Figueiredo e Silva, **Presidência – Núcleo Jurídico**

Juiz Romano José Enzweiler, **Presidência – Núcleo Financeiro**

Juiz Bruno Makowiecky Salles, **1ª Vice-Presidência**

Juízes Corregedores

Juiz Jber Farah Filho, **Núcleo I**

Juiz Silvio José Franco, **Núcleo II**

Juiz Ruy Fernando Falk, **Núcleo III**

Juiz Rafael Maas dos Anjos, **Núcleo IV**

Juiz Rodrigo Tavares Martins, **Núcleo V**

Gabinete da Presidência

Fernanda do Nascimento Müller De Villamartin, **Chefe de**

Gabinete

Marcos Leon Bianchi, **Atividades Específicas**

Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça

Silvana Zardo Vieira

Casa Militar

Coronel Adilson Luiz da Silva, **Chefe**

Tenente-Coronel Cristiano Medeiros, **Subchefe**

Diretoria-Geral Administrativa

Rodrigo Granzotto Peron

Diretoria-Geral Judiciária

Maurício Walendowsky Spricigo

Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual

Tatiana Costa Cassio

Diretoria de Cumprimento Processual Remoto do Primeiro Grau

Marcos Fernandes Pereira Raccioppi

Diretoria de Documentação e Informações

Ricardo Albino França

Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Everton William Tischer

Diretoria de Gestão de Pessoas

Rafael Giogio Ferri

Diretoria de Infraestrutura

Fernanda de Jesus

Diretoria de Material e Patrimônio

Graziela Cristina Zanon Meyer Juliani

Diretoria de Orçamento e Finanças

Eduardo Cardoso Silva

Diretoria de Recursos e Incidentes

Boris Leonel Kruger

Diretoria de Saúde

José Eduardo Cacese Shiozawa

Diretoria de Tecnologia da Informação

Anna Cláudia Krüger

Auditoria Interna

Blévio Nunes, **Coordenador**

COLEGIADOS DE GESTÃO

CONSELHO DE POLÍTICAS JURISDICIONAIS E ADMINISTRATIVAS

Membros

Desembargador Rodrigo Collaço, **Presidente**
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, **1º Vice-Presidente**
Desembargador Henry Petry Júnior, **Corregedor-Geral da Justiça**
Desembargador Luiz César Medeiros, **Diretor Executivo da Academia Judicial**
Desembargador Carlos Adilson Silva, **2º Vice-Presidente**
Desembargador Altamiro de Oliveira, **3º Vice-Presidente**
Desembargador Roberto Lucas Pacheco, **Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial**
Desembargador Luiz Fernando Boller, **integrante do Grupo de Câmaras de Direito Público**
Desembargadora Denise Volpato, **integrante do Grupo de Câmaras de Direito Civil**
Desembargador Mariano do Nascimento, **integrante do Grupo de Câmaras de Direito Comercial**
Desembargador Júlio César Machado Ferreira de Melo, **integrante da Seção Criminal**
Juíza Maria de Lourdes Simas Porto, **Presidente do Comitê Orçamentário, de Gestão de Pessoas e de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição**
Juíza Cândida Inês Zoellner Brugnoli
Juiz Juliano Serpa
Juiz João Carlos Franco
Juiz Luciano Fernandes da Silva

Secretário

Maurício Walendowsky Sprícigo, **Diretor-Geral Judiciário**

Chefe da Secretaria

Karin Tatiana Gianello Schmitz Arêas

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Membros

Desembargador Rodrigo Collaço, **Presidente**
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, **1º Vice-Presidente**
Desembargador Henry Petry Júnior, **Corregedor-Geral da Justiça**
Desembargador Carlos Adilson Silva, **2º Vice-Presidente**
Desembargador Altamiro de Oliveira, **3º Vice-Presidente**
Desembargador Roberto Lucas Pacheco, **Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial**
Desembargador Luiz Zanelato (substituído por Antônio Zoldan da Veiga – Portaria GP n. 120/2019)

Desembargador Gerson Cherem II
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski
Desembargador Artur Jenichen Filho
Desembargador Luiz Neri Oliveira de Souza
Desembargador Hélio David Vieira Figueira dos Santos (substituído pelo Desembargador Júlio César Knoll – Portaria GP n. 482/2019, com revogação da designação pela Portaria GP n. 49/2020, em 13/1/2020)

Secretário

Maurício Walendowsky Sprícigo, **Diretor-Geral Judiciário**

Chefe da Secretaria

Karin Tatiana Gianello Schmitz Arêas

CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA (FRJ)

Desembargador Carlos Alberto Civinski, **Presidente**
Procurador de Justiça Cid Luiz Ribeiro Schmitz,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Advogado Juliano Mandelli Moreira

SISTEMA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS (SIDEJUD)

Desembargador Ernani Guetten de Almeida, **Presidente**
Desembargador Ronei Danielli
Rodrigo Granzotto Peron, **Diretor-Geral Administrativo**
Eduardo Cardoso Silva, **Diretor de Orçamento e Finanças**

CONSELHO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (CSI)

Desembargador Getúlio Corrêa, **Coordenador**
Desembargador Sidney Dalabrida, **Coordenador-Adjunto**
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass, **Juíza Auxiliar da Presidência**
Juiz Rodrigo Tavares Martins, **Juiz Corregedor**
Juiz Gustavo Emelau Marchiori
Mauro Cândido dos Santos Rodrigues, **Delegado da Polícia Civil**
Tenente-Coronel Emerson Fernandes, **Chefe da Casa Militar**
Juiz Murilo Leirião Consalter, **suplente**

COMISSÃO DO CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, **Presidente**
Desembargador André Luiz Dacol
Advogado Leonardo Reis de Oliveira
Desembargador Salim Schead dos Santos, **suplente**

COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, **Presidente**
Desembargador Saul Steil
Desembargador Newton Varella Júnior
Desembargadora Vera Lúcia Ferreira Copetti
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski
Juiz Paulo Eduardo Huergo Farah
Juíza Naiara Brancher, **suplente**

COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, **Presidente**
Desembargador Gerson Cherem II
Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha

COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, **Presidente**
Desembargador Ronei Danielli
Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva
Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto
Desembargador Jorge Luis Costa Beber

COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, **Presidente**
Desembargador Ronei Danielli
Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva
Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto
Desembargador Jorge Luis Costa Beber

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO, DE GESTÃO DE PESSOAS E DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Membros

Juíza Maria de Lourdes Simas Porto, **Presidente**
Juiz Marcelo Pons Meirelles
Juíza Fernanda Pereira Nunes
Juíza Anuska Felski da Silva
Juiz Vitoraldo Bridi
Raphael Jaques de Souza
Alessandro Schotten Becker
Alcides Alonso Leonel
Daniel Henrique Sprotte Lima
Helio Lentz Puerta Neto
Fábio Ramos Bittencourt
Fabiano Antonio da Silva

Suplentes

Juiz Rafael Araújo Rios Schmitt

Juiz Humberto Goulart da Silveira
Juiz Uziel Nunes de Oliveira
Juiz Érica Lourenço de Lima Ferreira
Juiz Rafael Maas dos Anjos
Déborah Moraes de Jesus
Marlo Lawin
Anderson Luz dos Santos
Sarajane Rodrigues Candeia
Daniele Búrigo Marques Heinzen
Jaime Gaio
Márcio César Cipriani
Daniel Henrique Sprotte de Lima

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Desembargador Rodrigo Collaço, **Coordenador**
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, **1º Vice-Presidente**
Desembargador Henry Goy Petry Junior, **Corregedor-Geral da Justiça**
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass
Juiz Laudenir Fernando Petroncini
Maurício Walendowsky Spricigo, **Diretor-Geral Judiciário**
Rodrigo Granzotto Peron, **Diretor-Geral Administrativo**
Rafael Giorgio Ferri, **Diretor de Tecnologia da Informação**

COMITÊ GESTOR DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS (CGDA)

Maurício Walendowsky Spricigo, **Presidente**
Rodrigo Granzotto Peron, **Diretor-Geral Administrativo**
Ricardo Albino França, **Diretor de Documentação e Informações**
Rafael Giorgio Ferri, **Diretor de Tecnologia da Informação**
Marcos Rodolfo da Silva, **Chefe da Divisão de Arquivo**
Adelson André Brüggemann, **Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário**

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (CEIJ)

Desembargadora Rosane Portella Wolff, **Coordenadora**
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass, **Cooperadora Institucional**
Juiz Rodrigo Tavares Martins, **Cooperador Institucional**
Juiz Giancarlo Bremer Nones, **Cooperador Técnico**

Conselho Consultivo

Juíza Ana Cristina Borba Alves
Juiz André Milani
Juíza Brigitte Remor de Souza May
Juiz Cláudio Barbosa Fontes Filho
Juíza Cristina Paul Cunha Bogo

Juíza Daniela Fernandes Dias Morelli
Juíza Elaine Cristina de Souza Freitas
Juiz Evandro Volmar Rizzo
Juíza Fabrícia Alcantara Mondin
Juiz Fernando Machado Carboni
Juiz Giancarlo Bremer Nones
Juíza Joana Ribeiro
Juíza Karina Müller Queiroz de Souza
Juiz Luciano Fernandes da Silva
Juiz Márcio Rene Rocha
Juiz Marcos d'Ávila Scherer
Juíza Maria de Lourdes Simas Porto
Juiz Maycon Rangel Favareto
Juíza Miriam Regina Garcia Cavalcanti
Juíza Nayana Scherer
Juiz Raphael Mendes Barbosa
Juiz Ricardo Alexandre Fiuza
Juíza Sabrina Menegatti Pítsica
Juiz Samuel Andreis
Juíza Simone Faria Locks
Juíza Surami Juliana dos Santos Heerdt
Juiz Tanit Adrian Perozzo Daltoé

COORDENADORIA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (CEVID)

Desembargadora Salete Silva Sommariva, **Coordenadora**
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass, **Cooperadora Institucional**
Juiz Rodrigo Tavares Martins, **Cooperador Institucional**
Juiz Rafael Germer Condé, **Coordenador de Magistrados**

COORDENADORIA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS E NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (COJEPMEC)

Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli, **Coordenadora**

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL (GMF)

Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann, **Supervisor**
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, **Cooperadora Institucional**
Juiz Rodrigo Tavares Martins, **Cooperador Institucional**
Juiz Frederico Andrade Siegel, **Cooperador Técnico**

NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL (NIS)

Coordenador

Desembargador Sidney Eloy Dalabrida

Divisão de Inteligência

Delegado Mauro Cândido dos Santos Rodrigues

Divisão de Contraineligência

Tenente-Coronel Emerson Fernandes

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Desembargador Ronei Danielli, **Coordenador**

Ângelo Lima Medeiros, **Assessor de Imprensa**

Tathiana Nogueira Mendes Carlin, **Assessora de Cerimonial**

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES (NUGEP)

Comissão Gestora

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho

Desembargador Carlos Adilson Silva

Desembargador Altamiro de Oliveira

Coordenadora

Samira Regina Malheiros

SUMÁRIO

FEVEREIRO DE 2020

INDICADORES ESTRATÉGICOS	11
PRODUTIVIDADE NO PRIMEIRO GRAU	43
PRODUTIVIDADE NO SEGUNDO GRAU	45
OBRAS	47
CONTAS PÚBLICAS	56
GESTÃO DE PESSOAS	75
CONTRATOS E CONVÊNIOS.....	80
MODERNIZAÇÃO	82
AÇÕES SOCIAIS NA ÁREA-FIM	86
AÇÕES DE CIDADANIA	86
INDICAÇÃO DO ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL	86
CONTROLE INTERNO – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO PERÍODO	86

INDICADORES ESTRATÉGICOS

PERSPECTIVA CIDADÃOS – CI

CI 1 – Garantir a humanização do atendimento e buscar satisfação dos cidadãos

CI 1.1 – Índice de satisfação do usuário

CI 2 – Aprimorar a comunicação institucional

CI 2.1 – Índice de matérias institucionais positivas

PERSPECTIVA SERVIÇOS – SE

SE 1 – Tornar a atividade jurisdicional célere e efetiva

SE 1.1 – Tempo de tramitação dos processos baixados de 1º grau

SE 1.2 – Tempo de tramitação dos processos baixados de 2º grau

SE 1.3 – Tempo da sentença nos processos de conhecimento de 1º grau

SE 1.4 – Tempo da decisão terminativa de processo de 2º grau

SE 1.5 – Produtividade de juízes de 1º grau

SE 1.6 – Produtividade de desembargadores e juízes de 2º grau

SE 1.7 – Índice de atendimento à demanda do 1º grau

SE 1.8 – Índice de atendimento à demanda do 2º grau

SE 1.9 – Taxa de congestionamento no 1º grau

SE 1.10 – Taxa de congestionamento no 2º grau

SE 2 – Aprimorar práticas autocompositivas

SE 2.1 – Percentual de acordos realizados pelo sistema não adversarial

SE 2.2 – Percentual de conflitos, na área cível, resolvidos por acordo

SE 3 – Promover a cidadania e iniciativas de valor social

SE 3.1 – Tempo para resolução de ações de maior impacto social

SE 3.2 – Número de pessoas beneficiadas por serviços ou projetos sóciojurídicos

PERSPECTIVA PESSOAS E RECURSOS – PR

PR 1 – Desenvolver permanentemente conhecimentos, habilidades e atitudes

PR 1.1 – Percentual de colaboradores capacitados

PR 1.2 – Horas de capacitação por colaborador

PR 1.3 – Índice de efetividade da capacitação

PR 1.4 – Índice de satisfação dos colaboradores com relação às oportunidades de desenvolvimento profissional

PR 2 – Fomentar ações para a melhoria da saúde e do clima organizacional

PR 2.1 – Índice de satisfação dos colaboradores

PR 2.2 – Percentual de dias de afastamento por motivo de saúde própria

PR 2.3 – Percentual de colaboradores afastados por motivo de saúde própria

PR 3 – Assegurar soluções adequadas de tecnologia da informação e comunicação

PR 3.1 – Número de dias em que prazos processuais foram prorrogados em função da indisponibilidade do sistema

PR 3.2 – Índice de satisfação dos colaboradores em relação aos serviços de TIC

PR 4 – Garantir infraestrutura adequada à prestação de serviços

PR 4.1 – Nota do plano de obras

PERSPECTIVA GESTÃO – GE

GE 1 – Disseminar a cultura do planejamento com ênfase no alinhamento estratégico assegurando a gestão participativa

GE 1.1 – Índice de unidades do 1º Grau com planos de ação implementados

GE 1.2 – Índice de colaboradores capacitados em Planejamento Estratégico

GE 2 – Otimizar a aplicação dos recursos, estabelecendo prioridades para a execução da estratégia

GE 2.1 – Índice das contratações realizadas no prazo ideal

GE 2.2 – Custo do processo baixado

GE 3 – Implementar a gestão por desempenho e assegurar a melhoria contínua dos processos de trabalho

GE 3.1 – Índice de colaboradores capacitados em Gestão de Processos de trabalho

GE 3.2 – Índice de macroprocessos melhorados

GE 4 – Aperfeiçoar a comunicação interna

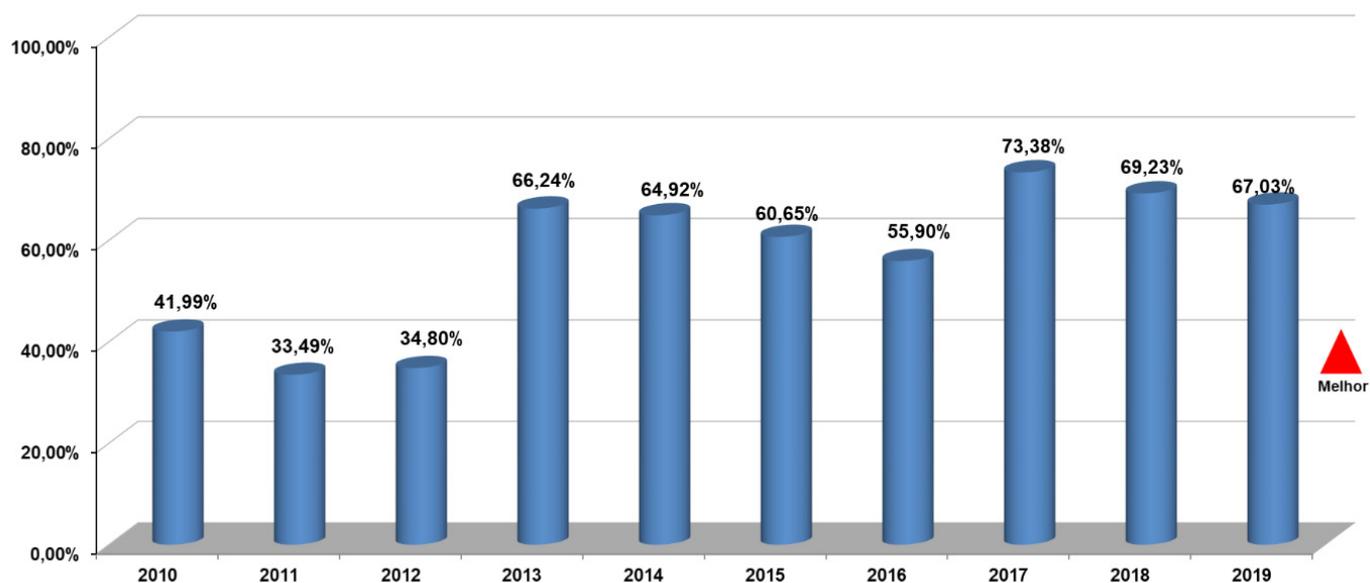
GE 4.1 – Índice de satisfação com a efetividade da comunicação interna

GE 5 – Concretizar a gestão do conhecimento

GE 5.1 – Índice de colaboradores capacitados em Gestão do Conhecimento

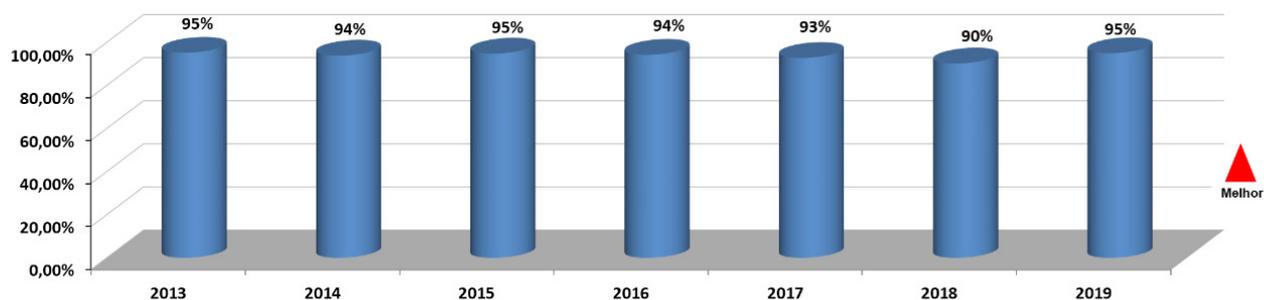
CIDADÃOS – CI

Objetivo Estratégico	CI1 – GARANTIR A HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E BUSCAR SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS
Indicador	CI.1.1 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO
O que mede	A satisfação do cidadão
Por que medir	Para aferir se os serviços prestados pelo PJSC estão atendendo as necessidades do cidadão
Como medir	Porcentagem de aprovação obtida por meio da pesquisa de satisfação dos usuários realizada na internet (número de respostas excelente e bom/ número de itens respondidos)*100 Informar também o número total de respondentes da pesquisa
Quem mede	Ouvidoria
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



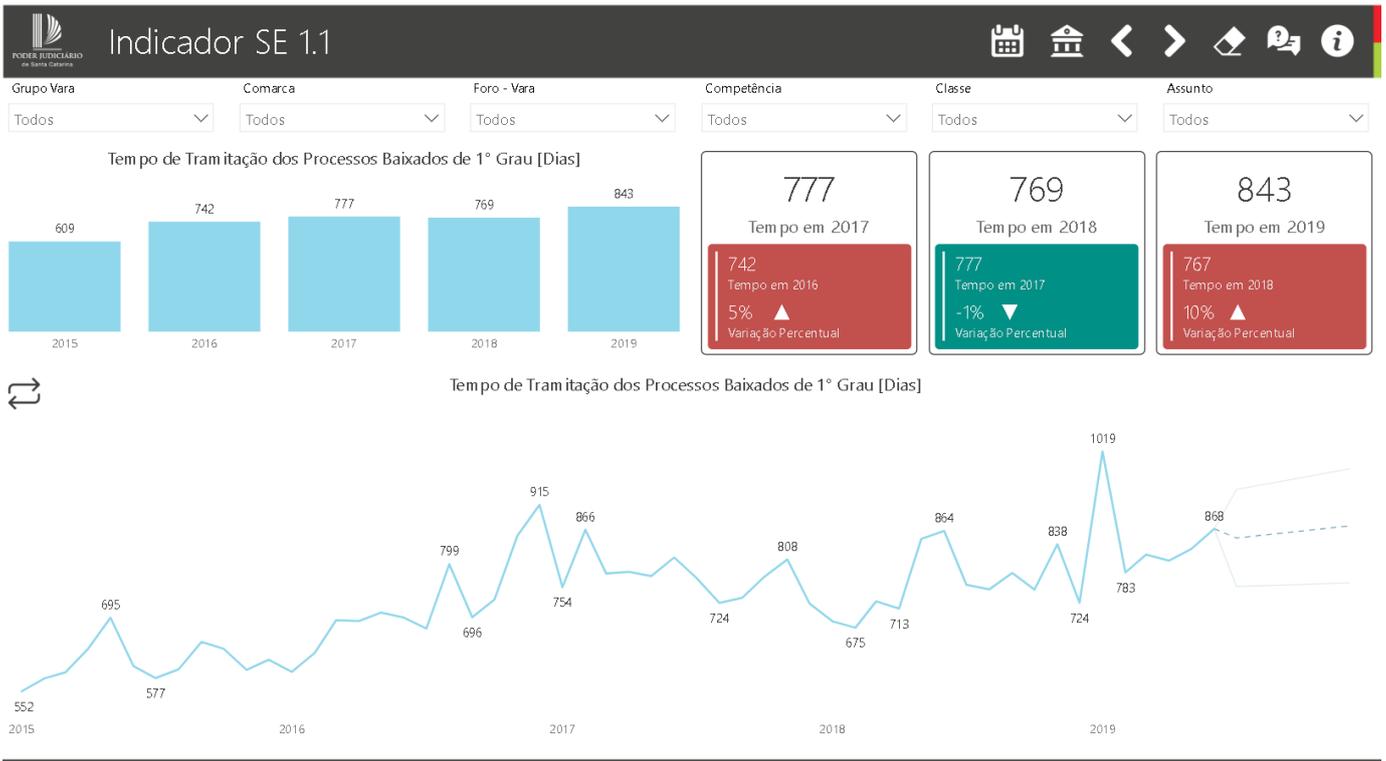
CIDADÃOS – CI

Objetivo Estratégico	CI 2 – APRIMORAR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
Indicador	CI 2.1 – ÍNDICE DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS POSITIVAS
O que mede	A quantidade de matérias publicadas sobre o PJSC com enfoque positivo ou neutro Considerar todas as matérias publicadas nos veículos de comunicação resenhadas/clipadas pela Assessoria de Imprensa do TJSC
Por que medir	Para verificar a imagem do PJSC perante o público externo
Como medir	(número de matérias positivas ou neutras / total de matérias publicadas) x 100 (número de matérias positivas / total de matérias publicadas) x 100 (número de matérias neutras / total de matérias publicadas) x 100
Quem mede	Assessoria de Imprensa
Periodicidade	Semestral
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



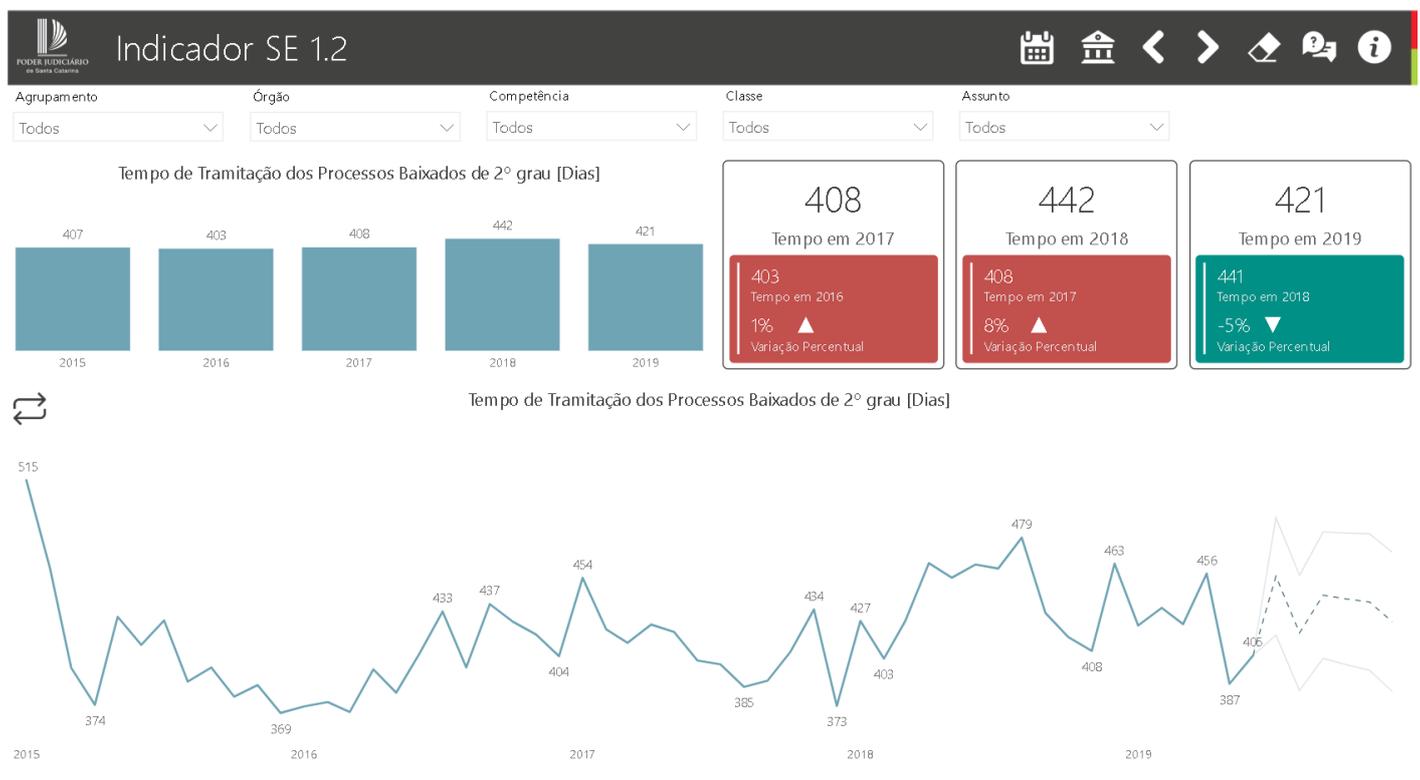
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.1 – TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS BAIXADOS DE 1º GRAU
O que mede	Tempo efetivo de duração dos processos de conhecimento baixados no 1º Grau, Juizados e Turmas de Recursos durante o ano-base, decorrido entre a data do protocolo e a primeira data de baixa



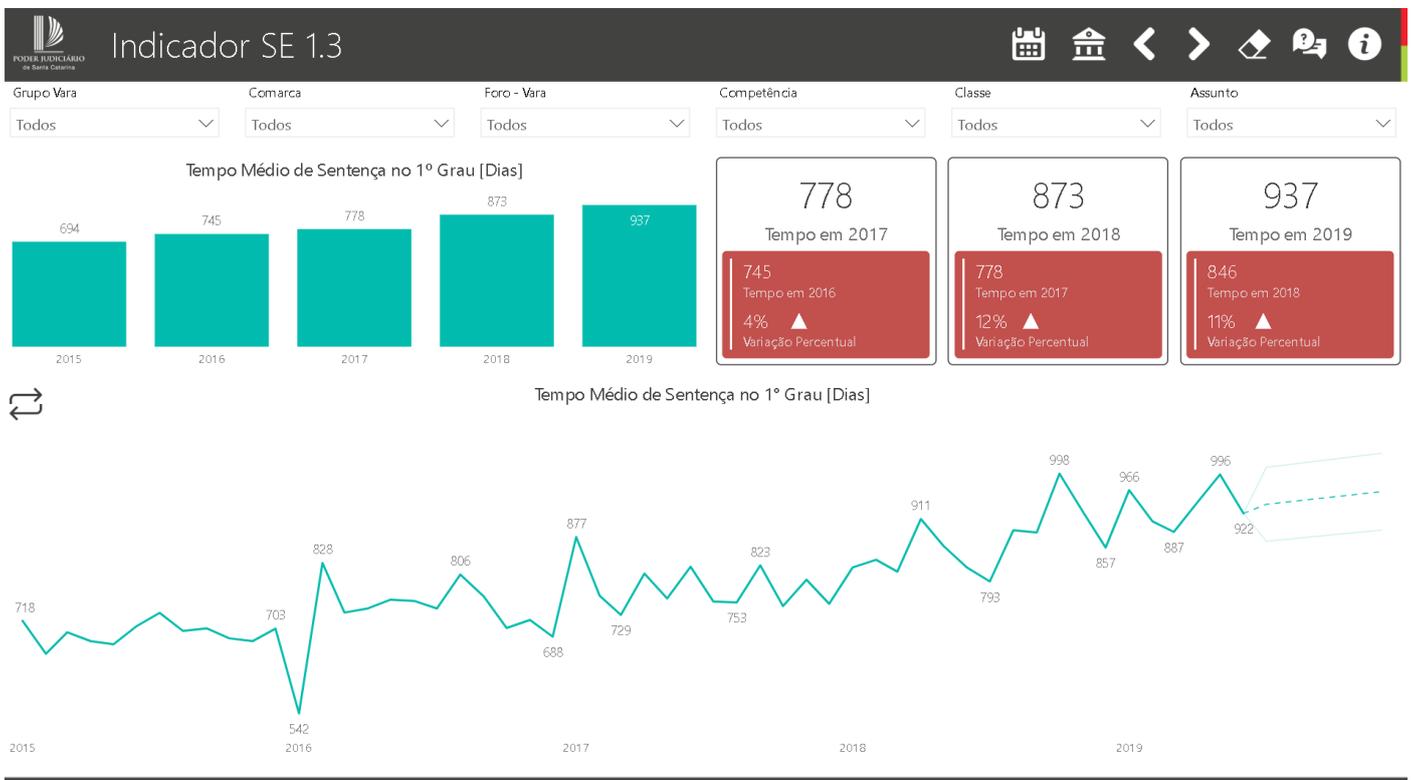
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.2 – TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS BAIXADOS DE 2º GRAU
O que mede	Tempo efetivo de duração dos processos baixados no 2º grau durante o ano-base, decorrido entre a data do protocolo e a primeira data de baixa



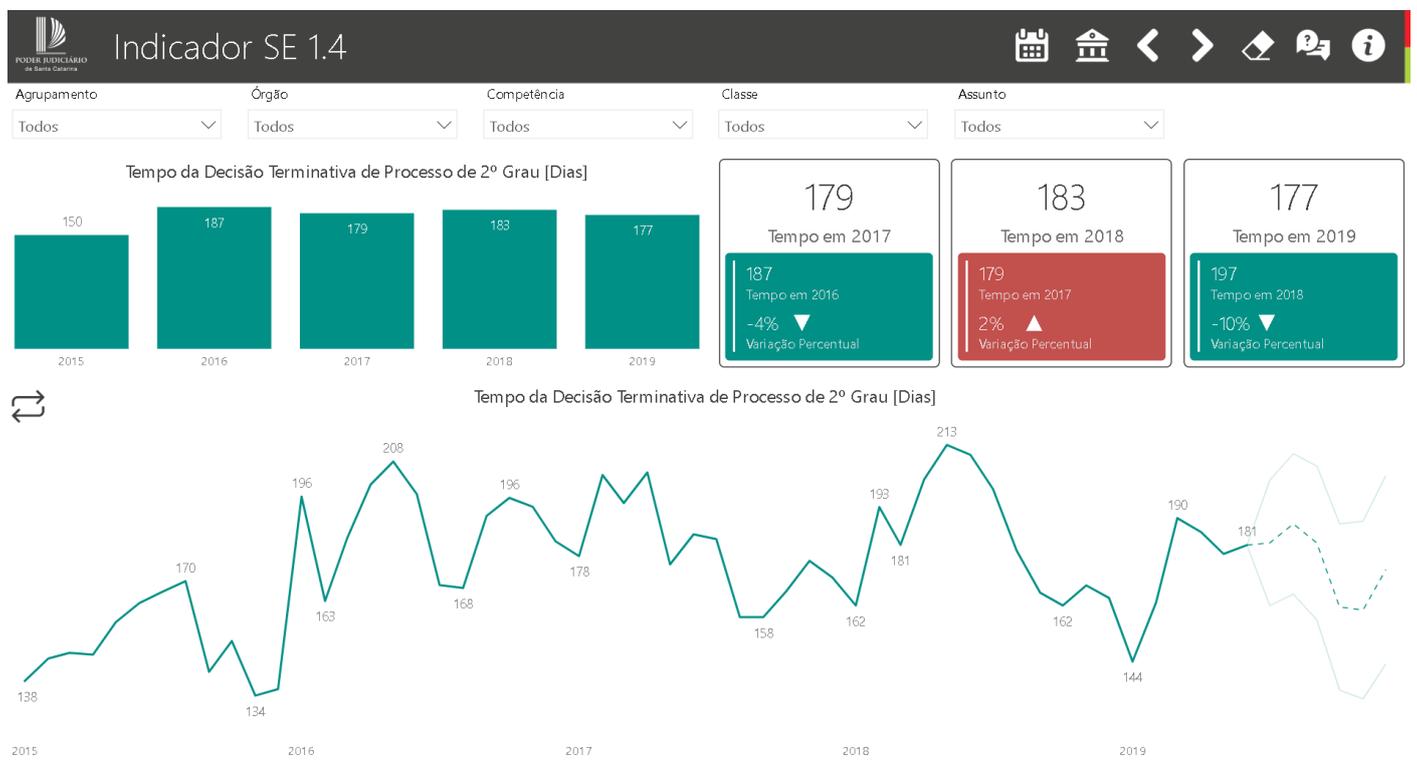
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.3 – TEMPO DA SENTENÇA NOS PROCESSOS DE CONHECIMENTO DE 1º GRAU
O que mede	Tempo efetivo de duração dos processos de conhecimento que foram julgados no 1º grau durante o ano-base, decorrido entre a data de protocolo e a última data da sentença.



SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.4 – TEMPO DA DECISÃO TERMINATIVA DE PROCESSO DE 2º GRAU
O que mede	Tempo efetivo de duração dos processos que foram julgados no 2º grau do ano-base, decorrido entre o protocolo e a decisão terminativa de processo.



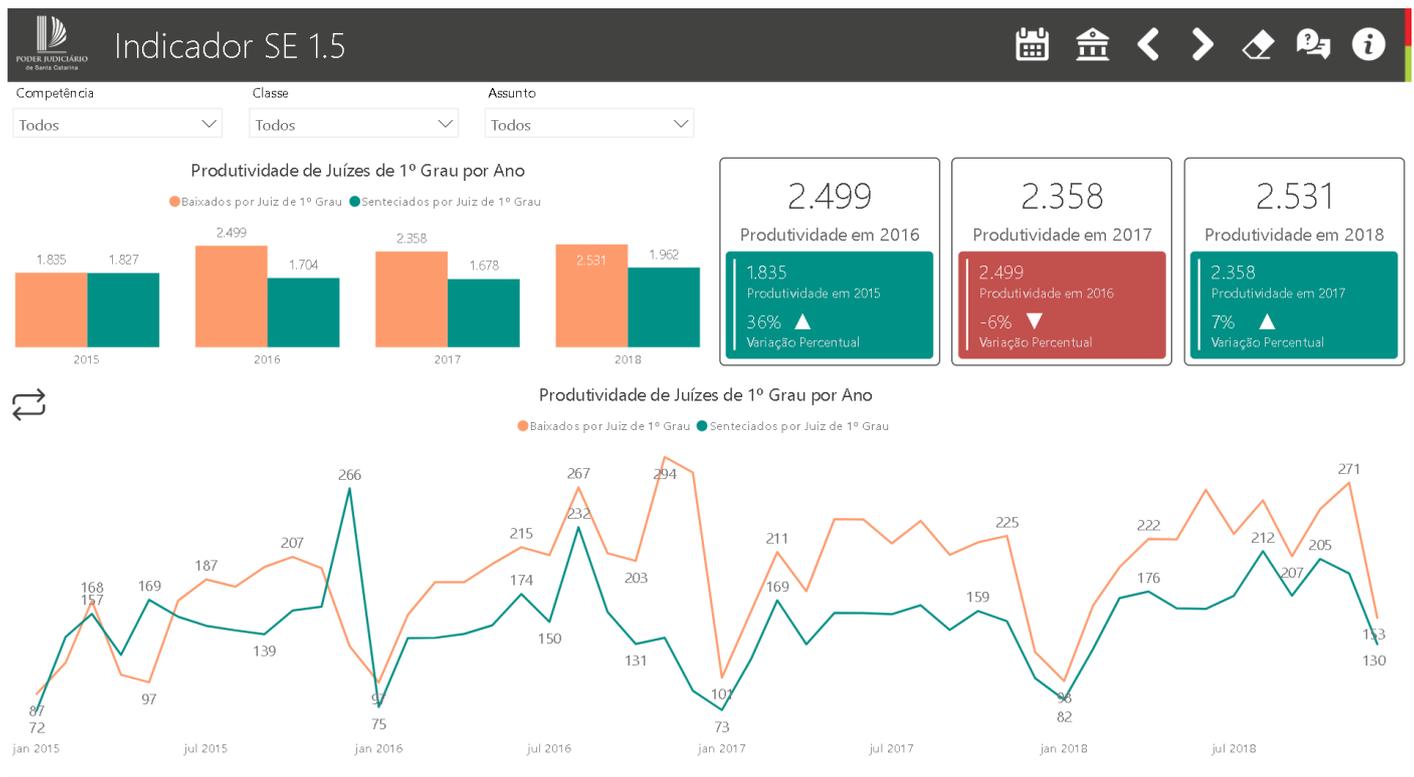
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico **SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA**

Indicador **SE 1.5 – PRODUTIVIDADE DE JUÍZES DE 1º GRAU**

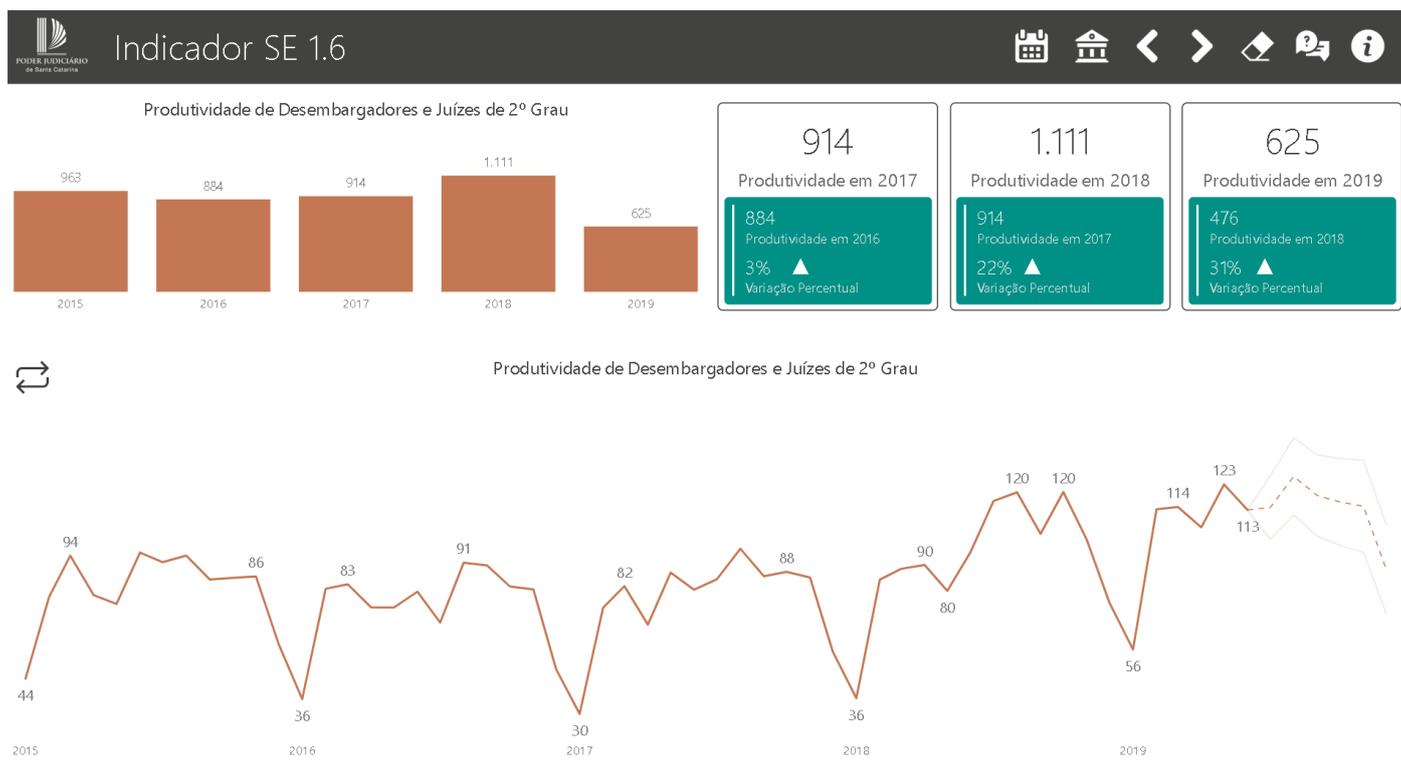
O que mede Quantidade de processos baixados por magistrado com atuação em suas unidades vinculadas

Por que medir Para verificar a produtividade jurisdicional do 1º Grau de Jurisdição



SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.6 – PRODUTIVIDADE DE DESEMBARGADORES E JUÍZES DE 2º GRAU
O que mede	Quantidade de processos baixados por desembargador e juiz de 2º grau



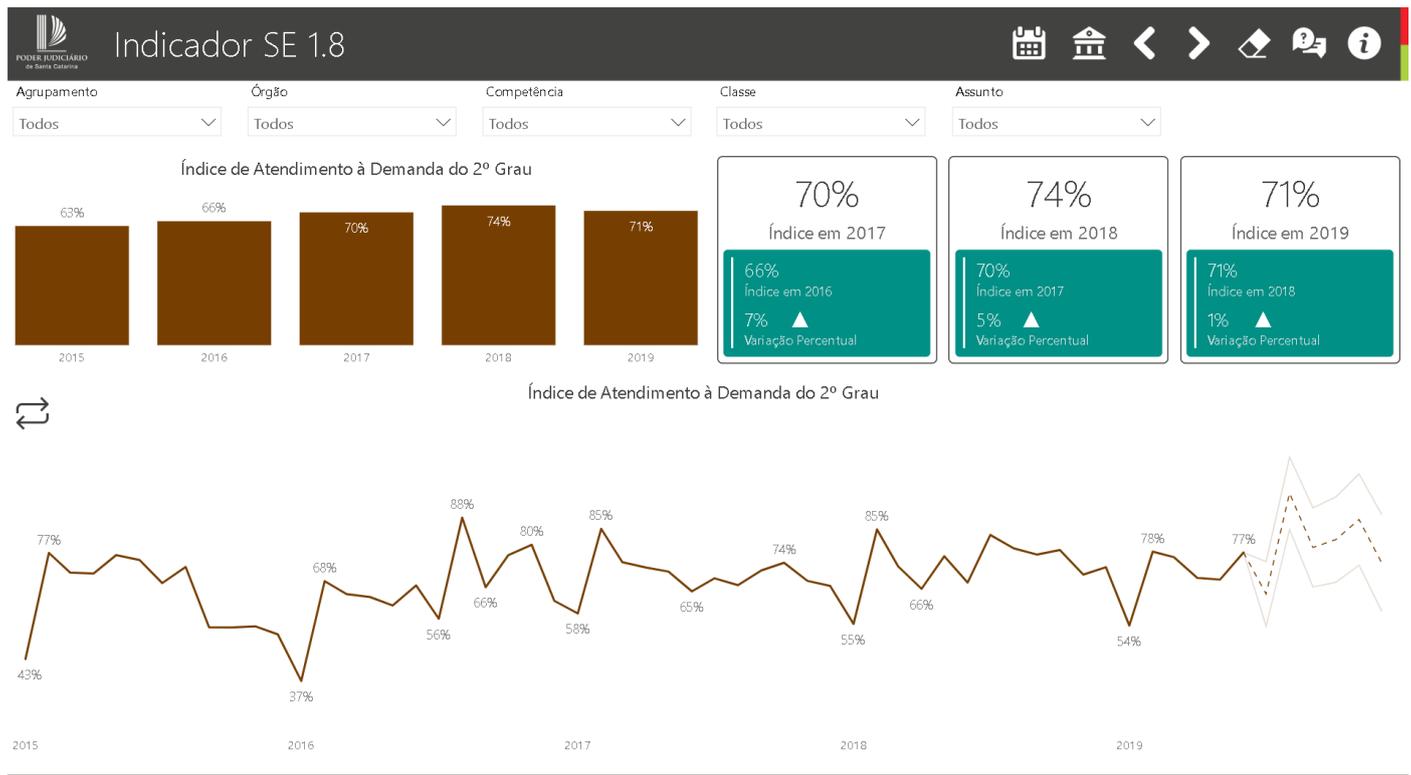
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.7 – ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA DO 1º GRAU
O que mede	Quantidade de processos baixados em relação aos casos novos no 1º grau



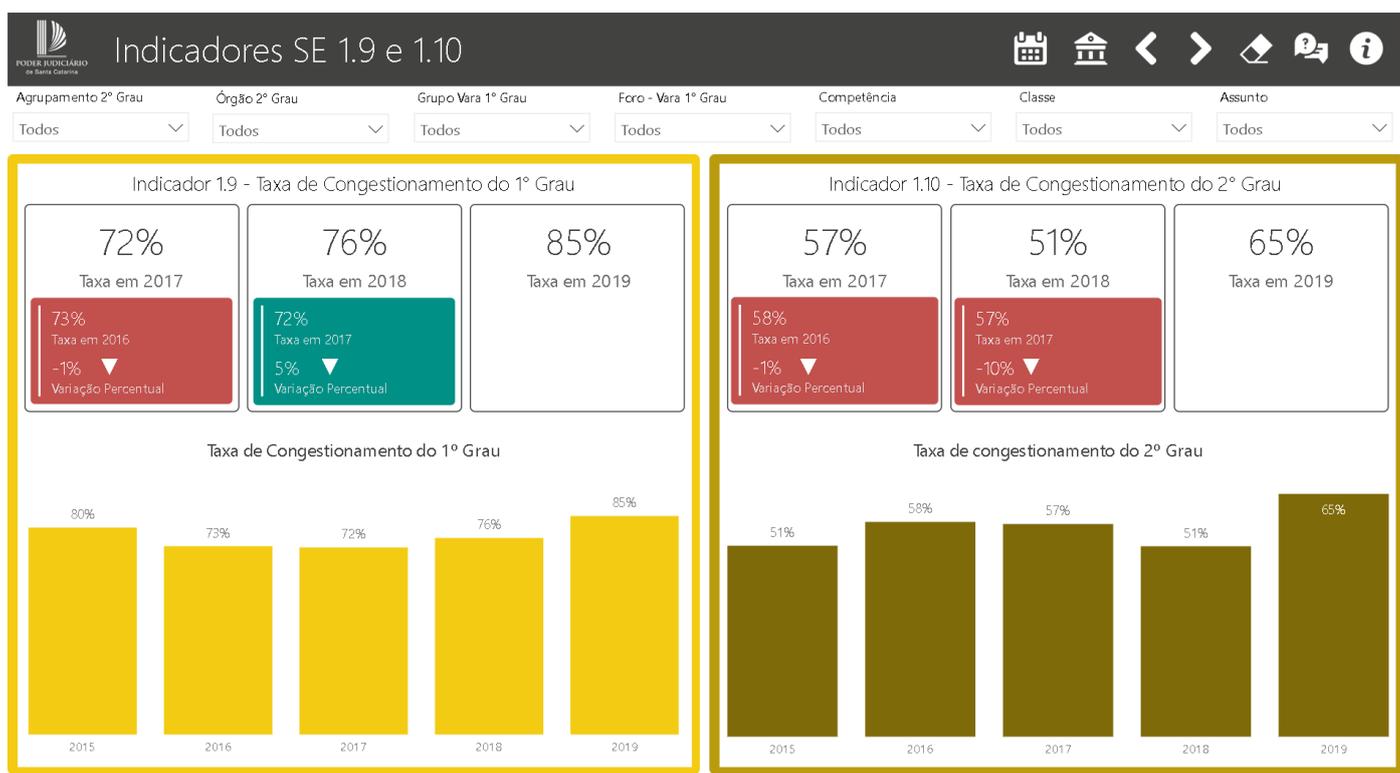
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.8 – ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA DO 2º GRAU
O que mede	Quantidade de processos baixados em relação aos casos novos no 2º Grau de jurisdição



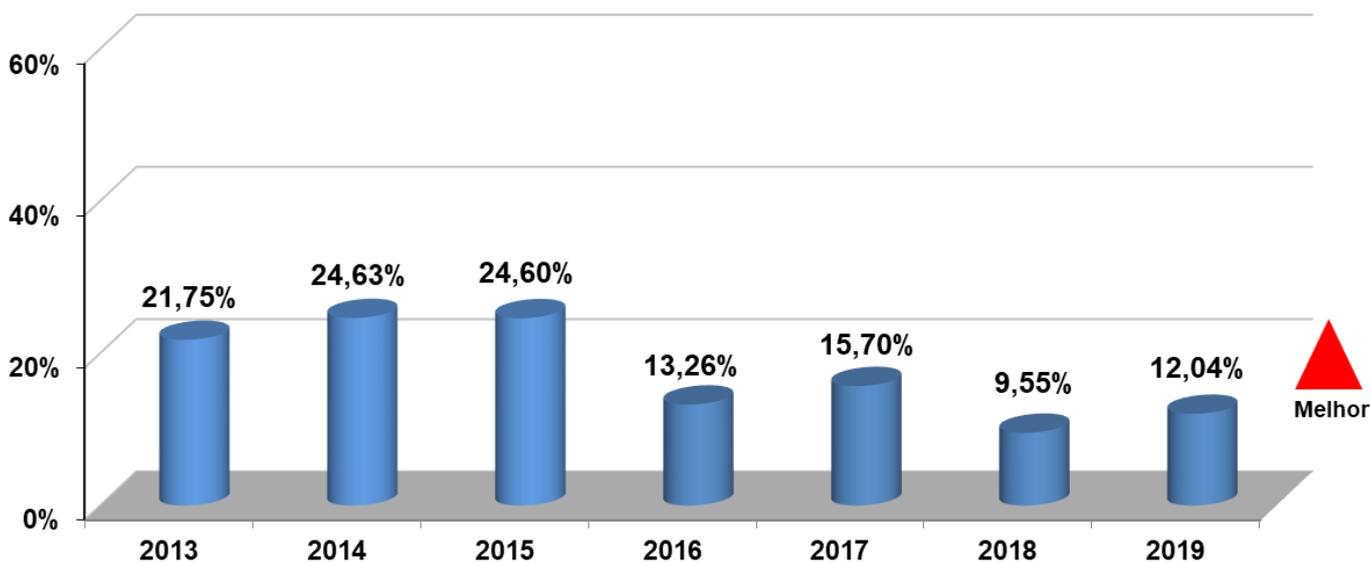
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.9 – TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO 1º GRAU
O que mede	A relação entre os processos julgados e o acervo existente no 1º grau, excluindo os incidentes processuais
Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
Indicador	SE 1.10 – TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO 2º GRAU
O que mede	A relação entre os processos julgados e o acervo existente no 2º grau



SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 2 – APRIMORAR PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS
Indicador	SE 2.1 – PERCENTUAL DE ACORDOS REALIZADOS PELO SISTEMA NÃO ADVERSARIAL
O que mede	O número de acordos realizados por sistemas de solução não adversarial de conflitos (mediação e conciliação), como Fóruns Municipais – Casas da Cidadania, Serviço de Mediação Familiar, Semana Nacional da Conciliação, Juizados Especiais, Núcleo de Conciliação do 2º Grau, Postos de Atendimento e Conciliação, e Centros Judiciários de Solução de Conflitos
Por que medir	Para verificar a eficiência e eficácia dos métodos de solução não adversarial de conflitos
Como medir	Soma dos procedimentos exitosos de todas as modalidades dividido pela soma dos procedimentos de todas as modalidades no período. É possível atribuir pesos diferentes a cada modalidade, de acordo com a política institucional.
Quem mede	Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



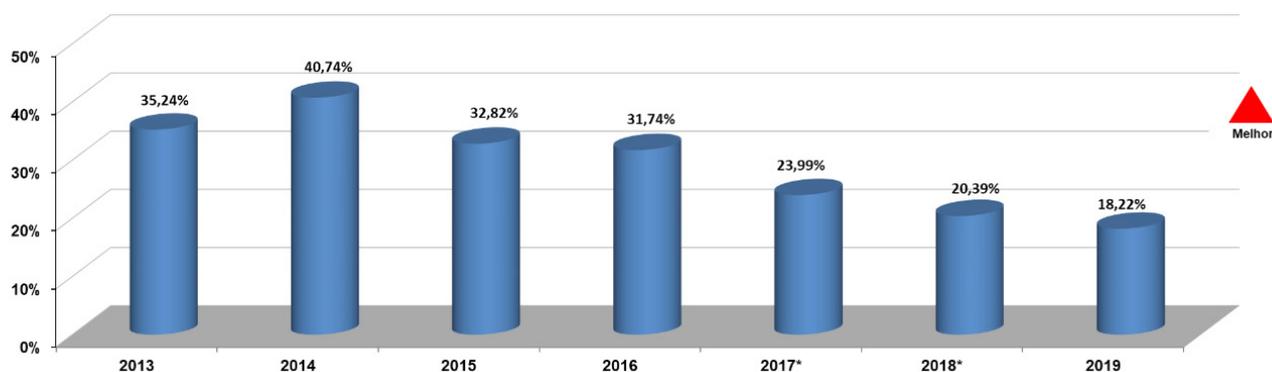
SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	- APRIMORAR PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS
Indicador	SE 2.2 – PERCENTUAL DE CONFLITOS, NA ÁREA CÍVEL, RESOLVIDOS POR ACORDO
O que mede	A quantidade de conflitos, ajuizados ou não, resolvidos por acordo.
Por que medir	Estimular os acordos para promover a cultura da conciliação, a celeridade e a economia processual
Como medir	Nº de processos julgados por acordo / (Nº de processos julgados no mérito) Especificar o “número de processos por acordo” por assunto
Quem mede	Corregedoria-Geral de Justiça
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor

A partir de 2017, forma de extração do indicador SE 2.2 – Percentual de conflitos na área cível resolvidos por acordo foi alterada. Foram incluídos os processos da classe 436 – Procedimentos do Juizado Especial Cível, além dos processos da classe 11099 – Procedimentos Pré-Processuais de Resolução de Conflitos e seus filhos 11875 – Reclamação Pré-Processual e 12136 – Pedido de Mediação Pré-Processual (que já constavam nos relatórios anteriores).

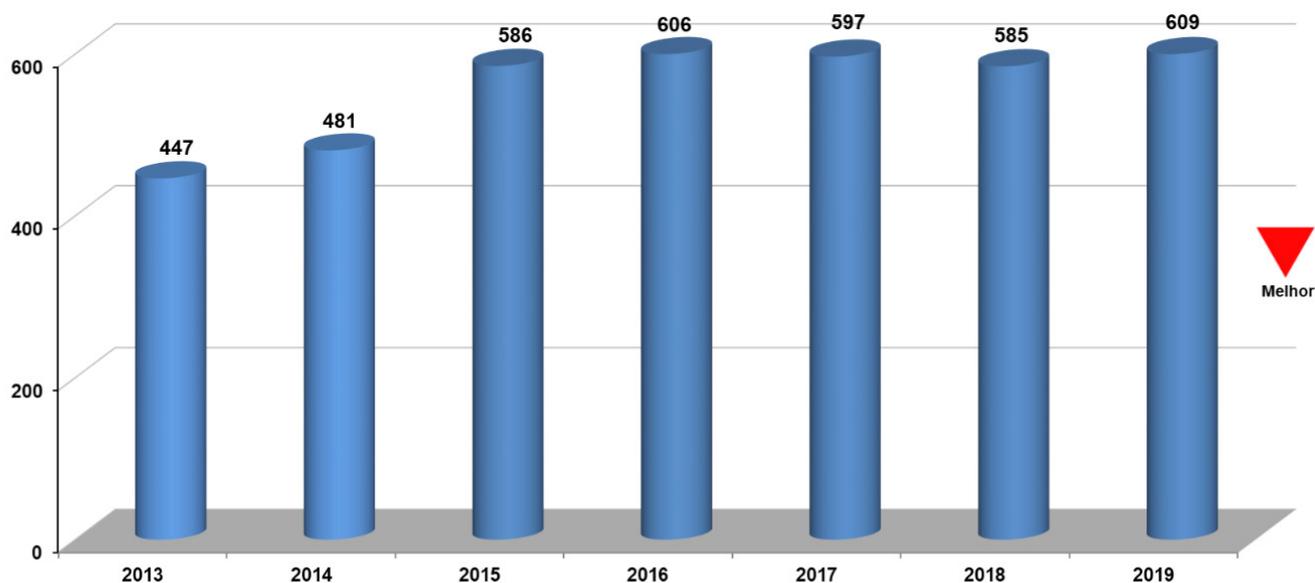
Como o indicador mede a “quantidade de conflitos, ajuizados ou não, resolvidos por acordo” na área cível, a classe 436 foi incluída, sem prejuízo de também fazer parte do indicador SE 2.1 – Percentual de acordos realizados pelo sistema não adversarial, uma vez que neste indicador são consideradas outras variáveis (juizados criminais, por exemplo), portanto não limitado à área cível.

Em 2018, manteve-se a forma de extração do indicador SE 2.2 – Percentual de conflitos na área cível resolvidos por acordo igual à de 2017 (inclusão da classe 436 – Procedimentos do Juizado Especial Cível, além das classes 11099 – Procedimentos Pré-Processuais de Resolução de Conflitos e seus filhos, 11875 – Reclamação Pré-Processual e 12136 – Pedido de Mediação Pré-Processual, que já constavam nos relatórios anteriores) pelas razões já expostas no ano anterior, que foram apontadas na matriz de controle deste ano.



SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 3 – PROMOVER A CIDADANIA E INICIATIVAS DE VALOR SOCIAL
Indicador	SE 3.1 – TEMPO PARA RESOLUÇÃO DE AÇÕES DE MAIOR IMPACTO SOCIAL
O que mede	Tempo médio de tramitação dos processos de conhecimento de matérias consideradas de natureza social, como família, infância e juventude, crime, ações constitucionais (ação popular e ação civil pública), previdenciária, juizado especial cível, juizado especial criminal, violência doméstica e idoso, órfãos e sucessões, registros públicos e tribunal do júri
Por que medir	Para conhecer o tempo gasto na tramitação dos processos, identificar pontos críticos, tratá-los e acelerar o trâmite processual
Como medir	[somatório (número de ocorrências x tempo médio em dias)] / total de processos Informar o resultado total e separadamente por natureza.
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça
Periodicidade	Semestral
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



SERVIÇOS – SE

Objetivo Estratégico	SE 3 – PROMOVER A CIDADANIA E INICIATIVAS DE VALOR SOCIAL
Indicador	SE 3.2 – NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS POR SERVIÇOS OU PROJETOS SOCIOJURÍDICOS
O que mede	Quantidade de pessoas beneficiadas por serviços ou projetos socio-jurídicos institucionalizados pelo PJSC (Casas da Cidadania, PAC's, PACE, Mediação Familiar e CEJUSC)
Por que medir	Para verificar a quantidade de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais
Como medir	Total de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais
Quem mede	Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Não disponível.	

PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
Indicador	PR 1.1 – PERCENTUAL DE COLABORADORES CAPACITADOS
O que mede	Quantidade de magistrados/servidores que participaram de eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como: cursos internos, cursos externos, seminários, congressos, bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, entre outros.
Por que medir	Para verificar a distribuição regular das horas de aprimoramento de pessoal
Como medir	(somatório de participantes de cursos realizados no período / total de colaboradores) x 100 Considerar os mesmos cursos do Indicador PR 1.2
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Desdobramento	Desdobrar o indicador por modalidade, público-alvo etc.
Resultado não disponível. A Academia Judicial informou que “no momento da extração dos indicadores apontados foram encontradas inconsistências em dados não confiáveis. Destacamos que o Exmo. Presidente desta Corte autorizou tratativas para aquisição de um novo sistema educacional, oportunidade em que o problema apontado será solucionado”.	

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
Indicador	PR 1.2 – HORAS DE CAPACITAÇÃO POR COLABORADOR
O que mede	Quantidade de horas-aula de capacitação por magistrado/servidor. Deverão ser considerados todos os eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como: cursos internos, cursos externos, seminários, congressos, bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, entre outros
Por que medir	Para identificar a quantidade de horas-aula dedicadas ao aprimoramento de pessoal
Como medir	(somatório de cursos / total de colaboradores), sendo Curso = horas-aula x número de participantes Considerar os mesmos cursos do Indicador PR 1.1
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Resultado não disponível. A Academia Judicial informou que “no momento da extração dos indicadores apontados foram encontradas inconsistências em dados não confiáveis. Destacamos que o Exmo. Presidente desta Corte autorizou tratativas para aquisição de um novo sistema educacional, oportunidade em que o problema apontado será solucionado”.	

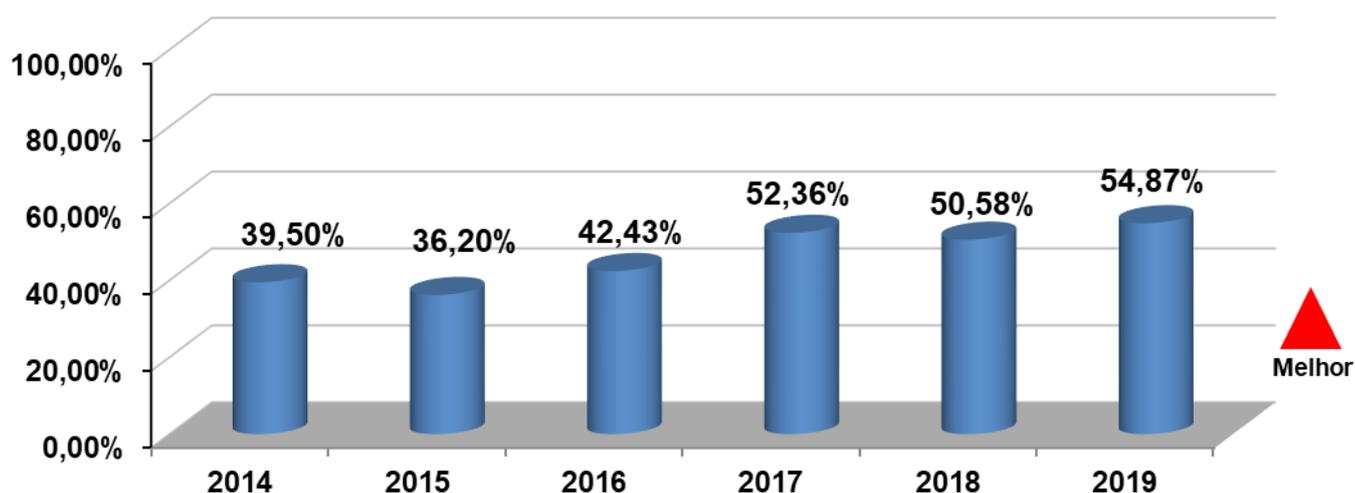
PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
Indicador	PR 1.3 – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA CAPACITAÇÃO
O que mede	O percentual de satisfação do gestor com relação à efetividade/aplicabilidade dos cursos realizados pela AJ aos integrantes de sua equipe
Por que medir	Para identificar se houve aplicabilidade prática daquilo que foi aprendido no curso às tarefas desenvolvidas no ambiente de trabalho
Como medir	Média aritmética de cinco perguntas encaminhadas aos gestores após a realização do respectivo curso
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor

Resultado não disponível. A Academia Judicial informou que “no momento da extração dos indicadores apontados foram encontradas inconsistências em dados não confiáveis. Destacamos que o Exmo. Presidente desta Corte autorizou tratativas para aquisição de um novo sistema educacional, oportunidade em que o problema apontado será solucionado”.

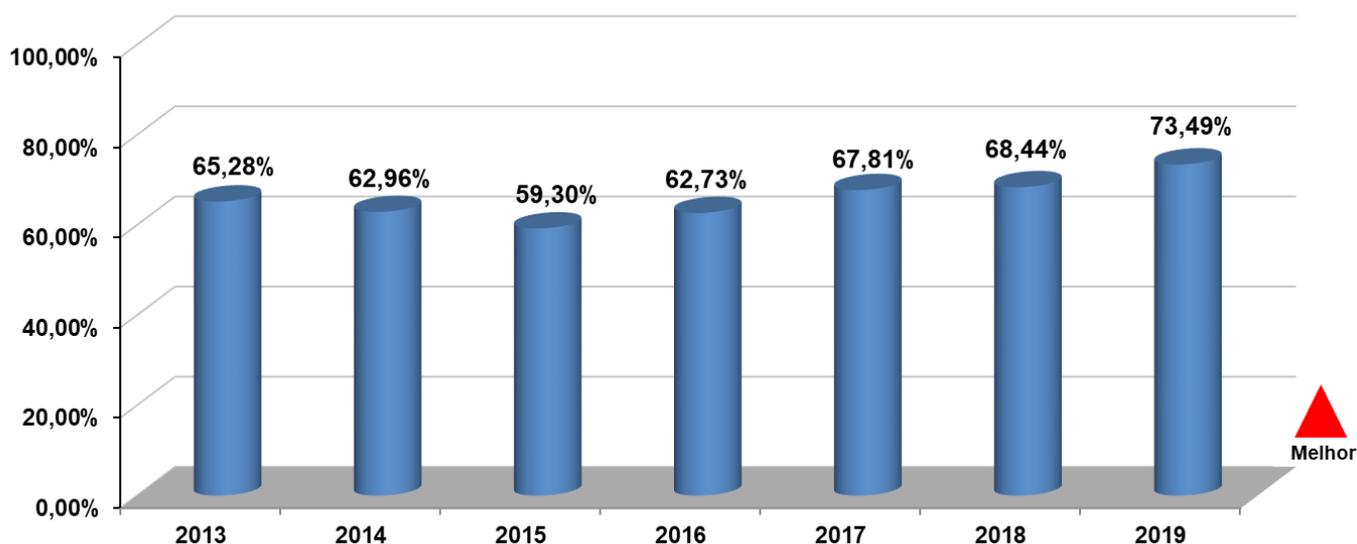
PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
Indicador	PR 1.4 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES COM RELAÇÃO ÀS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
O que mede	O grau de satisfação de magistrados e servidores em relação: à disponibilização de treinamentos necessários ao desenvolvimento de seu trabalho; e às oportunidades de promoção em seu cargo efetivo.
Por que medir	Para verificar o nível de satisfação de magistrados e servidores em relação às oportunidades de desenvolvimento e aprendizado.
Como medir	Média aritmética das seguintes perguntas constantes da pesquisa de satisfação dos colaboradores: Ocupacional: à disponibilização de treinamentos necessários ao desenvolvimento de seu trabalho (questão 1) Ocupacional: às oportunidades de promoção em seu cargo efetivo (questão 2)
Quem mede	Diretoria de Gestão de Pessoas
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Desdobramento	Desdobrar o indicador para as duas questões e por perfil (servidor, magistrado etc).



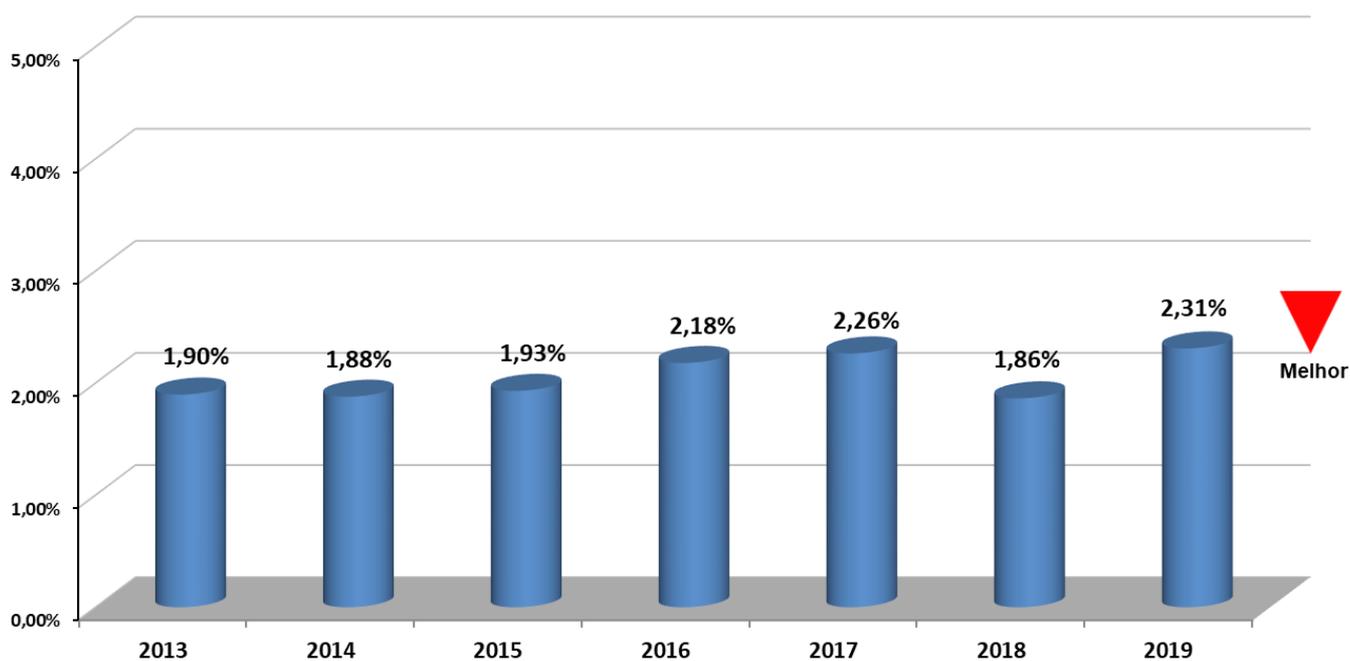
PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 2 – FOMENTAR AÇÕES PARA A MELHORIA DA SAÚDE E DO CLIMA ORGANIZACIONAL
Indicador	PR 2.1 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES
O que mede	O grau de satisfação das pessoas com a organização PJSC, mediante questionário específico disponibilizado na intranet. Os resultados da pesquisa indicarão as comarcas/regiões que demandam a aplicação do programa de melhoria do clima organizacional É medida a satisfação do colaborador com relação ao desenvolvimento profissional; clareza organizacional, padrão de desempenho e autogestão da equipe; recompensa, volume de trabalho e reconhecimento; condições de infraestrutura para execução do trabalho; estilo gerencial; e comprometimento organizacional
Por que medir	Para verificar o nível de satisfação e motivação dos colaboradores
Como medir	Formulário de avaliação (pesquisa de satisfação). Média aritmética do índice de satisfação dos colaboradores respondentes da pesquisa
Quem mede	Diretoria de Gestão de Pessoas
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



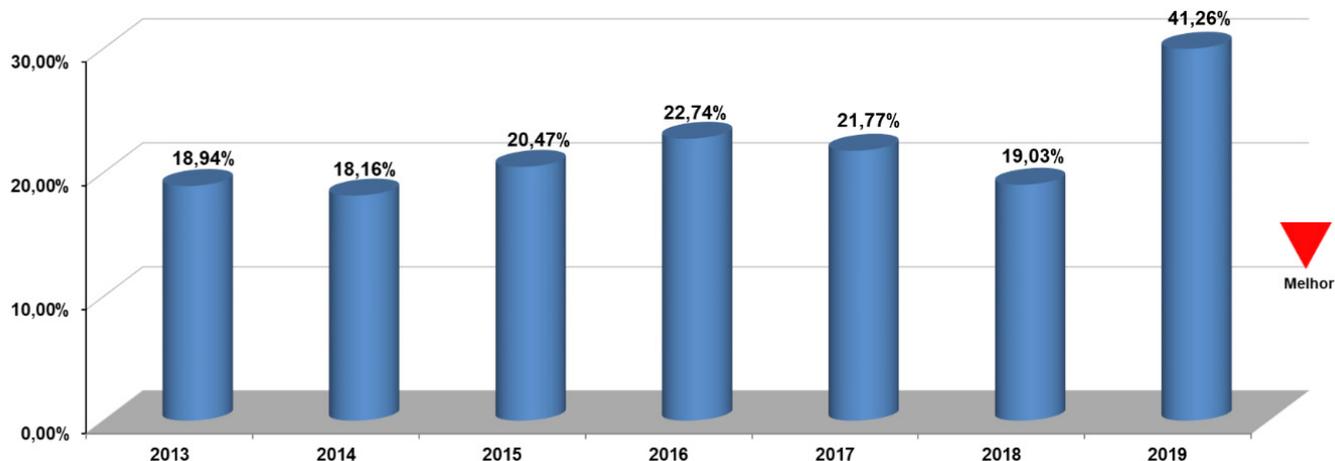
PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 2 – FOMENTAR AÇÕES PARA A MELHORIA DA SAÚDE E DO CLIMA ORGANIZACIONAL
Indicador	PR 2.2 – PERCENTUAL DE DIAS DE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE SAÚDE PRÓPRIA
O que mede	Quantidade de dias de afastamento das atividades por motivo de doença, observada a Resolução GP n. 29/2006
Por que medir	Para conhecer e atuar na gravidade das doenças relacionadas ao trabalho
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de dias não trabalhados por motivo de saúde própria} / n^{\circ} \text{ de magistrados e servidores} \times 365 \text{ dias}) \times 100$
Quem mede	Diretoria de Saúde
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



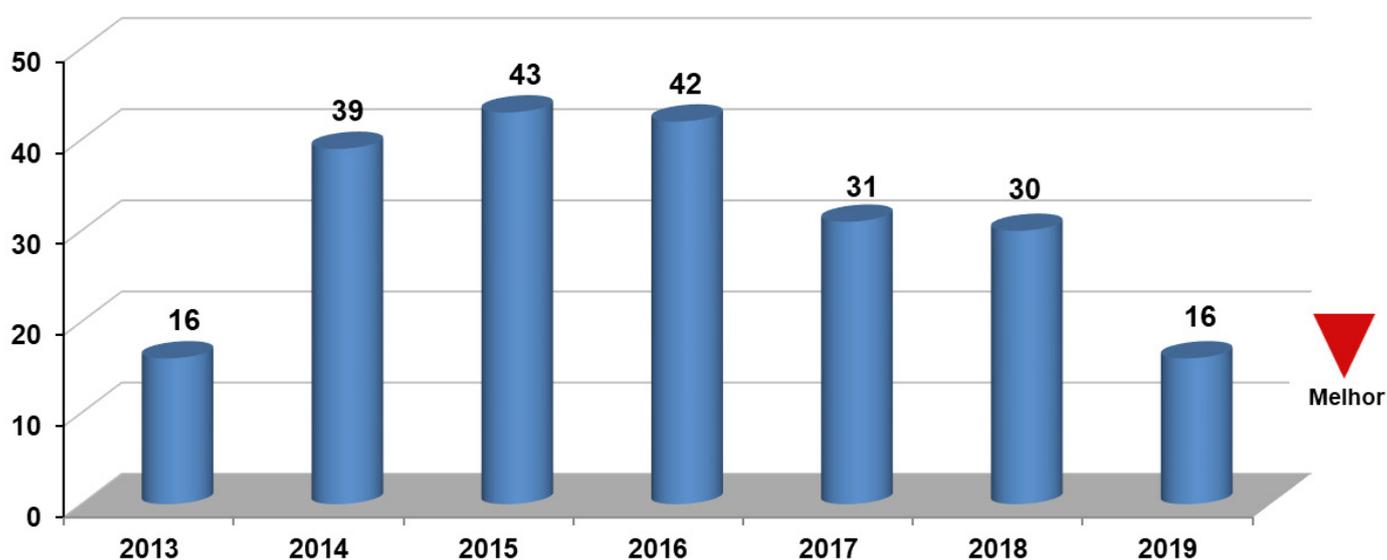
PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 2 – FOMENTAR AÇÕES PARA A MELHORIA DA SAÚDE E DO CLIMA ORGANIZACIONAL
Indicador	PR 2.3 – PERCENTUAL DE COLABORADORES AFASTADOS POR MOTIVO DE SAÚDE PRÓPRIA
O que mede	Quantidade de magistrados e servidores que foram afastados das atividades por motivo de doença, observada a Resolução GP n. 29/2006 Utilizar o mesmo critério para contagem de colaboradores para todos os indicadores
Por que medir	Para conhecer e atuar no controle das doenças que mais causam afastamento dos magistrados e servidores ao trabalho
Como medir	(somatório de colaboradores que se afastaram por, pelo menos, 1 dia durante o semestre, por motivo de doença homologado pela Junta Médica / total de magistrados e colaboradores) x 100
Quem mede	Diretoria de Saúde
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



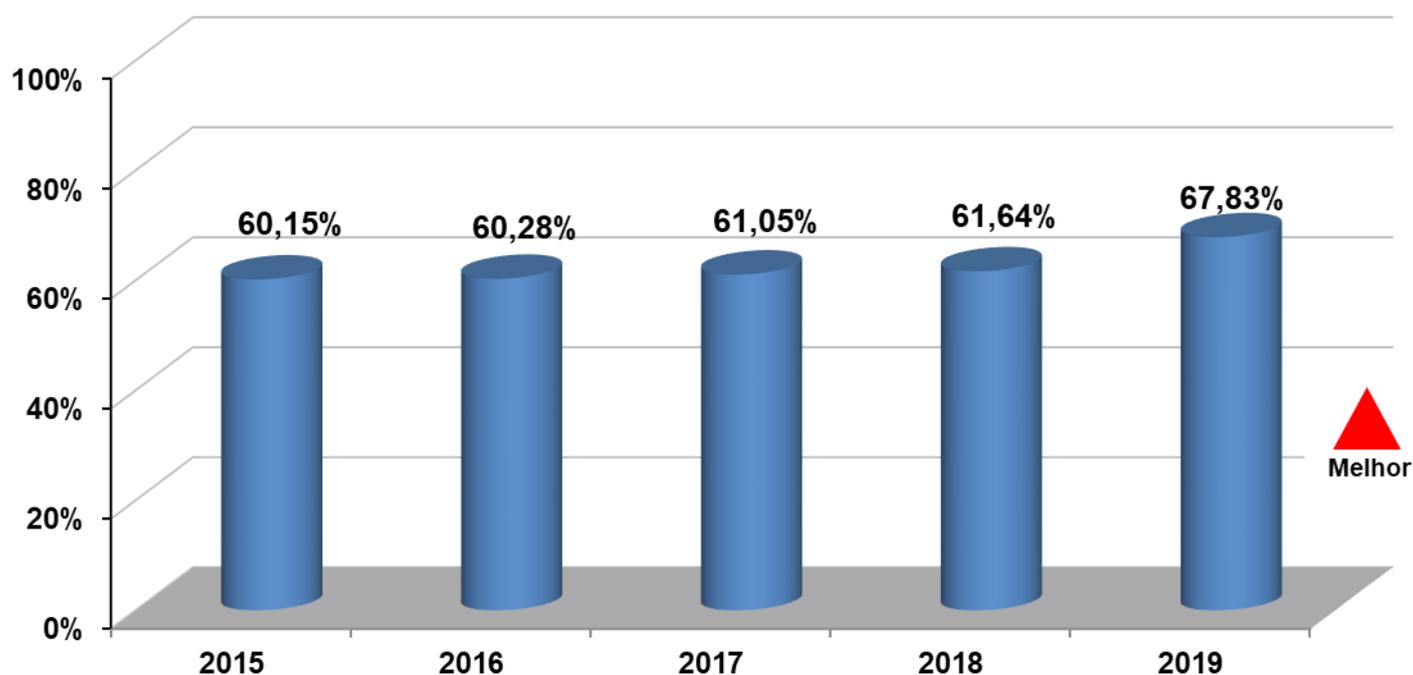
PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 3 – ASSEGURAR SOLUÇÕES ADEQUADAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Indicador	PR 3.1 – NÚMERO DE DIAS EM QUE PRAZOS PROCESSUAIS FORAM PRORROGADOS EM FUNÇÃO DA INDISPONIBILIDADE DO SISTEMA
O que mede	A disponibilidade dos serviços judiciais à sociedade
Por que medir	Para quantificar a disponibilidade dos serviços judiciais à sociedade
Como medir	Analisando as certidões de indisponibilidade publicadas durante o ano. Serão considerados todos os dias de indisponibilidade que constarem nas certidões. Quando existirem duas certidões referentes ao mesmo dia para sistemas diferentes (Ex.: sistema de primeiro grau e Turmas de Recursos) será contado apenas um dia. Havendo certidão de indisponibilidade referente a apenas um dos sistemas ou módulos (Ex.: petição eletrônico) o dia correspondente será contado.
Quem mede	Diretoria de Tecnologia da Informação
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



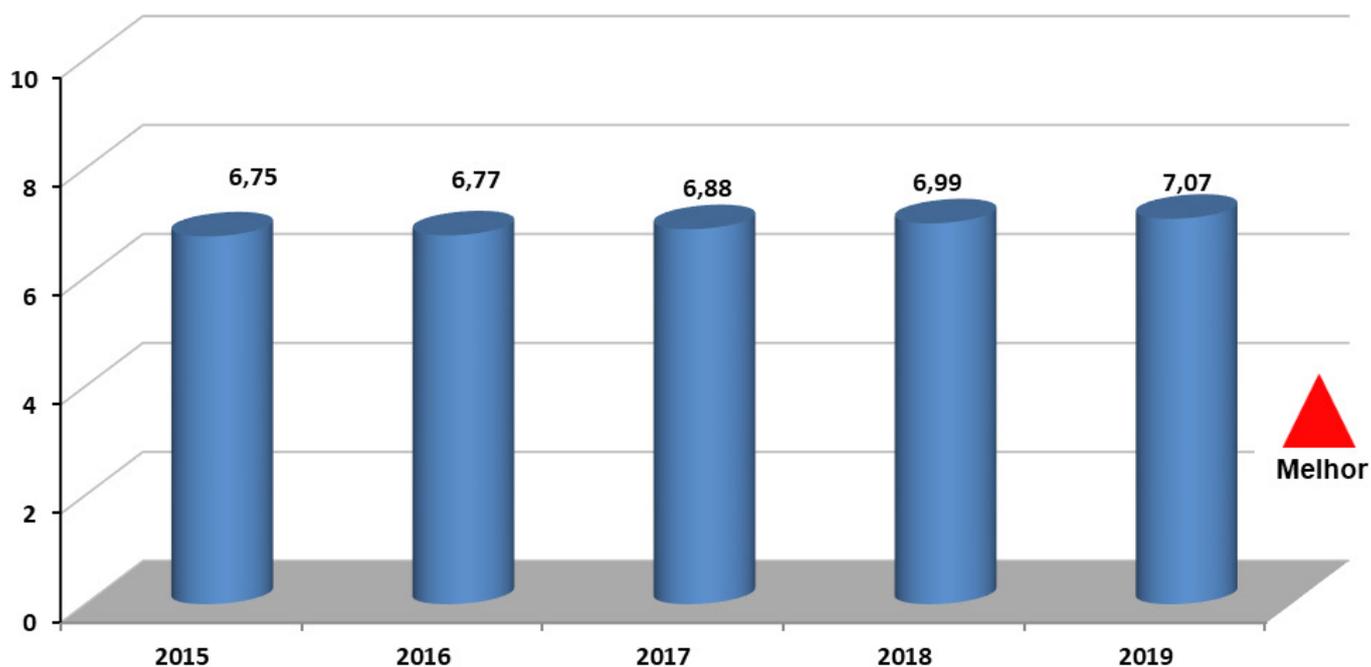
PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 3 – ASSEGURAR SOLUÇÕES ADEQUADAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Indicador	PR 3.2 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS DE TIC
O que mede	A avaliação dos colaboradores em relação aos serviços de Tecnologia da Informação oferecidos pela DTI
Por que medir	Para identificar a percepção dos usuários em relação à qualidade dos serviços de Tecnologia da Informação disponíveis
Como medir	Média aritmética das seguintes perguntas constantes da Pesquisa de Satisfação dos colaboradores: <ul style="list-style-type: none"> • Organizacional: aos sistemas informatizados disponibilizados para o desenvolvimento do trabalho (questão 12); • Organizacional: aos equipamentos e materiais disponibilizados para o desenvolvimento do trabalho (questão 13).
Quem mede	Diretoria de Gestão de Pessoas
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



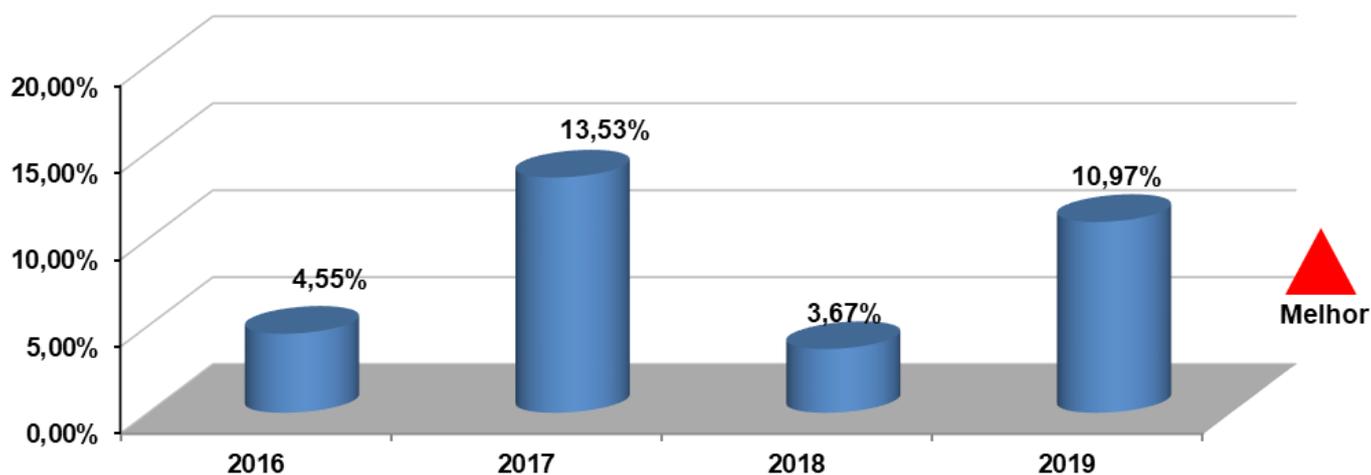
PESSOAS E RECURSOS – PR

Objetivo Estratégico	PR 4 – GARANTIR INFRAESTUTURA ADEQUADA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Indicador	PR 4.1 – NOTA DO PLANO DE OBRAS
O que mede	Nota de cada edificação (própria ou alugada) com base nas Resoluções CNJ n. 114/2010 e TJ n. 44/2011. É composta de dois conjuntos: estrutura física e adequação do imóvel à prestação jurisdicional
Por que medir	Para verificar se os imóveis pertencentes ao Poder Judiciário atendem aos requisitos exigidos nas Resoluções CNJ n. 114/2010 e TJ n. 44/2011
Como medir	Média ponderada (nota da edificação x m ²)
Quem mede	Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Desdobramento	Desdobramentos por critérios.



GESTÃO – GE

Objetivo Estratégico	GE 1 – DISSEMINAR A CULTURA DO PLANEJAMENTO COM ÊNFASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ASSEGURANDO A GESTÃO PARTICIPATIVA.
Indicador	GE 1.1 – ÍNDICE DE GESTORES DO 1º GRAU CAPACITADOS NO SISTEMA DE GESTÃO
O que mede	Quantidade de juízes e chefes de cartório capacitados no sistema de gestão “Aprimorar”.
Por que medir	Para disseminar a cultura de Planejamento Estratégico e incentivar a utilização do sistema de gestão “Aprimorar” pelas varas e juizados especiais com vistas ao aumento da produtividade.
Como medir	$(\text{número de juízes capacitados no sistema de gestão} + \text{número de chefes de cartório capacitados no sistema de gestão}) / (\text{total de juízes ativos} + \text{total de chefes de cartório})$
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Observação	Desdobramento: (número de juízes capacitados no sistema de gestão/total de juízes ativos) (número de chefes de cartório capacitados no sistema de gestão/total de chefes de cartório)

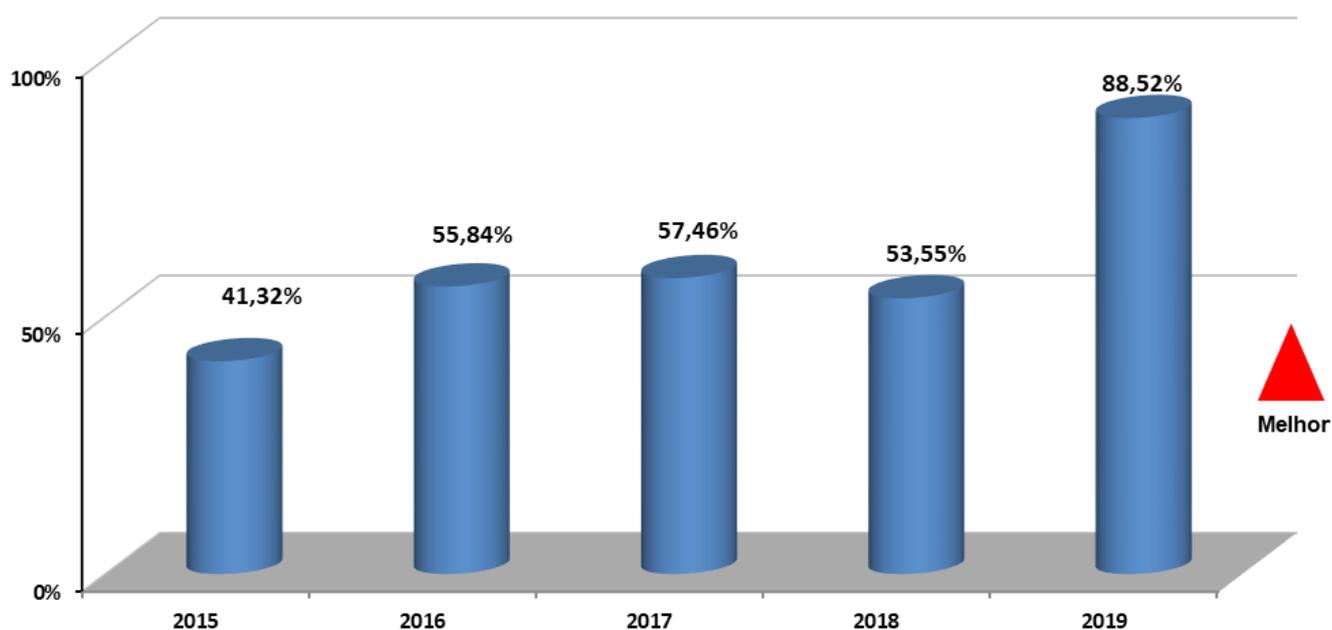


GESTÃO – GE

Objetivo Estratégico	GE 1 – DISSEMINAR A CULTURA DO PLANEJAMENTO COM ÊNFASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ASSEGURANDO A GESTÃO PARTICIPATIVA.
Indicador	GE 1.2 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
O que mede	Quantidade de colaboradores que participaram de cursos ou disciplinas cuja ementa aborde assuntos ligados ao planejamento estratégico e <i>balanced scorecard</i> do PJSC
Por que medir	Para que os colaboradores do PJSC estejam aptos a entender as orientações estratégicas institucionais e executá-las dentro do seu âmbito de atuação
Como medir	(Nº de colaboradores capacitados/total de colaboradores do PJSC)*100 Consideram-se colaboradores todos os magistrados e servidores ativos do PJSC. Devem ser considerados os cursos específicos de Planejamento Estratégico e BSC e disciplinas dos cursos de pós-graduação da Academia Judicial.
Quem mede	Assessora de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Observação	Desdobramento: (Nº de gestores capacitados/total de gestores do PJSC)*100 Consideram-se gestores: Magistrados de Primeiro e Segundo Graus, Diretores do TJ, Chefes de Divisão, Chefes de Seção, Assessores Técnicos, Gestores dos órgãos ligados à Presidência, Oficiais de Gabinete, Chefes de Secretaria do Foro e Chefes de Cartório.
Resultado não disponível. A Academia Judicial informou que “no momento da extração dos indicadores apontados foram encontradas inconsistências em dados não confiáveis. Destacamos que o Exmo. Presidente desta Corte autorizou tratativas para aquisição de um novo sistema educacional, oportunidade em que o problema apontado será solucionado”.	

GESTÃO – GE

Objetivo Estratégico	GE 2 – OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS, ESTABELECENDO PRIORIDADES PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA
Indicador	GE 2.1 – ÍNDICE DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS DENTRO DO PRAZO REFERENCIAL
O que mede	O prazo das contratações em cada uma das modalidades de licitação e nas dispensas e inexigibilidades de licitação
Por que medir	Para assegurar a eficiência na execução do procedimento de contratação.
Como medir	Percentuais das contratações realizadas dentro do prazo referencial
Quem mede	Diretoria de Material e Patrimônio
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Observação	<p>O prazo referencial foi estabelecido considerando o somatório dos prazos de cada uma das atividades inerentes ao processo de contratação (fixados no PLI), tendo como marco inicial a data em que aporta o Projeto Básico na DMP, já autorizada a contratação pelo Senhor Diretor-Geral Administrativo; e como marco final, a homologação do processo de contratação.</p> <p>São 15 atividades que envolvem os prazos individuais relativos às fases interna e externa das licitações e ao processo de contratação das dispensas e inexigibilidades.</p>



GESTÃO – GE

Objetivo Estratégico	GE 2 – OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS, ESTABELECENDO PRIORIDADES PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA
Indicador	GE 2.2 – CUSTO DO PROCESSO BAIXADO
O que mede	A relação entre as despesas do PJSC e o número de processos baixados
Por que medir	Para verificar se o PJSC está melhorando seus índices de produtividade em relação aos recursos financeiros disponíveis
Como medir	Dpj / Tbaix Dpj (Despesa Total da Justiça) = ODCK (outras despesas correntes e de capital) + DRH (despesas com recursos humanos) Tbaix (total de processos baixados) = Tbaix1º + TbaixTR + TbaixJE + Tbaix2º
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor
Observação	Consideração a indexação pela URC (unidade de referência de custas)

GESTÃO – GE

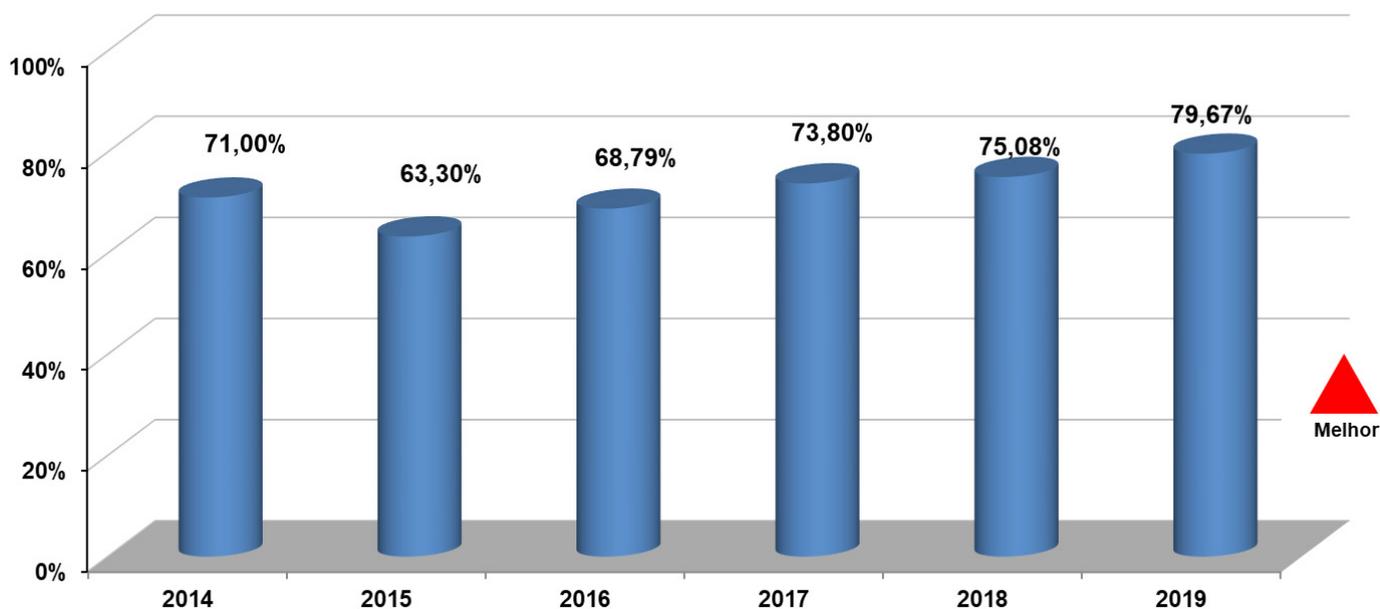
Objetivo Estratégico	GE 3 – IMPLEMENTAR A GESTÃO POR DESEMPENHO E ASSEGURAR A MELHORIA CONTÍNUA DOS PROCESSOS DE TRABALHO
Indicador	GE 3.1 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM GESTÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO
O que mede	Quantidade de colaboradores que participaram de cursos ou disciplinas cuja ementa aborde assuntos ligados à gestão de processos de trabalho
Por que medir	Para que os colaboradores estejam aptos a aplicar a metodologia de gestão de processos de trabalho utilizada no PJSC e, como consequência, obtenham a melhoria contínua nas atividades
Como medir	$(N^{\circ} \text{ de colaboradores capacitados} / \text{total de colaboradores do PJSC}) \times 100$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
<p>Resultado não disponível. A Academia Judicial informou que “no momento da extração dos indicadores apontados foram encontradas inconsistências em dados não confiáveis. Destacamos que o Exmo. Presidente desta Corte autorizou tratativas para aquisição de um novo sistema educacional, oportunidade em que o problema apontado será solucionado”.</p>	

GESTÃO – GE

Objetivo Estratégico	GE 3 – IMPLEMENTAR A GESTÃO POR DESEMPENHO E ASSEGURAR A MELHORIA CONTÍNUA DOS PROCESSOS DE TRABALHO
Indicador	GE 3.2 – ÍNDICE DE MACROPROCESSOS MELHORADOS
O que mede	Quantidade de macroprocessos da cadeia de valor que foram redesenhados e melhorados
Por que medir	Para garantir a perpetuação da metodologia e a melhoria contínua dos processos de trabalho
Como medir	$(\text{número de macroprocessos melhorados} / \text{total de macroprocessos da cadeia de valor})$ Considerar macroprocessos melhorados aqueles que foram mapeados e redesenhados de acordo com a metodologia BPM adotada no PJSC
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
<p>O Escritório de Processos de Trabalho informou que, “de acordo com a cadeia de valor atual, nós consideramos 16 macroprocessos. Destes, foram realizadas melhorias, via BPM, em 8 macroprocessos. Muitos outros macroprocessos foram melhorados durante a gestão, no entanto, sem o uso da metodologia BPM”.</p>	

GESTÃO – GE

Objetivo Estratégico	GE 4 – APERFEIÇOAR A COMUNICAÇÃO INTERNA
Indicador	GE 4.1 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM A EFETIVIDADE DA COMUNICAÇÃO INTERNA
O que mede	O grau de satisfação com a efetividade do processo de comunicação do Tribunal e seus colaboradores, dos superiores e seus subordinados e entre os diversos setores organizacionais.
Por que medir	Para verificar se os colaboradores estão sendo informados, de maneira oficial e adequada, sobre os atos institucionais, por parte do Tribunal e por parte de seus superiores hierárquicos.
Como medir	Média aritmética das seguintes perguntas constantes da Pesquisa de Satisfação dos colaboradores: Clareza organizacional: atendimento que recebe de outras áreas do PJSC (questão 4); Clareza organizacional: comunicação institucional no PJSC (questão 5); Estilo gerencial: comunicação com seu superior hierárquico (questão 23).
Quem mede	Diretoria de Gestão de Pessoas
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



GESTÃO – GE

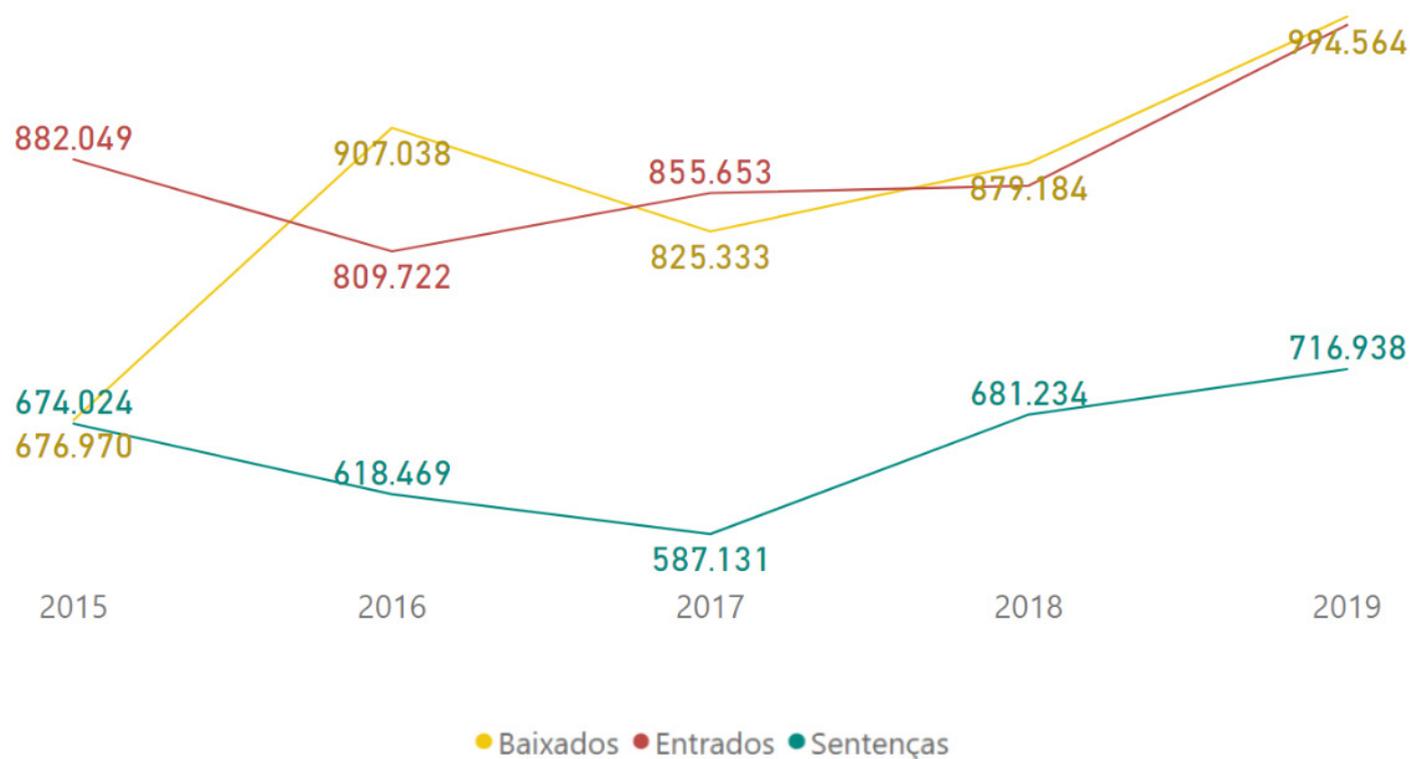
Objetivo Estratégico	GE 5 – CONCRETIZAR A GESTÃO DO CONHECIMENTO
Indicador	GE 5.1 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM GESTÃO DO CONHECIMENTO
O que mede	Quantidade de colaboradores que participaram de cursos ou disciplinas cuja ementa aborde assuntos ligados à gestão do conhecimento
Por que medir	Para que os colaboradores estejam aptos a aplicar os conceitos da gestão do conhecimento no desempenho de suas atividades
Como medir	$(\text{Número de colaboradores capacitados} / \text{Total de colaboradores do PJSC}) \times 100$
Quem mede	Asplan
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
<p>Resultado não disponível. A Academia Judicial informou que “no momento da extração dos indicadores apontados foram encontradas inconsistências em dados não confiáveis. Destacamos que o Exmo. Presidente desta Corte autorizou tratativas para aquisição de um novo sistema educacional, oportunidade em que o problema apontado será solucionado”.</p>	

PRODUTIVIDADE NO PRIMEIRO GRAU

PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

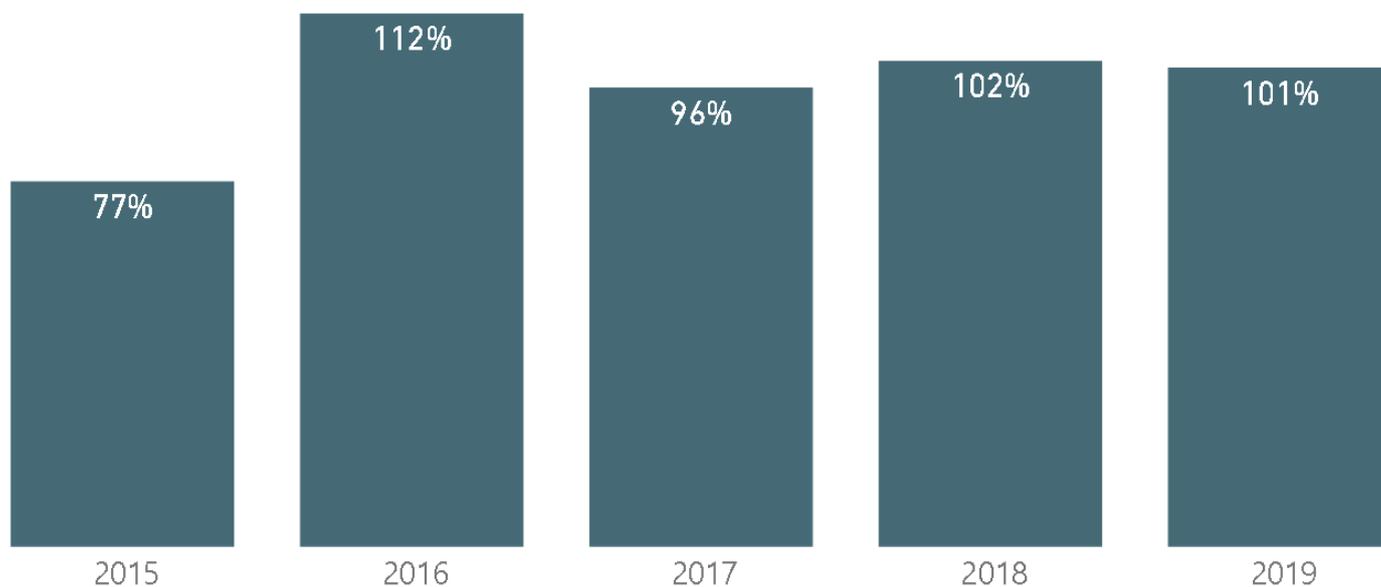
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

A série histórica a seguir destaca o incremento no número de processos sentenciados e baixados (arquivados definitivamente) nos dois últimos anos, ao passo que a entrada de processos apresenta um comportamento mais linear ao longo dos anos, com um leve acréscimo a partir de 2016. Em 2019, os números denotam maior desempenho na quantidade de processos sentenciados e baixados.



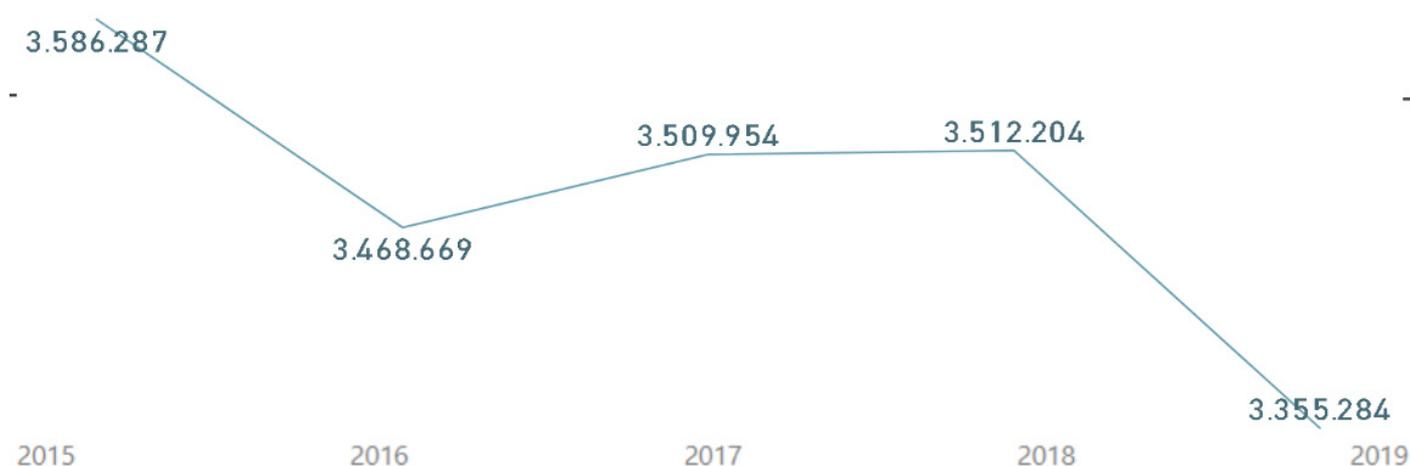
ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA

O índice de atendimento à demanda, que representa a razão entre o número de processos baixados pelos casos novos, apresenta tendência crescente. Nos últimos dois anos tem-se um percentual maior do que 100%, o que significa dizer que se baixou um número de processos maior do que o número de novos processos a cada ano.



ACERVO

Percebe-se tendência de diminuição do acervo, que ocorre principalmente em função do aumento do número de baixados, dado que a demanda mantém-se relativamente constante.

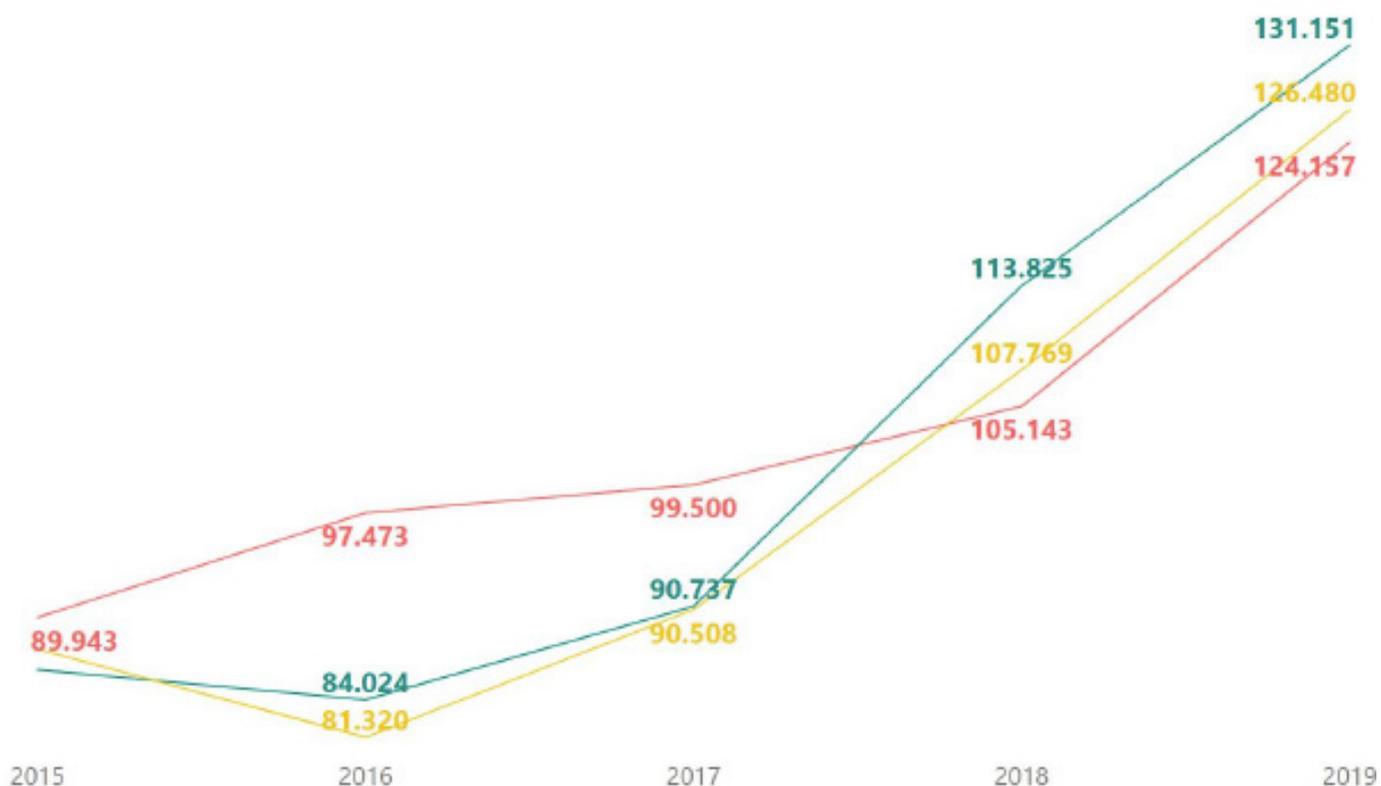


PRODUTIVIDADE NO SEGUNDO GRAU

SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO

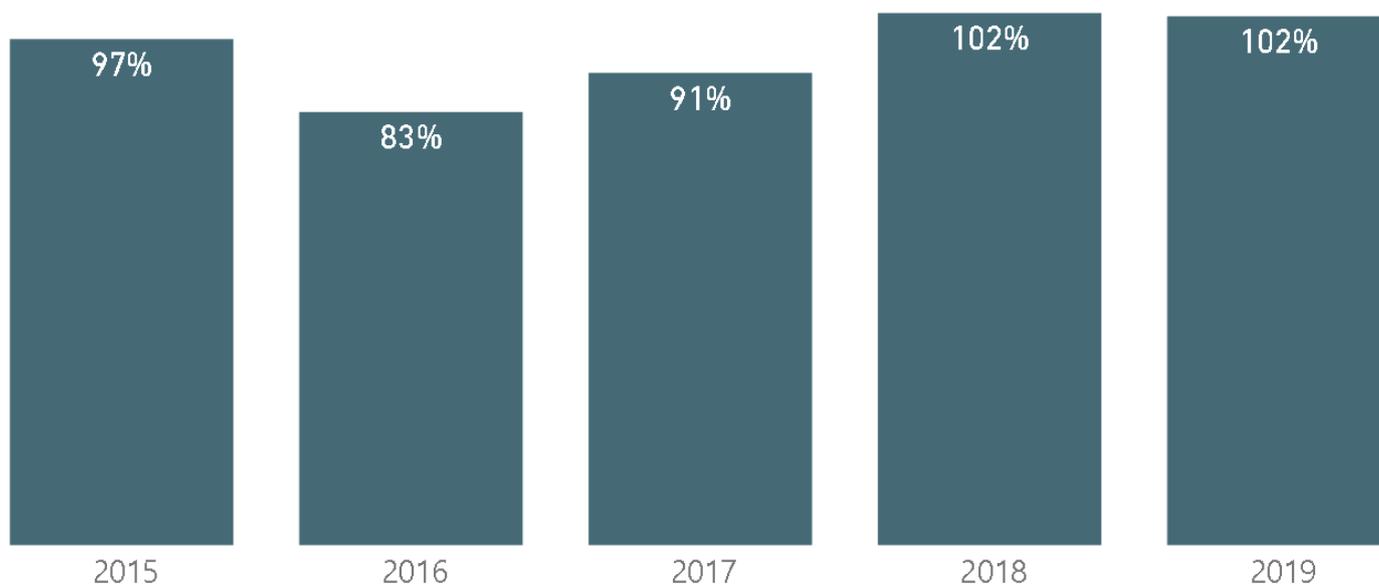
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Observa-se um aumento substancial nos indicadores ao longo dos últimos anos, em especial na produtividade (julgados e baixados), com um incremento maior que o dobro no intervalo analisado. Destaca-se também leve acréscimo na entrada de novos processos, com aumento mais acentuado em 2019.



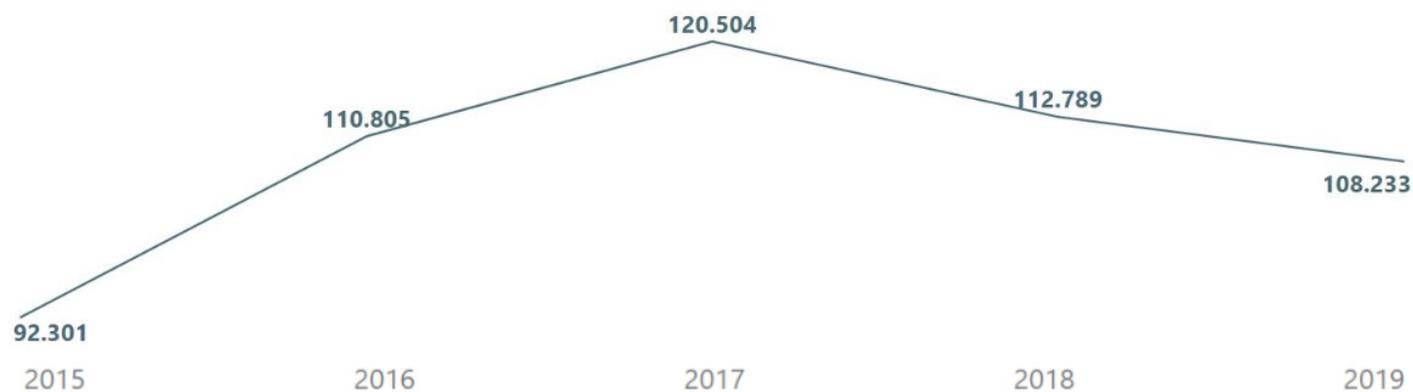
ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA

A exemplo do que se observa no primeiro grau, o índice de atendimento à demanda, que representa a razão do número de processos baixados por casos novos, apresenta tendência de crescimento. Em 2018, observou-se pela primeira vez na série histórica um percentual maior do que 100%, o que significa dizer que se baixaram mais processos do que entraram.



ACERVO

Nos últimos anos a tendência de queda do acervo reflete o aumento de produção do segundo grau e a melhoria do número de processos baixados.



Obras

DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

No ano de 2019 o orçamento total previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA 2019) foi da ordem de 73,8 milhões de reais, destinados à execução de obras, projetos e serviços de manutenção predial.

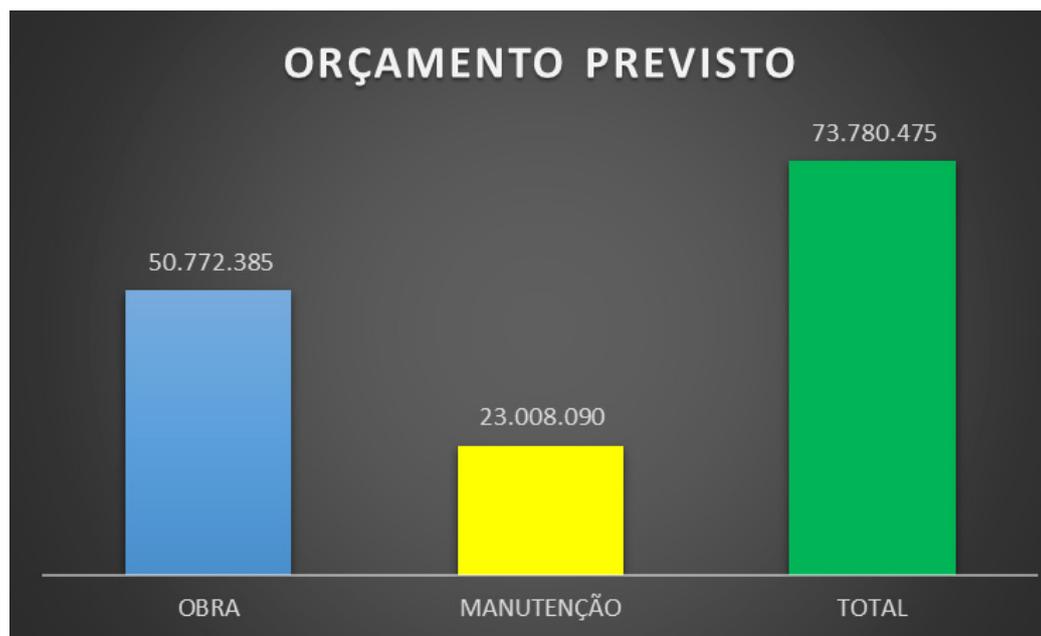


Gráfico 1 - Orçamento previsto

Desse total, aproximadamente 50,7 milhões de reais foram destinados a obras de construção, ampliação e reforma de prédios do TJSC, e outros 23 milhões para manutenções prediais.

No caso dos serviços de manutenção predial, aproximadamente 95% dos recursos orçamentários previstos para o exercício de 2019 foram utilizados (liquidados), conforme se observa no gráfico abaixo.

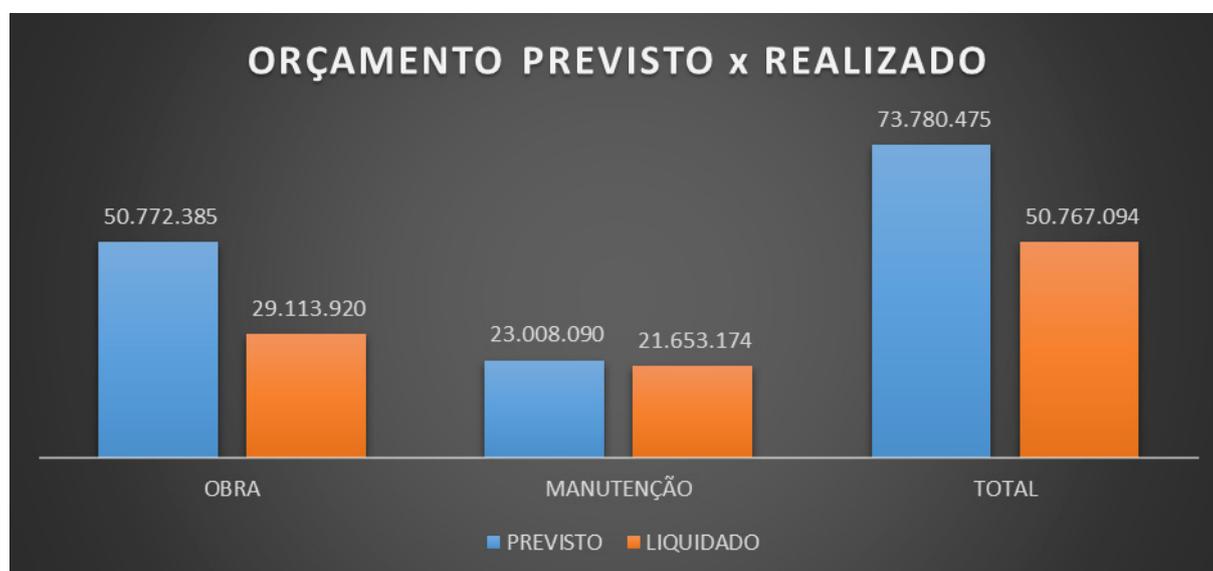


Gráfico 2 - Orçamento previsto x realizado (liquidado)

Já para as obras, o percentual de execução orçamentária foi da ordem de 57% em relação ao previsto.

As obras que ensejaram maior impacto na redução do percentual de execução orçamentária, representando 11% de liquidação em relação ao previsto, estão apresentadas na tabela abaixo.

Obra	Previsto	Liquidado	% de liquidação
Reforma do Fórum de Família - Balneário Camboriú	834.482,00	---	0,0%
Construção do Fórum de Imbituba	3.405.988,00	128.873,96	3,8%
Construção do Fórum de Curitibanos	764.940,00	33.336,00	4,4%
Reforma do Fórum de Blumenau	5.014.306,00	347.170,61	6,9%
Ampliação do Fórum de Anchieta	699.300,00	151.403,11	21,7%
Reforma do complexo do Tribunal de Justiça	3.908.623,00	975.734,22	25,0%
TOTAL	14.627.639,00	1.636.517,90	11,2%

Tabela 1 – Obras com o maior percentual de inexecução orçamentária

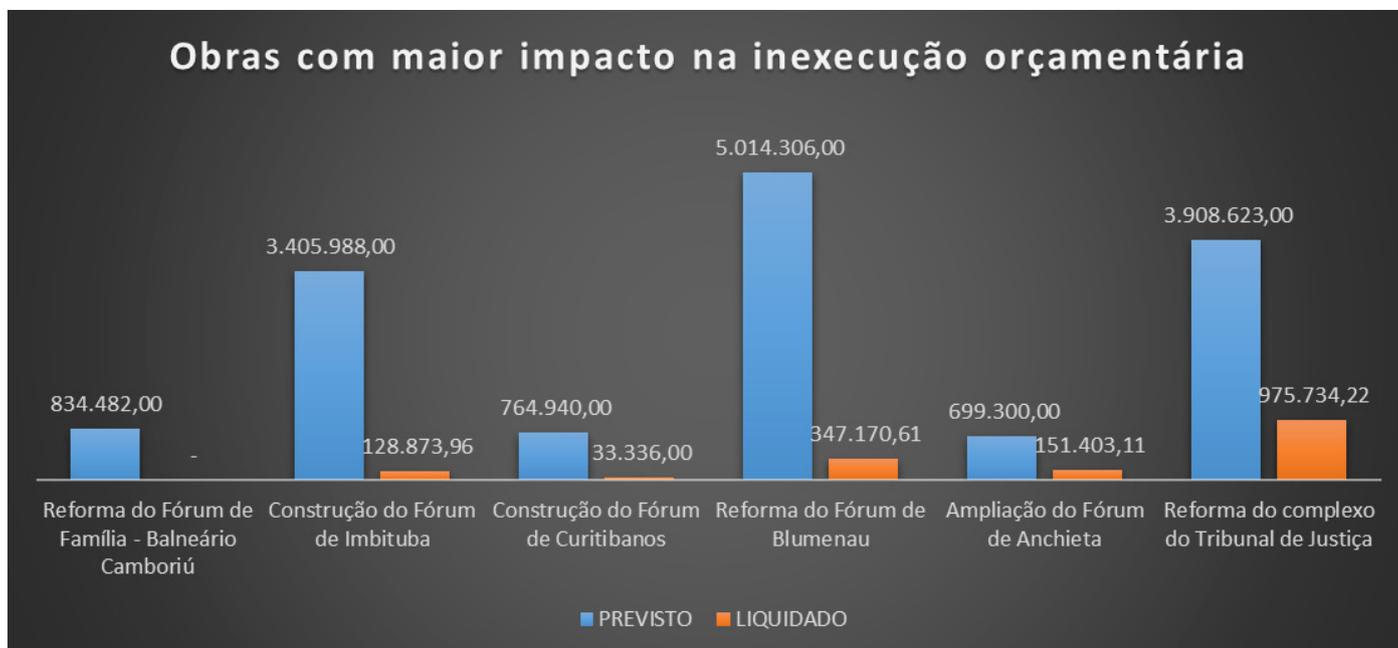


Gráfico 3 – Comparativo entre orçamento previsto x realizado de obras

Fatores que contribuíram para a baixa execução orçamentária nessas obras:

- Desconto concedido pelas licitantes vencedoras dos certames licitatórios: cita-se o caso da reforma global do Fórum de Blumenau, em que foi estimado o custo da obra em 18,7 milhões de reais (considerando R\$ 2.000/m²), mas a contratação se deu por aproximadamente 13,3 milhões de reais.
- Expectativa frustrada de início de obra, como foi o caso da construção do Fórum de Imbituba. O valor previsto na LOA considerou o início da obra em agosto de 2019, todavia a ordem de serviço foi emitida apenas em outubro de 2019.
- Atraso na licitação de contratação de projetos: cita-se o Contrato n. 31/2019 – elaboração dos projetos de construção do novo Fórum de Curitiba. Havia a expectativa de que o contrato fosse assinado em novembro de 2018. O orçamento foi previsto para pagamento de 90% do serviço no exercício 2019.

Todavia, o contrato foi assinado apenas em fevereiro de 2019. Além disso, a empresa contratada não cumpriu os prazos previstos para a entrega das etapas do projeto.

- Rescisão contratual: foi rescindido o Contrato n. 196/2018 – Reforma das passarelas de ligação entre as Torres I e II do TJSC.

No que tange ao total liquidado no ano de 2019, os valores estão assim distribuídos:

OBRAS DE ENGENHARIA: R\$ 29.113.920

MANUTENÇÕES PREDIAIS: R\$ 21.653.173,98

TOTAL LIQUIDADO: R\$ 50.767.094

Os valores gastos com obras de construção de novos fóruns, reformas e ampliações de edificações existentes, incluindo despesas com os projetos, correspondem a 57% do total liquidado em 2019.

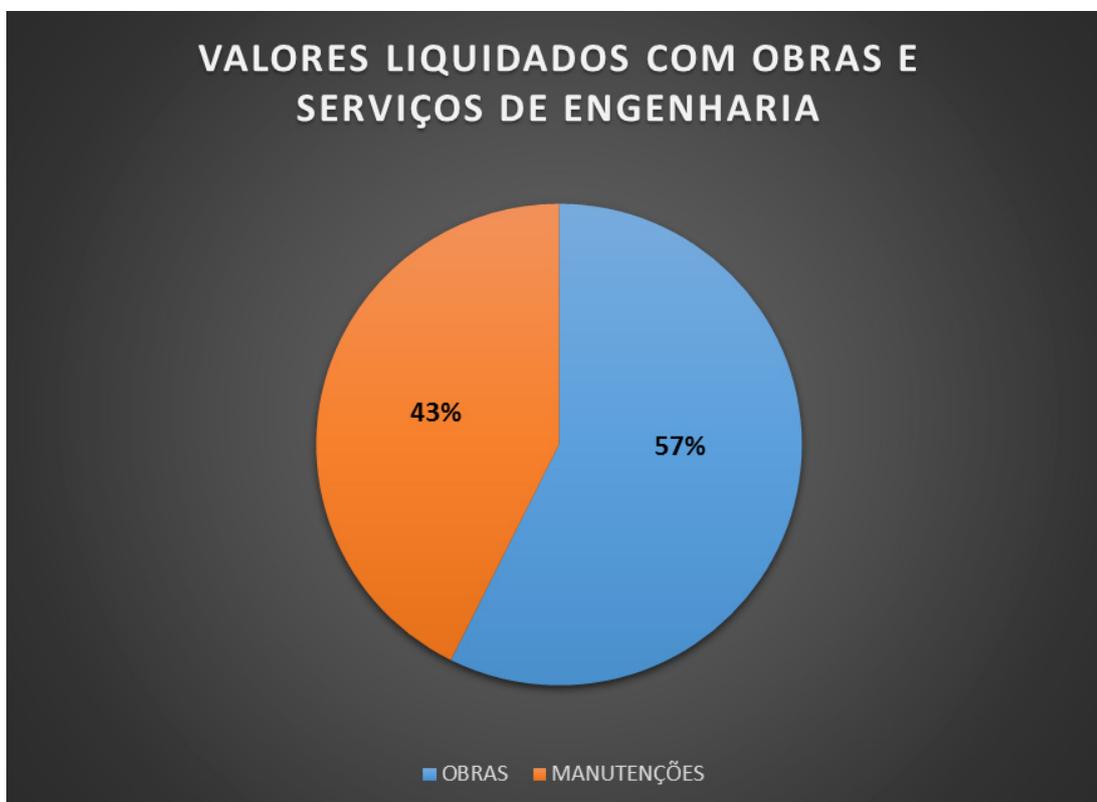


Gráfico 4 – Despesas com obras e serviços de engenharia (manutenções)

2.1. DAS OBRAS DE ENGENHARIA

2.1.1. DAS DESPESAS LIQUIDADAS COM OBRAS DE ENGENHARIA NO EXERCÍCIO 2019

No ano de 2019, foram fiscalizadas 27 obras de engenharia, sendo 23 reformas de prédios existentes e 4 construções de novas edificações para o Poder Judiciário, utilizando recursos na ordem de 29,1 milhões de reais:

CONSTRUÇÕES: R\$ 21.040.533

REFORMAS: R\$ 8.073.387

TOTAL: R\$ 29.113.920

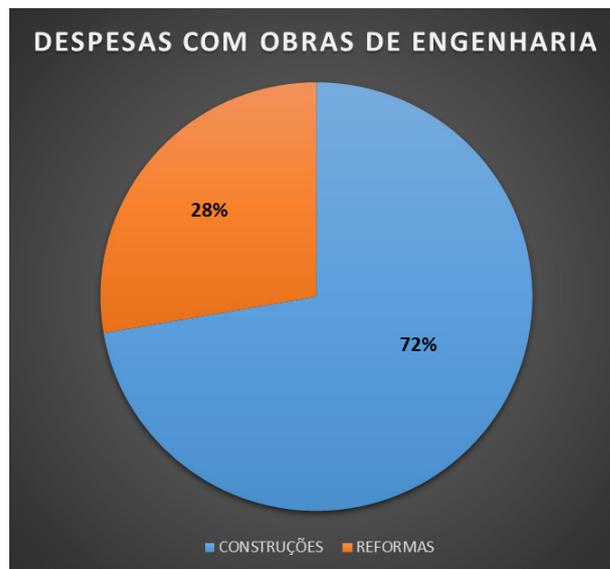


Gráfico 5 - Despesas com obras de engenharia



Gráfico 6 - Valores liberados pela Divisão de Fiscalização/DEA em 2019

2.1.2. DA SITUAÇÃO DAS OBRAS DE ENGENHARIA EM 2019

Das 27 obras fiscalizadas pela DEA em 2019, 10 foram concluídas e 17 se encontram em andamento.

Adiante seguem informações complementares em relação às obras de construção e reformas (com ou sem ampliação) do Poder Judiciário catarinense, fiscalizadas pela equipe técnica da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, no ano de 2019.

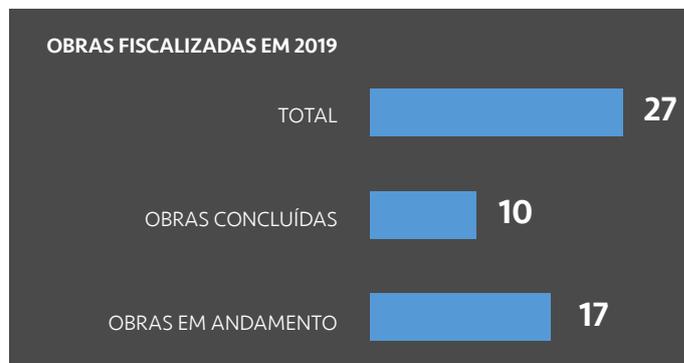


Gráfico 7 - Situação das obras fiscalizadas em 2019

2.2. DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

2.2.1. DOS PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

No ano de 2019 foram concluídos e encaminhados à licitação 11 projetos de engenharia e arquitetura, destinados a diversas obras em edificações do Poder Judiciário, totalizando 11,2 milhões de reais em obras.

Dos 14 projetos, 2 merecem destaque, ambos para o Fórum da Comarca de Caçador:

- instalação de fibra óptica: trata-se de um projeto piloto e inovador da Diretoria de Engenharia e Arquitetura para melhoria da rede de telecomunicações do Fórum, com uma nova tecnologia (Laserway), cuja implantação é possível aproveitando-se a infraestrutura já existente, portanto com intervenções mínimas em termos de obras. Essa tecnologia traz vantagens e benefícios aos usuários, como a redução significativa de infraestrutura, seja ela física (ocupação de racks, ocupação de eletrocalhas e dutos) ou sistêmica

(redução de investimentos em ar-condicionado, alimentação estabilizada), melhor controle de banda, além de baixo consumo de energia; e

- reforma parcial: obra que contempla diversas melhorias no Fórum com vistas à adequação da edificação, solucionando o problema relacionado à falta de acessibilidade do Fórum da Comarca de Caçador, que, inclusive, motivou a instauração da Ação Civil Pública n. 0300136-54.2014.8.24.0012, proposta pelo MPSC.

Além dos 11 projetos concluídos e encaminhados à licitação no ano de 2019, outros 30 se encontram em desenvolvimento na Divisão de Projetos/DEA.

Entre eles, destacam-se os 8 projetos de construção dos novos Fóruns de Herval do Oeste, Curitibaanos, Campos Novos, Rio Negrinho, São Lourenço do Oeste, Araquari, Garuva e Rio do Oeste. Estima-se que serão utilizados recursos na ordem de 60 milhões de reais para a construção dessas edificações, totalizando aproximadamente 30.000 m² de área construída.



Gráfico 8 - Despesas com obras e serviços de engenharia



Gráfico 9 - Projetos em andamento na DEA

2.2.2. DAS MANUTENÇÕES PREDIAIS

No ano de 2019 a Diretoria de Engenharia e Arquitetura gerenciou 92 contratos de manutenção preventiva e corretiva, cujos serviços executados resultaram na liquidação de aproximadamente R\$ 21.650.000,00, entre os quais se destacam:

contratos de prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva (civil/elétrica);

contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização

instalados em prédios do Poder Judiciário;

contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de transporte vertical (elevadores e plataformas elevatórias) instalados nos prédios do Poder Judiciário;

contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas estações de tratamento de esgoto (ETE) dos prédios do Poder Judiciário; e

contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas subestações de energia dos prédios do Poder Judiciário.

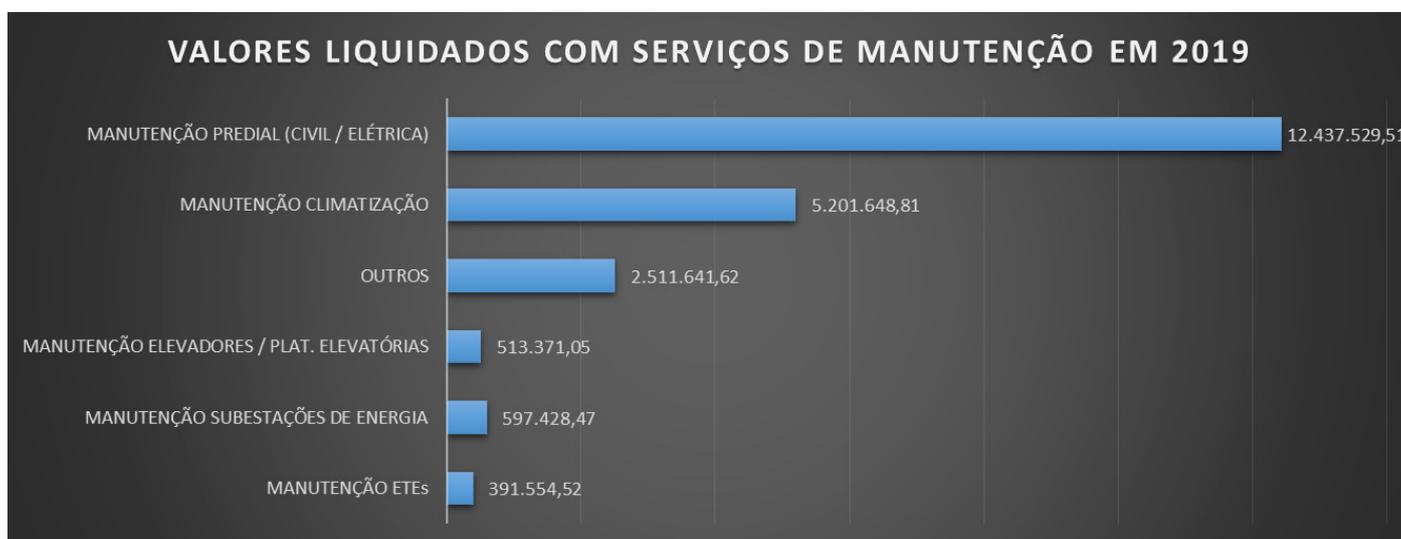
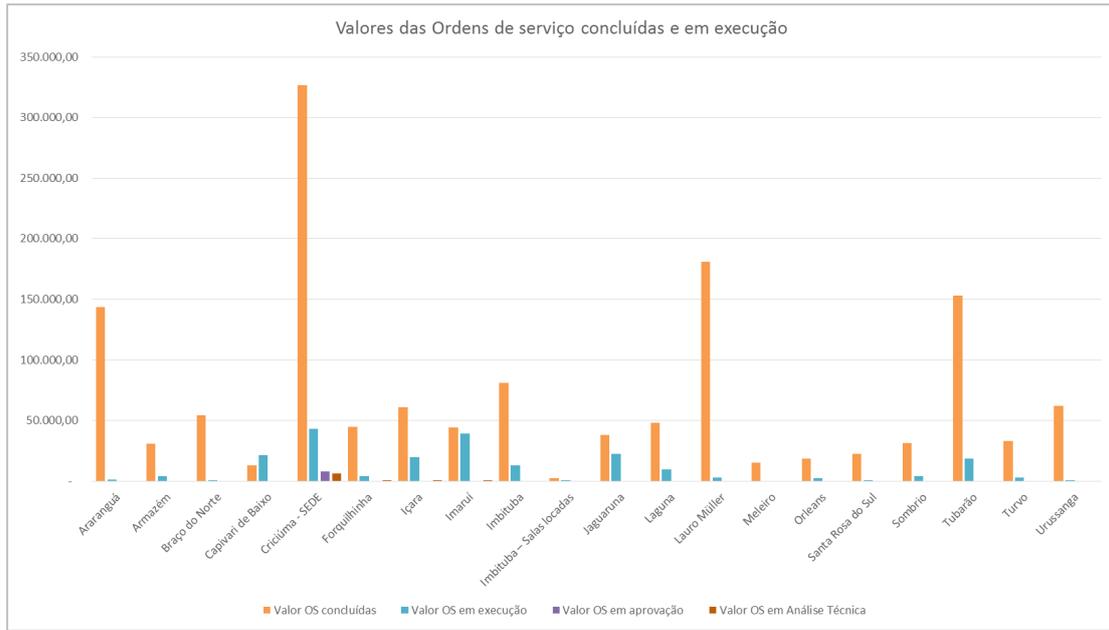


Gráfico 10 - Serviços de manutenção predial

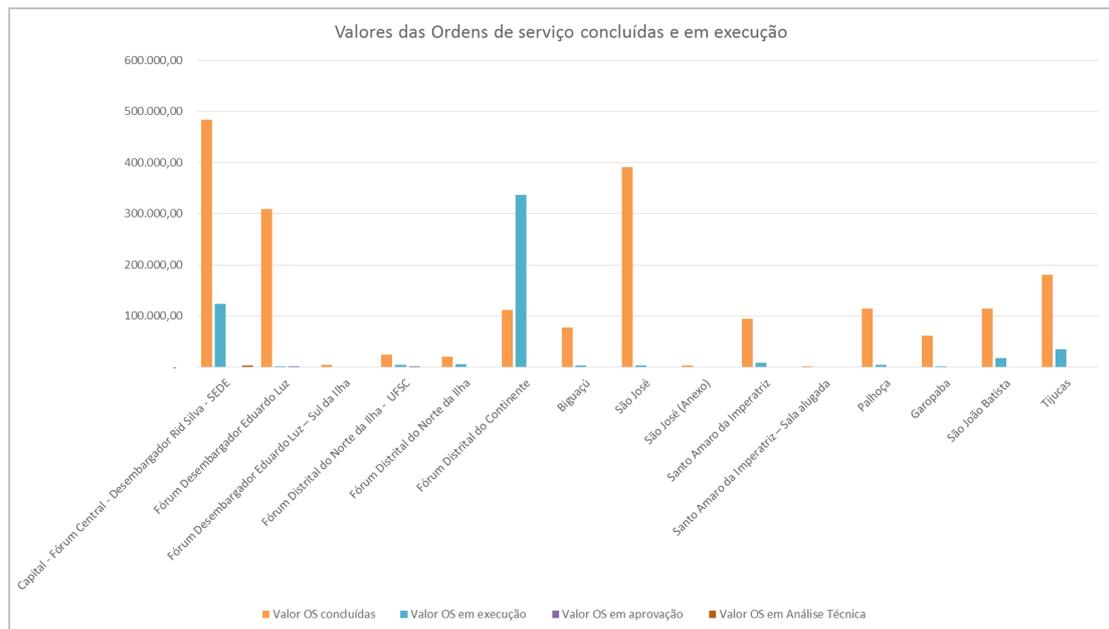
Registra-se que, no que tange aos serviços de manutenção predial (área civil e elétrica), desde 2017, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura vem trabalhando com um novo modelo de contratação, em que os serviços (pintura; instalação e remoção de divisórias; aplicação e manutenção de gesso acartonado; instalações elétricas; e obras civis) foram concentrados em um único contrato, gerando celeridade no atendimento das demandas, além de maior qualidade

e redução de custos para o erário, já que uma só empresa fica responsável, do início ao fim, por todas as intervenções necessárias para a realização do serviço demandado, seja um pequeno reparo ou uma obra mais complexa.

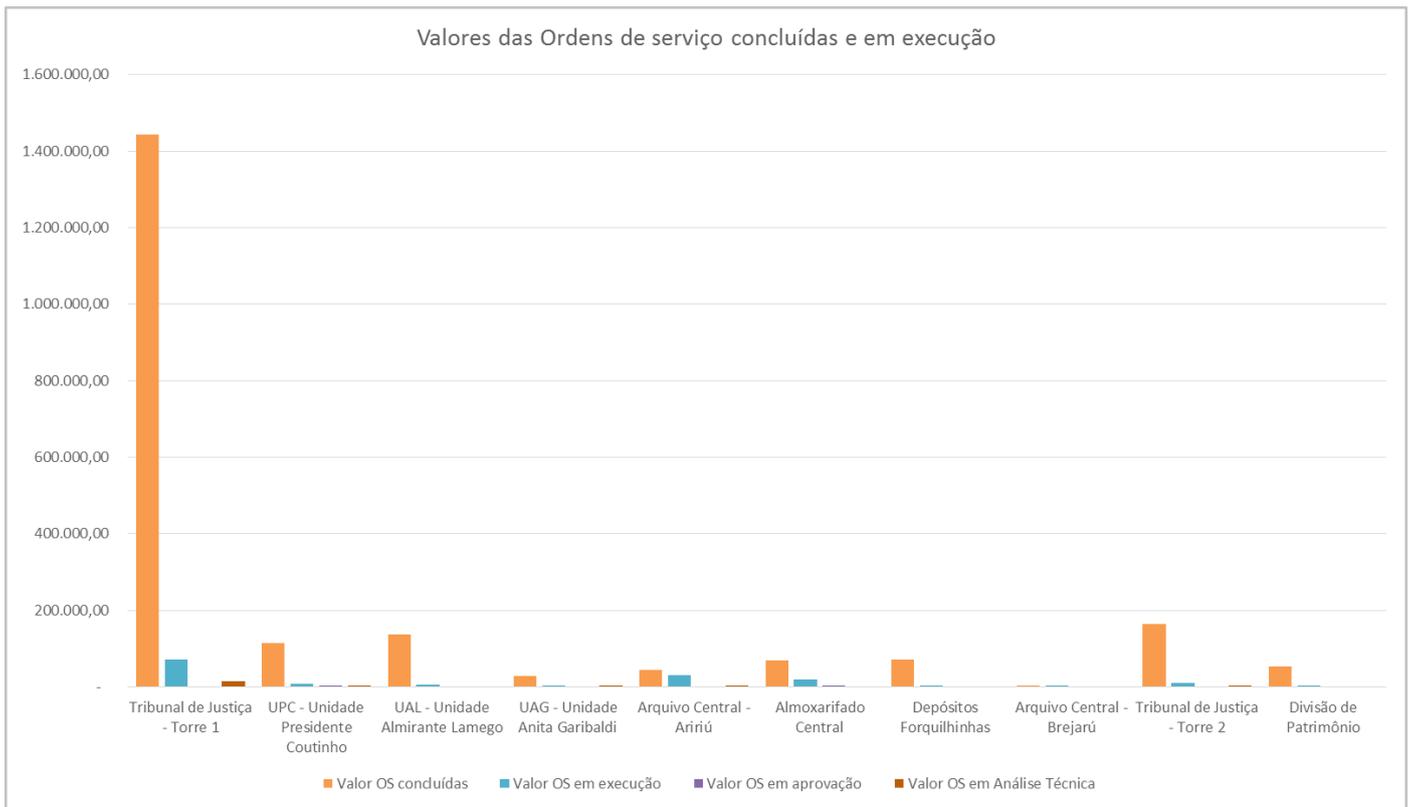
Com relação aos contratos de serviços continuados (manutenção predial, em regime de empreitada por preço unitário), seguem abaixo os valores liquidados, por região de abrangência, no ano de 2019.



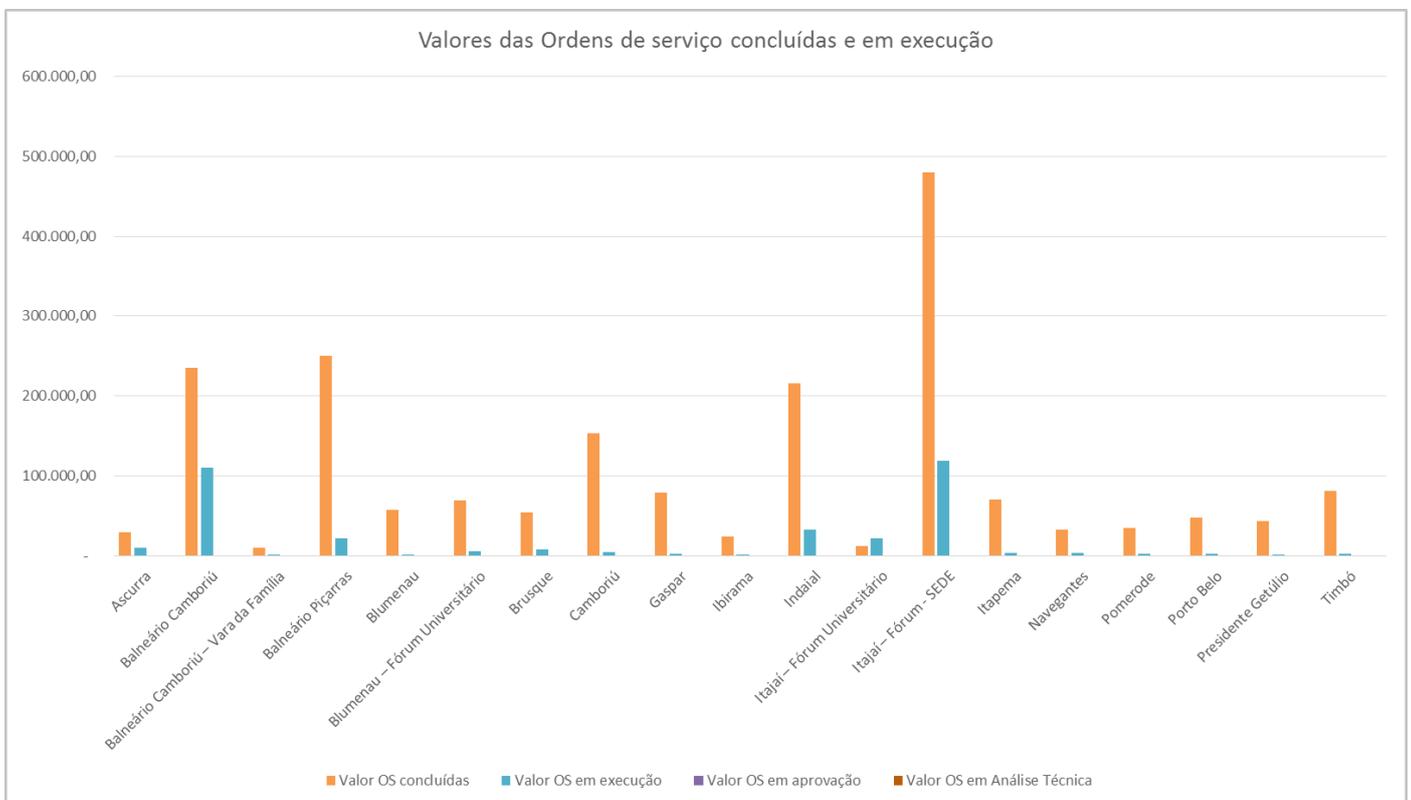
Região 1 - Sul do Estado



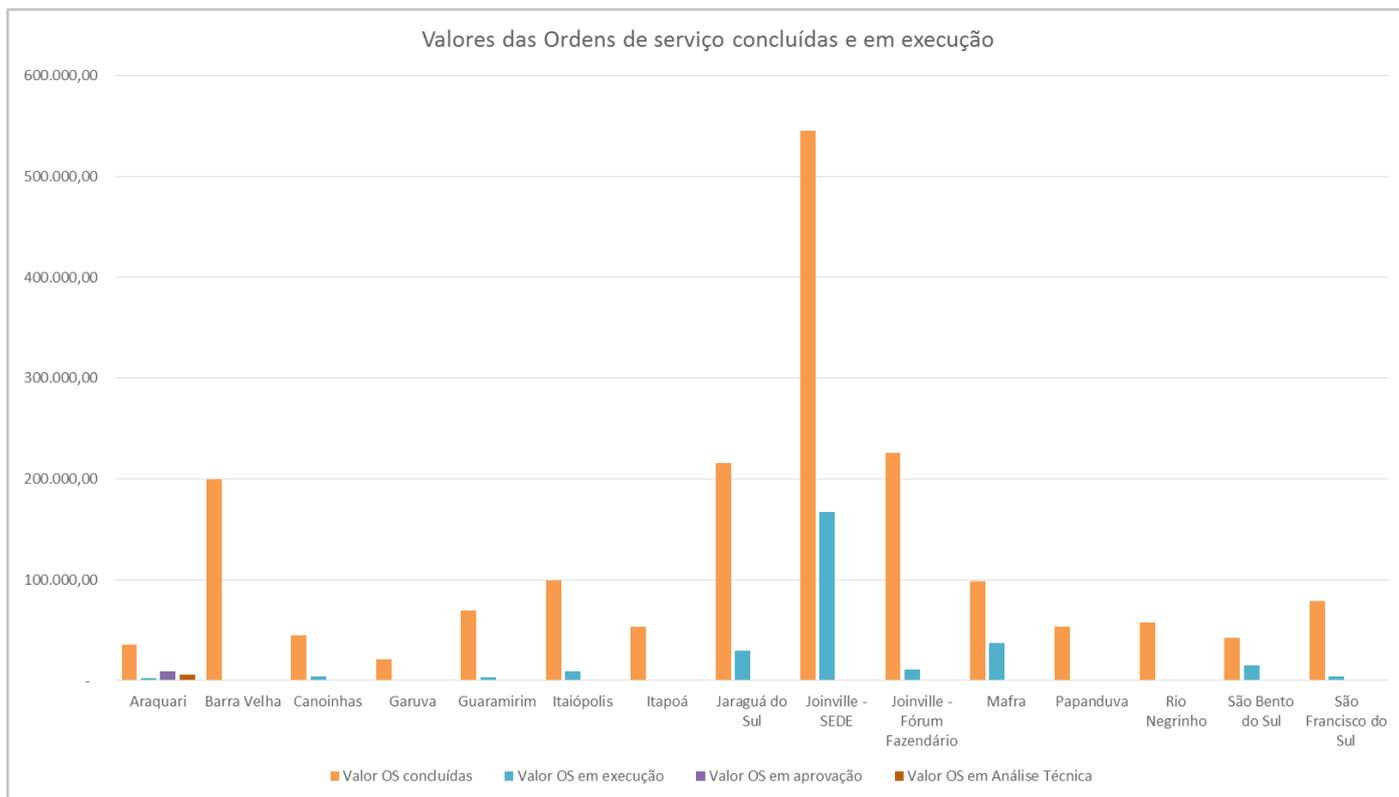
Região 2A - Grande Florianópolis (1ª grau)



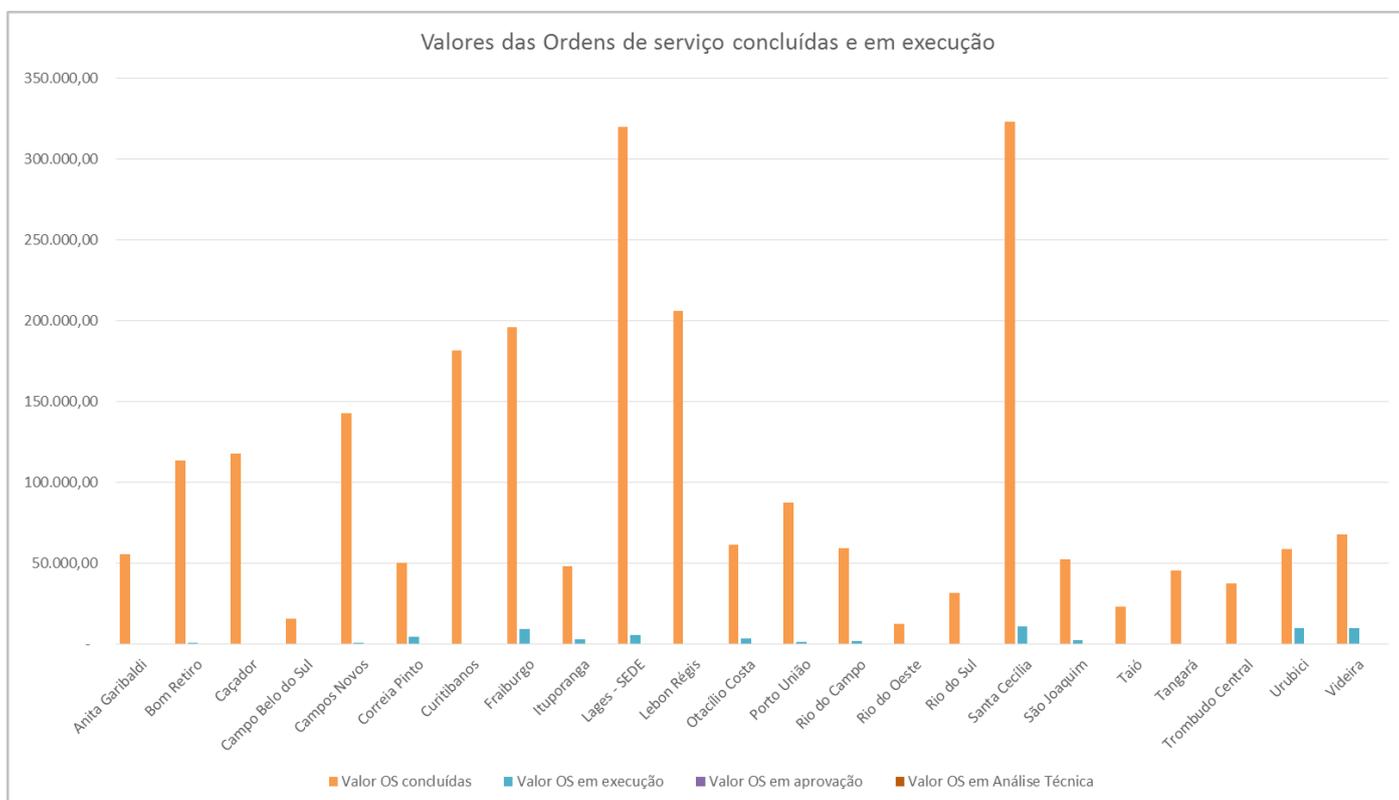
Região 2B - Grande Florianópolis (2º grau)



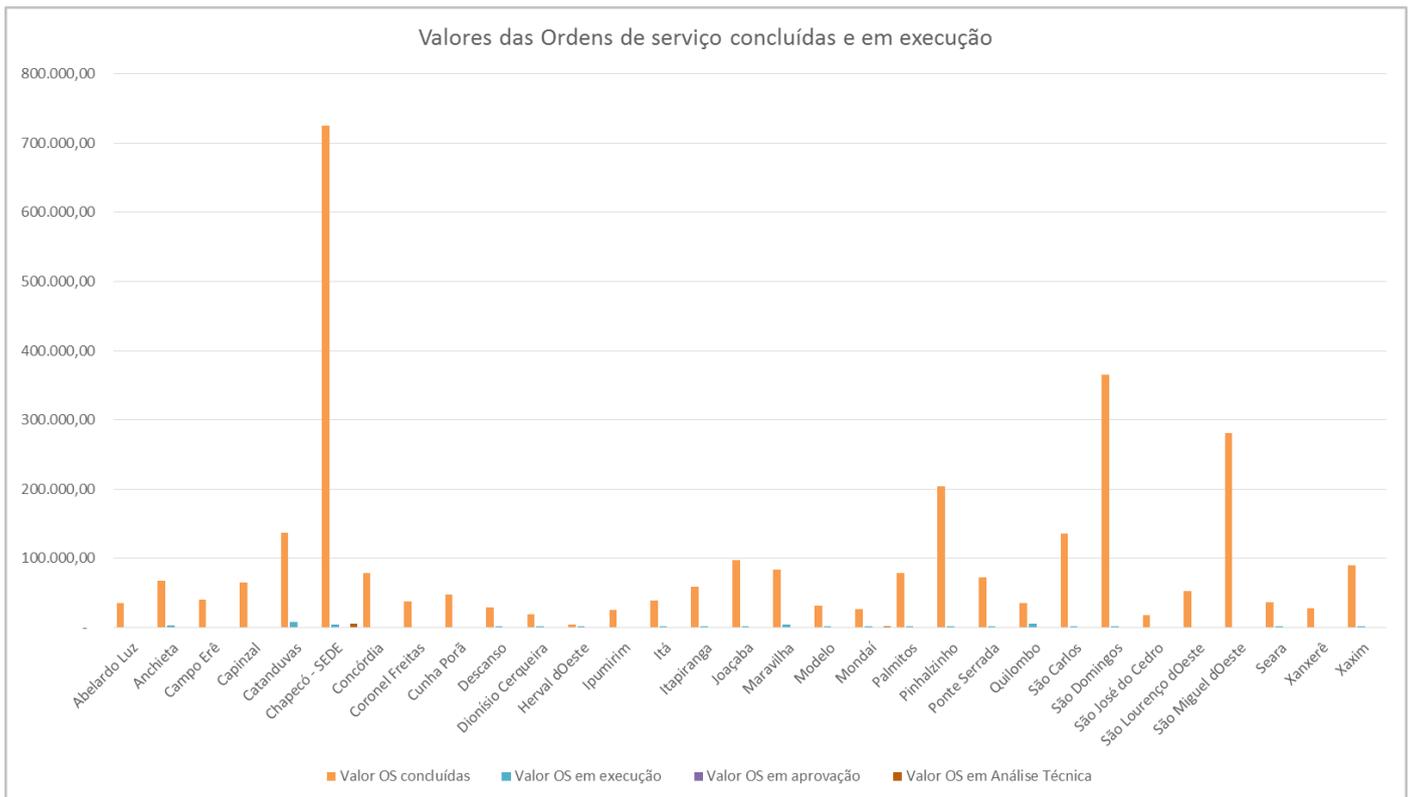
Região 3 - Vale do Itajaí



Região 4 - Norte do Estado



Região 5 - Serrana



Região 6 - Oeste do Estado

Contas públicas

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina - TJSC é executado por meio de duas unidades orçamentárias, quais sejam, **03001 – Tribunal de Justiça de Santa Catarina** e **03091 – Fundo do Reaparelhamento da Justiça**.

RECEITAS E REPASSES RECEBIDOS

Composição das Receitas

O Poder Judiciário de Santa Catarina possui três grupos de fontes de recursos que fomentam suas atividades, dando origem aos recursos orçamentários: Duodécimo, Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ e Sidejud.

Os recursos oriundos do Duodécimo e do Sidejud são controlados e executados pela Unidade Orçamentária 03001 – Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Já os recursos do Fundo do Reaparelhamento da Justiça pela Unidade Orçamentária 03091 – Fundo do Reaparelhamento da Justiça.

A seguir, detalha-se cada grupo de fontes de recursos:

I – grupo de fontes de recursos do Duodécimo: repasses do Poder Executivo correspondentes a 9,41% da Receita Líquida Disponível do Estado – RLD. Além dos recursos supramencionados, compõem também o referido grupo de fontes de recursos as receitas próprias diretamente arrecadadas geradas pelo órgão, especificamente a remuneração das disponibilidades bancárias (rendimentos de aplicações financeiras) e a remuneração auferida por meio do Contrato n. 123/2019 com o Banco do Brasil, para centralização pelo banco dos créditos provenientes da folha de pagamento gerada pelo Tribunal. Os recursos do grupo de fontes de recursos do Duodécimo podem ser aplicados em qualquer tipo de despesa do Poder Judiciário.

II – Sistema de Gestão Centralizada dos Depósitos Judiciais – Sidejud: constitui os rendimentos provenientes do saldo positivo obtido do total de recursos disponíveis (patrimônio líquido do fundo de investimento), deduzido o valor total dos saldos das subcontas atualizadas de acordo com a poupança, pro rata die, e os rendimentos resultantes de aplicações financeiras desta receita (Lei n. 15327/2010, art. 3º, § 2º), que é transferida e contabilizada no orçamento do Poder Judiciário.

As receitas do Sidejud podem custear o pagamento de despesa com:

- I – construção, reforma, instalação e manutenção de casas da cidadania e/ou fóruns municipais nos municípios que não sejam sede de comarcas e nos distritos e bairros das cidades com alto índice demográfico;
- II – instalação, desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades dos juzizados especiais;
- III – modernização das bibliotecas e dos arquivos do PJSC;
- IV – Academia Judicial;
- V – manutenção, serviços, equipamentos e sistemas de informática;
- VI – aquisição e manutenção de mobiliário e de veículos;
- VII – implantação e manutenção dos sistemas de segurança do PJSC;
- VIII – qualificação e aperfeiçoamento de pessoal;
- IX – manutenção e aprimoramento do Sistema de Gestão Centralizada de Depósitos sob Aviso à Disposição do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina;
- X – comunicação institucional;
- XI – pagamento de verbas de caráter indenizatório e de débito do Poder Judiciário decorrente de reconhecimento de direito ao corpo funcional (redação do inciso XI dada pela Lei 17.406, de 2017);
- XII – cobertura de insuficiência financeira do Poder Judiciário, relativa ao Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina; e
- XIII – aquisição, construção, manutenção, reforma e conservação de edificações em caráter complementar aos recursos advindos do Fundo de Reparelhamento da Justiça – FRJ (redação dos incisos X ao XIII incluída pela Lei 17.004, de 2016).

III – Fundo de Reparelhamento da Justiça – FRJ:
oriundo de custas judiciais, taxa judiciária, custas

extrajudiciais, outras receitas diversas, receitas de dívida ativa, Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registrais e as remunerações das disponibilidades bancárias (Lei n. 8.067/1990).

Os recursos afetos ao FRJ podem ser aplicados nas seguintes finalidades:

- I – elaboração e execução de planos, programas e projetos;
- II – construção, ampliação e reforma de prédios;
- III – aquisição de equipamentos, veículos utilitários e outros materiais;
- IV – implementação dos serviços de informática (redação dada pela Lei Complementar n. 188, de 1999);
- V – manutenção e conservação de edificações e no pagamento das demais despesas de custeio (redação dada pela Lei Complementar n. 279, de 2004);
- VI – implementação da sistemática de aquisição e controle do Selo de Fiscalização, instituído pela Lei Complementar n. 175, de 1998 (redação dada pela Lei Complementar n. 188, de 1999);
- VII – contratação de estagiários para atuarem no Poder Judiciário, no Ministério Público, nas unidades prisionais e nos estabelecimentos destinados a atendimento da política de proteção aos direitos da criança e do adolescente (redação dada pela Lei Complementar n. 188, de 1999); e
- VIII – capacitação de recursos humanos (redação dada pela Lei Complementar n. 188, de 1999).

RECEITAS ARRECADADAS E REPASSES RECEBIDOS

O quadro abaixo evidencia a previsão inicial das receitas totais do PJSC consignadas na Lei Orçamentária Anual de 2019 – LOA (Lei n. 17.698/2019) e a respectiva arrecadação, segregada por grupo de fontes de recursos:

Fonte de Recurso	Receita Prevista	Receita arrecadada	Superávit/Déficit	Superávit/Déficit (%)
Duodécimo	1.674.412.565,00	1.736.214.940,20	61.802.375,20	3,69%
Sidejud	113.094.648,00	86.101.246,15	-26.993.401,85	-23,87%
Fundo de Reparelhamento da Justiça	277.627.946,00	319.701.120,71	42.073.174,71	15,15%
Total	2.065.135.159,00	2.142.017.307,06	76.882.148,06	3,72%
Repasses IPREV - inativos	253.708.985,69	253.708.985,69	0,00	0,00%
Repasses IPREV - extrajudiciais	35.717.800,42	35.717.800,42	0,00	0,00%
Total	2.354.561.945,11	2.431.444.093,17	76.882.148,06	3,72%

Com o objetivo de financiar os programas de trabalho planejados pelo TJSC, a Lei Orçamentária Anual de 2019 estimou a receita orçamentária do Poder Judiciário em R\$ 2.033.862.618,00.

A Lei Complementar estadual n. 730/2018 destinou até um terço das receitas de custas extrajudiciais arrecadadas pelo Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ para o custeio da Assistência Judiciária Gratuita. Sendo assim, esses recursos deixaram de ser transferidos ao Fundo de Acesso à Justiça – FAJ, vinculado à Defensoria Pública do Estado. Portanto, acrescenta-se à receita prevista do FRJ o valor de R\$ 31.272.541,00, correspondente a um terço da receita prevista de custas extrajudiciais, resultando em uma receita orçamentária prevista do Poder Judiciário no montante total de R\$ 2.065.135.159,00.

A receita orçamentária arrecadada atingiu o montante de R\$ 2.142.017.307,06. Estão incluídas nela as receitas originárias do *spread* da conta de precatórios do Estado e dos municípios registradas, respectivamente, nos valores de R\$ 4.680.607,68 e de R\$ 5.401.664,96.

O confronto da estimativa com a receita orçamentária arrecadada evidencia superávit de arrecadação total da ordem de R\$ 76.882.148,06 (3,72%).

Analisando de forma segregada, denota-se que os grupos de fontes de recursos do Duodécimo e do FRJ obtiveram excesso de arrecadação, respectivamente na ordem de R\$ 61.802.375,20 (3,69% acima do previsto) e de R\$ 42.073.174,71 (15,15% acima do previsto). Por outro lado, o Sidejud amargou déficit de arrecadação de R\$ 26.993.401,85 (23,87% abaixo do previsto).

Ao comparar a arrecadação de 2019 em relação à de 2018, observou-se crescimento nominal de 13,79%. Levando em consideração a inflação acumulada em 2019 de 4,31%, calculada pelo índice IPCA/IBGE, chegou-se a um crescimento real das receitas arrecadadas da ordem de 9,48%.

A causa do expressivo crescimento da receita arrecadada está concentrada nos grupos de fontes de recursos do Duodécimo e do FRJ. Em relação ao primeiro, o crescimento nominal foi de 12,17%, sendo o crescimento real de 7,86%, resultado da performance da arrecadação das receitas pelo Poder Executivo. Já o segundo apresentou um crescimento nominal de 30,72%, sendo o crescimento real de 26,41%, resultado, entre outros fatores, do novo regimento de custas, regulamentado pela Lei estadual n. 17.654/2018, que entrou em vigor no dia primeiro de abril de 2019.

Em sentido inverso, a receita arrecadada do grupo de fontes de recurso do Sidejud ostentou resultado negativo em relação ao ano anterior, com queda nominal de 4,45% e queda real de 8,76%. Esse cenário é decorrente das sucessivas reduções da taxa básica de juros (Selic), com efeito direto sobre essas receitas.

No que concerne ao repasse do IPREV destinado à quitação da folha de pagamento dos inativos do PJSC e dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de serventuários de justiça, auxiliares e juizes de paz (transferidos ao Poder Judiciário por força da LC n. 127/94), cumpre observar que as respectivas dotações orçamentárias estão consignadas no orçamento da referida autarquia, mas com execução financeira realizada neste Poder. Ou seja, o crédito é descentralizado em favor do Poder Judiciário para execução da despesa em seu exato montante.

DEVOLUÇÃO ESPONTÂNEA DE DUODÉCIMO

Em atenção à proposta de concessão de auxílio financeiro de forma conjunta pelos Poderes Judiciário e Legislativo, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina em favor do Poder Executivo, materializada na devolução de duodécimo ou dedução nos repasses futuros, realizou-se estudo que resultou na verificação da possibilidade de devolução imediata da importância de R\$ 18.000.000,00 ao Tesouro do Estado, com recursos da fonte “0.1.00. – Recursos ordinários – Recursos do Tesouro – RLD”.

Diante das dificuldades financeiras vivenciadas pelo Poder Executivo e da compreensão desse problema por parte do Tribunal de Justiça, foram realizadas racionalizações de despesas e mantida postura austera na implementação de novos dispêndios, sem prejudicar a manutenção da atividade jurisdicional.

Nesses termos, foi autorizada a devolução de duodécimo ao Poder Executivo no valor de R\$ 18.000.000,00, a qual foi realizada em 27.8.2019.

REPASSES DO FUNDO DO REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA

Conforme previsto na Lei Complementar estadual n. 188, de 1999, parte das receitas auferidas no FRJ é repassada a outros órgãos. A lei previa destinação de recursos para o Ministério Público de Santa Catarina, Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina e Fundo de Acesso à Justiça.

Importante destacar que até 13.7.2018, data da vigência da Lei Complementar estadual n. 723/2018, não havia previsão legal para destinação da parcela de custas extrajudiciais que antes era transferida ao Fundo Especial da Defensoria Dativa. Assim, a partir daquela data, foi autorizada a transferência de um terço das custas extrajudiciais ao Fundo de Acesso à Justiça – FAJ. Todavia, essa situação permaneceu até a promulgação da Lei Complementar estadual n. 730, de 21 de dezembro de 2018. A despeito de estar consignado na LOA o valor estimado de um terço das receitas de custas extrajudiciais para o FAJ, quando

discriminado o orçamento por órgãos, a mencionada lei retirou a destinação dessa parcela ao FAJ, sendo mantidos os recursos no FRJ, para cumprimento das mesmas finalidades.

O quadro abaixo apresenta os valores destinados a outros órgãos. Despesas Realizadas

Destinação	Custas Extrajudiciais	Custas Judiciais e Taxa Judiciária	Total
FUPESC	32.409.199,05	---	32.409.199,05
FERMP	6.481.839,81	35.736.802,45	42.218.642,26
Total	38.891.038,86	35.736.802,45	74.627.841,31

Com o objetivo de padronizar os demonstrativos publicados no portal da transparência do Poder Judiciário, na execução da despesa foi utilizada a liquidada. Esta representa o segundo estágio da despesa orçamentária. A liquidação da despesa é, geralmente, processada pelas Unidades Executoras ao receberem o objeto do empenho (o material, serviço, bem ou obra). Conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, art. 63, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, tendo como objetivos: apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

No tocante às dotações orçamentárias destinadas ao pagamento da folha dos inativos do PJSC, bem como dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juizes de Paz, as mesmas estão consignadas no orçamento do IPREV, sendo que a execução ocorre por intermédio de descentralização orçamentária e financeira oriundas da referida Autarquia. Nesse sentido, convém não as considerar quando se tratar de execução orçamentária.

As despesas liquidadas do Poder Judiciário no exercício de 2018 somaram R\$ 2.078.341.233,43, sendo, R\$ 1.863.141.600,63 provenientes do Duodécimo, Sidejud e FRJ e o restante, R\$ 215.199.632,80 oriundas dos precatórios contra o Estado.

Assim, o índice de execução orçamentária das despesas liquidadas relativas ao Duodécimo, Sidejud e FRJ atinge 90,44%. Considerando as dotações destinadas ao pagamento de precatórios, esse percentual reduz para 85,76%.

Os recursos financeiros alocados nos projetos e atividades que compõem o orçamento do TJSC foram executados por meio de duas Unidades Orçamentárias, 03001 – Tribunal de Justiça de Santa Catarina e 03091 –

Fundo do Reaparelhamento da Justiça. O Anexo I sintetiza todas as ações (projetos e atividades) previstos e realizados referente ao exercício de 2018.

De modo a detalhar os gastos apresentados no Anexo I, traz-se em seguida um relatório que relata as principais ações previstas e realizadas, segregadas por áreas temáticas.

DESPESAS REALIZADAS

Com o objetivo de padronizar os demonstrativos publicados no portal da transparência do Poder Judiciário, na execução da despesa foi utilizada a liquidada. Esta representa o segundo estágio da despesa orçamentária. A

liquidação da despesa geralmente é processada pelas unidades executoras ao receberem o objeto do empenho (o material, serviço, bem ou obra). Conforme previsto no art. 63 da Lei n. 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do crédito, tendo como objetivos apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

No tocante às dotações orçamentárias destinadas ao pagamento da folha dos inativos do PJSC, bem como dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de serventuários de justiça, auxiliares e juizes de paz, as mesmas estão consignadas no orçamento do IPREV, sendo que a execução ocorre por meio de descentralização orçamentária e financeira oriunda da referida autarquia. Nesse sentido, não são consideradas ao se tratar de execução orçamentária do PJSC.

As despesas liquidadas do Poder Judiciário no exercício de 2019 somaram R\$ 2.033.922.831,05, sendo R\$ 1.662.427.649,61 provenientes do Duodécimo, R\$ 115.084.984,09 do Sidejud, e R\$ 256.410.197,35 do FRJ.

Assim, o índice de execução orçamentária das despesas liquidadas relativas ao Duodécimo, Sidejud e FRJ atinge 88,30%.

Os recursos financeiros alocados nos projetos e atividades que compõem o orçamento do TJSC foram executados por meio de duas unidades orçamentárias, 03001 – Tribunal de Justiça de Santa Catarina e 03091 – Fundo do Reaparelhamento da Justiça. O Anexo I sintetiza todas as ações (projetos e atividades) previstas e realizadas referentes ao exercício de 2019.

De modo a detalhar os gastos apresentados no Anexo I, traz-se a seguir um relatório que relata as principais ações previstas e realizadas, segregadas por áreas temáticas.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Os recursos orçamentários destinados à Tecnologia de Informação (TI) estão apoiados nos direcionamentos da Estratégia Nacional de TI do Poder Judiciário (Entic-Jud), previstos nas Resoluções n. 182/2013 e n. 211/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. A Entic-Jud está estruturada em ações orientadas à melhoria da governança e gestão de TI, padrões de desenvolvimento e sustentação de sistemas de informação, infraestrutura tecnológica e gestão de pessoas.

Para dar suporte à realização dos diversos projetos voltados à efetivação das ações previstas na Entic-Jud, no ano de 2019 investiu-se na implantação de um novo sistema de gestão de processos judiciais, o eproc, totalmente gratuito e cedido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região por meio de termo de cooperação técnica. Esse sistema substituiu o Sistema de Automação da Justiça – SAJ, desenvolvido e mantido pela empresa terceirizada Softplan Planejamentos e Sistemas Ltda., que oferecia pouca autonomia para a implementação de melhorias a um custo elevado ao erário.

Cabe esclarecer que os investimentos realizados em 2019 para o programa “0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário”, Subação “10532 – gestão de Sistemas Judiciais – FRJ” e Subação “14103 – Gestão dos Sistemas Judiciais – Sidejud”, referentes à manutenção do sistema SAJ serão reduzidos significativamente a partir de 2020, considerando que a implantação do sistema eproc foi concluída no final de 2019 e que os processos remanescentes no SAJ estão sendo migrados gradativamente.

Dadas as novas diretrizes relacionadas à descontinuidade do software SAJ e à implantação do sistema eproc, houve a necessidade de modernização dos sistemas da área administrativa, incrementando os investimentos na contratação de um sistema integrado de gestão empresarial – ERP.

Ainda, para atender às diretrizes da Administração, acompanhar a evolução tecnológica necessária para a prestação adequada dos serviços de TI e garantir a alta disponibilidade, foram realizados investimentos na área de infraestrutura de TI, com aquisição de equipamentos, como novos servidores de armazenamento e processamento e ampliação da capacidade dos links de internet e dos links das comarcas. Também receberam investimentos, que proporcionaram melhorias, as centrais telefônicas VOIP e os serviços de telefonia fixa.

Da mesma forma, investiu-se na renovação do parque tecnológico do PJSC com a aquisição de novos computadores, aparelhos de televisão, mesas de som, microfones, cabos e conectores. Os novos equipamentos viabilizam a prestação jurisdicional com maior qualidade e celeridade, principalmente no tocante aos depoimentos

especiais e à prática dos atos processuais por meio de videoconferência.

Com investimentos na contratação de serviços de suporte ao banco de dados Oracle e dos equipamentos de rede de dados, foi garantida a segurança e a disponibilidade das informações, reduzindo os riscos de ocorrências de indisponibilidade no acesso aos serviços de TI por parte dos colaboradores e dos cidadãos. Ainda, a manutenção na infraestrutura do banco de dados Caché proporcionou maior segurança e disponibilidade das informações dos sistemas que dão suporte ao desenvolvimento das atividades administrativas.

Para finalizar, visando à melhoria da prestação dos serviços aos clientes de TI, ocorreu a expansão da Central de Serviços, abrangendo todas as 111 comarcas de Santa Catarina e atendendo aproximadamente 13 mil usuários. Ressalta-se que, por meio da Central de Serviços, é possível registrar, classificar, priorizar e gerenciar incidentes e requisições, facilitando a gestão das equipes que irão atender às demandas, melhorando a qualidade e agilidade no atendimento e possibilitando que os demandantes se mantenham informados sobre o andamento de suas solicitações.

Abaixo estão relacionados os principais projetos/atividades executados pela Diretoria de TI do PJSC.

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14101 – Gestão de Microinformática – SIDEJUD	14.322.948,52	2.923.820,04
Principais produtos/serviços ofertados		
<ul style="list-style-type: none"> • Computadores (2 mil unidades) • Nobreak (120 unidades) • Peças e suprimentos • Vídeo Wall (TVs, Microfones, Mesas de Som, Cabos, Conectores e Suporte) 		
Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14102 – Gestão de Sistemas Administrativos – SIDEJUD	4.818.669,39	2.536.493,53

Principais produtos/serviços ofertados

- Software de Gestão Educacional da Academia Judicial
- Aquisição e manutenção de soluções de mercado para diversas áreas administrativas, como saúde, orçamentação de obras de engenharia, biblioteca, controle de acesso, editoração, entre outros
- Manutenção de ferramentas de TI como BI, plataforma de gestão do portal institucional, mensageria para o e-Social
- Serviços de fábricas de software e de métrica

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
-------------------------------------------------------------------------------	-----------------	------------------

Subação: 10532 – Gestão de Sistemas Judiciais – FRJ	13.939.161,71	9.450.931,70
------------------------------------------------------------	---------------	--------------

Principais produtos/serviços ofertados

- SAJ – Conclusão do projeto de implantação de Controle Biométrico de Apresentação à Justiça, que permite a identificação dos apenados por leitura biométrica das digitais e comparação com as imagens existentes no banco de dados dos sistemas judiciais, de forma rápida e com alta confiabilidade, agilizando o registro do cumprimento das penas alternativas e o andamento dos processos de execução penal.

- SAJ – Integração com unidades prisionais: permite que as unidades prisionais e que os coordenadores de instituições socioeducativas do Estado de Santa Catarina realizem o peticionamento e o recebimento da comunicação dos atos processuais por meio eletrônico, utilizando os serviços do portal e-SAJ para os processos de execução penal. Com a integração, as comunicações judiciais oficiais são feitas de forma mais rápida e segura, o que garante aos apenados o cumprimento de seus direitos fundamentais.

- SAJ – Plantão Judicial de Segundo Grau eletrônico: implantação de módulo que permite o recebimento dos processos e petições exclusivamente por meio eletrônico no período do plantão judicial para o segundo grau de jurisdição, facilitando a atuação dos desembargadores e servidores que atuam no plantão, e o acesso dos advogados e jurisdicionados, por meio do Portal e-SAJ;

- SAJ – Evolução da solução que automatiza a pesquisa de endereços das partes, realizando-a em várias bases de dados públicas, e peticiona no processo o resultado encontrado, permitindo a realização efetiva da comunicação dos atos processuais às partes que não possuem endereço correto cadastrado nos processos.

- Contratação de prestação de serviço de mensuração de software por meio da técnica de análise de pontos de função, para execução no regime de empreitada por preço unitário.

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
-------------------------------------------------------------------------------	-----------------	------------------

Subação: 14104 - Gestão de Telecomunicações – Sidejud	27.652.847,91	16.493.723,89
--------------------------------------------------------------	---------------	---------------

Principais produtos/serviços ofertados

- Manutenção do Sistema de Centrais telefônicas e dos serviços de telefonia fixa.
- Manutenção do acesso à banda larga dos magistrados, telefonia móvel e banda larga móvel.
- Ativação do Sistema de AS do Poder Judiciário, permitindo a redundância de links de internet.
- Colocação de links redundantes de internet no sistema AS.
- Colocação de links redundantes na grande maioria das comarcas (2 a 4 links), garantindo a alta disponibilidade das unidades.
- Manutenção no sistema de monitoramento (24x7) do parque lógico dos equipamentos ativos de rede, garantindo respostas rápidas aos incidentes.

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
-------------------------------------------------------------------------------	-----------------	------------------

Subação: 14105 - Gestão de Infraestrutura de TI – Sidejud	27.201.437,56	13.139.900,79
------------------------------------------------------------------	---------------	---------------

Principais produtos/serviços ofertados

- Manutenção e suporte da infraestrutura de bancos de dados Oracle e Caché.
- Manutenção e suporte da infraestrutura Microsoft (AD, e-mail, colaboração).
- Manutenção e suporte de equipamentos de armazenamento de dados.

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
-------------------------------------------------------------------------------	-----------------	------------------

Subação: 14107 – Governança e gestão de TI – SIDEJUD	2.311.583,00	1.308.919,78
-------------------------------------------------------------	--------------	--------------

Principais produtos/serviços ofertados /Serviço

- Expansão da Central de Serviços, abrangendo as 111 comarcas do Estado e atendendo mais de 13 mil usuários.
- Contratação de serviços técnico-especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial em tecnologia da informação e comunicações (Gartner).

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14206 - Segurança da informação - SIDEJUD	13.318.637,00	11.815.667,86
Principais produtos/serviços ofertados/Serviço		
<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de solução para armazenamento seguro de documentos (CAS) para sistemas de gestão de processos judiciais. • Manutenção e suporte de datacenters. 		

CAPACITAÇÃO

A Academia Judicial é o órgão de apoio do Poder Judiciário de Santa Catarina responsável pela formação institucional e emprega seus esforços no desenvolvimento de ações formativas que possam repercutir nos campos profissional, pessoal e social daqueles que integram seus quadros.

Os cursos se dividem em três tipificações: formação inicial, formação continuada e formação suplementar. No que diz respeito à modalidade, podem ser a distância (com tutoria ou autoinstrucional), presencial ou semipresencial. Quanto ao porte, são classificados como cursos ou eventos.

Todos os cursos ou eventos estão alinhados aos objetivos institucionais. Destacamos a seguir aqueles de grande impacto no que tange ao público-alvo e aos projetos institucionais.

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6781- Capacitação e aperfeiçoamento - SIDEJUD	28.150.000,00	18.885.614,43
Principais produtos/serviços ofertados		
1) Doutorado em Ciências Jurídicas para magistrados - UNIVALI		
2) Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas para magistrados e servidores - UNIVALI		

3) Curso de Mestrado Profissional em Direito para magistrados e servidores - UFSC
4) Residência Judicial
5) Curso de Sensibilização para a Importância de Cuidar de Si
6) 1º Fórum Nacional de Arquitetura Judiciária: o futuro do Judiciário
7) 2º Ciclo de Capacitação Conhecer para se Proteger: prevenção aos crimes cibernéticos
8) 2º Encontro de Magistrados Orientadores da Residência Judicial Advocacia Preventiva e Gestão de Riscos Jurídicos: estratégia de prevenção, anulação, mitigação e transferência de riscos jurídicos
9) Apresentação do Sistema EPROC à DPE
10) Argumentação Jurídica - Aspectos Avançados
11) Café e Conhecimento
12) Capacitação em SAJ5/PG
13) Capacitação para Magistrados Coordenadores dos CEJUSCs
14) Comunicação Não Violenta e Comunicação Sustentável
15) Congresso Comemorativo dos 30 anos da Constituição de Santa Catarina
16) Congresso Estadual de Magistrados, do Congresso CEJUR e do XLIX COPEDEM
17) Congresso Luso-Brasileiro 2019: os direitos fundamentais entre as normas e a realidade
18) Controle Biométrico de Apresentação à Justiça
19) Curso Completo de Contratos Administrativos
20) Curso de Atualização em Direito Ambiental para Juízes: procedimentos e questões práticas do novo código florestal - ENFAM
21) Curso de Atualização em Processo Civil - ENFAM
22) Curso de Audiência de Custódia
23) Curso de Autoproteção para Magistrados - Direção
24) Curso de Avaliação de Desempenho: procedimentos e feedback
25) Curso de Capacitação: atuação dos magistrados no contexto do depoimento especial com crianças e adolescentes
26) Curso de como ter Sucesso na Gestão e Fiscalização de Contratos

27) Curso de Depoimento Especial para Magistrados	56) Curso EPROC – DRI e DCDP
28) Curso de Direção – Avançado – Autoproteção para Magistrados	57) Curso EPROC – Execução Penal
29) Curso de Direito das Sucessões – ENFAM	58) Curso EPROC – Execução Penal – EAD
30) Curso de Direito de Família – ENFAM	59) Curso EPROC – Execução Penal – Gabinete
31) Curso de Direito Processual Penal –ENFAM	60) Curso EPROC – Formação de Formadores – Práticas Pedagógicas
32) Curso de Entrevista Investigativa Aplicada ao Depoimento Especial	61) Curso EPROC – Gabinetes de Segundo Grau – Cível e Comercial – Assessores
33) Curso de Formação de Gestores de Unidades Judiciais em Primeiro Grau	62) Curso EPROC – Gabinetes de Segundo Grau – Cível e Comercial – Gestores
34) Curso de Introdução às Práticas Compositivas no Âmbito do Judiciário	63) Curso EPROC – Gabinetes de Segundo Grau – Criminal – Gestores
35) Curso de Mediação Judicial	64) Curso EPROC – Gabinetes de Segundo Grau – Criminal –Assessores
36) Curso de Pós-Graduação em Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo- Turma 2018	65) Curso EPROC – Gabinetes de Segundo Grau – Criminal Desembargadores
37) Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito e Gestão Judiciária – Turma 2018	66) Curso EPROC – Gabinetes de Segundo Grau – Direito Público – Assessores
38) Curso de Procedimentos de Segurança nas Unidades Judiciárias	67) Curso EPROC – Gabinetes de Segundo Grau – Direito Público – Gestores
39) Curso de Redes Sociais, Métodos de Controle e Segurança da Informação – ENFAM	68) Curso EPROC – Ministério Público de Santa Catarina
40) Curso de Relações Interpessoais no Poder Judiciário de Santa Catarina	69) Curso EPROC – Módulo: Centrais de Mandados e Oficiais de Justiça
41) Curso de Tiro Tático Defensivo – Servidores	70) Curso EPROC – Módulo: Secretarias
42) Curso de Tiro Tático Defensivo para Magistrados	71) Curso EPROC – Módulo: Turmas de Recursos
43) Curso Educando para Boas Escolhas on-line	72) Curso EPROC – Módulo: Videoconferências
44) Curso EPROC – CGJ	73) Curso EPROC – Módulo: Gestão de Mandados
45) Curso EPROC – COJEPMEC	74) Curso EPROC – PMSC Oficial
46) Curso EPROC – Conciliação	75) Curso EPROC – Polícia Civil
47) Curso EPROC – Contadoria	76) Curso EPROC – PRF
48) Curso EPROC – Criminal	77) Curso EPROC – Secretarias das Turmas de Recursos
49) Curso EPROC – Criminal – Piloto	78) Curso EPROC – Serviço Psicossocial
50) Curso EPROC – Criminal – Piloto – DEAP	79) Curso EPROC – Unidades Judiciais de Primeiro Grau
51) Curso EPROC – Criminal – Piloto – Externos MPSC	80) Curso EPROC – Usuário Externo
52) Curso EPROC – Criminal – Piloto – Externos PM/PC	81) Curso EPROC – Gabinetes de Segundo Grau – Cível e Comercial – Gestores
53) Curso EPROC – Custas	82) Curso EPROC – Procuradoria-Geral do Estado/PGE
54) Curso EPROC – Desembargadores	83) Curso EPROC Usuários da OAB
55) Curso EPROC – Distribuição Judicial	

84) Curso EPROC – Módulo: Centrais de Mandados e Oficiais de Justiça
85) Curso Evento Poder Judiciário é Santa Catarina
86) Curso Femicídio e Questões de Gênero
87) Curso Formação de Formadores – FOFO
88) Curso Formar para Transformar
89) Curso Lei Geral de Proteção de Dados
90) Curso Lidando com Perdas
91) Curso Língua Portuguesa: tópicos gramaticais
92) Curso Neurolinguística Corporal
93) Curso Novas Tecnologias em Prova Penal – ENFAM
94) Curso Prevenção e Manejo de Crises e Urgências em Saúde
95) Curso sobre Judicialização da Saúde
96) Curso Tópicos Especiais de Direito Contratual, Econômico e Consumo – ENFAM
97) Evento Papo de Homem
98) Evento História da Justiça e Museus Judiciários
99) Formação de Conciliadores para Oficiais de Justiça Avaliadores
100) Formar para Transformar – Capacitação dos docentes da rede de ensino Municipal e Estadual do estado de SC
101) Fórum Estadual dos Juizados Especiais de Santa Catarina
102) I Seminário Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e I Mostra de Pesquisa Científica sobre Violência contra a Mulher
103) III Seminário Internacional de Justiça Restaurativa
104) Introdução dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos no Ordenamento Jurídico Brasileiro
105) Judiciário e Sociedade: debates sobre temas contemporâneos do direito público
106) Juízes Leigos
107) Justiça Criminal Negocial: do <i>plea bargain</i> à colaboração premiada
108) Justiça Restaurativa e Socioeducação: novos olhares
109) Métodos e Técnicas de Pesquisa Social
110) Nivelamento de Servidores do Poder Judiciário e Administração Pública – CNJ

111) Roda de Conversas: prevenção e combate a crimes cibernéticos envolvendo crianças e adolescentes
112) Seminário – 1 ano da vigência da Lei n. 13431/2017
113) Seminário Vinculado à XII Reunião Ordinária da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios –Turma 1
114) Simpósio Internacional Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD: impactos e desafios no setor público
115) Treinamento do Novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento
116) Workshop Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho
117) Workshop de Magistrados com Competência Criminal
118) Workshop de Tutoria para o Curso de Avaliação de Desempenho: procedimentos e feedback
119) Workshop em Métodos e Técnicas de Pesquisa Social
120) Workshop Moderadores dos cursos EPROC – Unidades Judiciais de Primeiro Grau
121) Workshop para os Secretários de Eventos do Curso de Mediação Judicial
122) Workshop Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário
123) Workshop: Em busca da gestão eficiente em gabinete de 2º grau
124) XII Reunião Ordinária da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios
125) XLV FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais

CONSTRUÇÕES, REFORMAS, AMPLIAÇÕES E MANUTENÇÃO PREDIAL

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – DEA é o setor responsável pelo planejamento e execução de projetos, além da fiscalização de obras de construção, ampliação e reforma de edificações do Poder Judiciário catarinense, e da gestão de diversos contratos de manutenção predial.

Os recursos orçamentários, grande parte oriundos do Fundo de Reaparelhamento de Justiça, estão distribuídos de acordo com a necessidade de cada projeto e dentro da vigência do Plano Plurianual – PPA (período de quatro anos).

A DEA possui como principal atribuição o gerenciamento de ações destinadas ao cumprimento de metas, propostas e diretrizes traçadas pela Administração, com destaque para as seguintes.

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6604 - Construção do Fórum da comarca de Navegantes - FRJ	2.210.000,00	2.160.205,26

Principais produtos/serviços ofertados

Contrato: 098/2019 - Conclusão da obra de construção do novo fórum

Valor total do contrato e aditivos: R\$ 2.160.205,26

Área do prédio: 6.857,59 m²

Situação da obra: 100% concluída (novembro/2019)

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6694 - Construção do Fórum da Comarca de Rio do Sul - FRJ	13.712.972,28	12.064.703,81

Principais produtos/serviços ofertados

Contrato: 136/2018 - Retomada da obra de construção do novo fórum

Valor total do contrato e aditivos: R\$ 19.246.311,66

Área do prédio: 10.443,73 m²

Situação da obra: 45,38% concluída

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 12002 - Construção do Fórum da comarca de Timbó - FRJ	6.852.748,00	6.050.750,35

Principais produtos/serviços ofertados

Contrato: 050/2018 - Construção do novo fórum

Valor total do contrato e aditivos: R\$ 17.228.423,28

Área de intervenção: 6.857,59 m²

Situação da obra: 8,43% concluída

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 11640 - Reforma do Fórum da Comarca de Tubarão - FRJ	1.383.068,00	1.026.564,17

Principais produtos/serviços ofertados

Contrato: 137/2017 - Reforma global do fórum

Valor total do contrato e aditivos: R\$ 3.502.599,56

Área do prédio: 5.213,66 m²

Situação da obra: 100% concluída (julho/2019)

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6680 - Reforma do Fórum da Comarca de Balneário Camboriú - Sede - FRJ	744.685,00	714.993,88

Principais produtos/serviços ofertados

Contrato: 076/2019 - Reforma parcial do fórum (cercamento, construção de muro de contenção, reforma do passeio público)

Valor total do contrato e aditivos: R\$ 682.166,54

Área do prédio: 5.213,66 m²

Situação da obra: 100% concluída (julho/2019)

Contrato: 113/2017 - Elaboração dos projetos destinados à reforma global do Fórum de Família

Valor total do contrato e aditivos: R\$ 121.075,50

Área do prédio: 1702,64 m²

Situação do projeto: contrato rescindido

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6668 - Reforma do complexo do Tribunal de Justiça - FRJ	1.978.623,00	975.734,22

Principais produtos/serviços ofertados

Contrato: 180/2018 - Reforma parcial para remoção dos brises da Torre II

Valor total do contrato e aditivos: R\$ 862.332,64

Área do prédio: 13.100,00 m²

Situação da obra: 100% concluída (setembro/2019)

Contrato: 196/2018 – Reforma parcial do fórum (passarelas de ligação Torres I e II)

Valor total do contrato e aditivos: R\$ 628.683,81

Área do complexo: 26717,00 m²

Situação da obra: 100% concluída (julho/2019)

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14079 e 14207 – Reforma e Ampliação do Fórum de Anchieta – FRJ	922.075,00	600.606,02

Principais produtos/serviços ofertados

Contrato: 210/2018 – Reforma parcial e ampliação do fórum – acessibilidade

Valor total do contrato e aditivos: R\$ 711.101,90

Área do prédio: 392,60 m²

Situação da obra: 84,46% concluída

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 12909 e 14208 – Reforma e Ampliação do Fórum de Ponte Serrada – FRJ	859.257,00	526.903,06

Principais produtos/serviços ofertados

Contrato: 051/2019 – Reforma parcial e ampliação do fórum – acessibilidade

Valor total do contrato e aditivos: R\$ 625.182,71

Área do prédio: 340,00 m²

Situação da obra: 84,28% concluída

Programa: 0931 - Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 12477 – Manutenção predial – FRJ	32.236.678,04	21.653.173,98

Principais produtos/serviços ofertados

Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, adequação, modernização e melhoria da segurança dos prédios do Poder Judiciário (Regiões: Grande Florianópolis 1º Grau, Grande Florianópolis 2º Grau, Norte do Estado, Sul do Estado, Serrana, Oeste do Estado e Vale do Itajaí)

Total liquidado: R\$ 12.437.529,51

Serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de climatização instalados nos prédios do Poder Judiciário

Total liquidado: R\$ 5.201.648,81

Serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de transporte vertical (elevadores e plataformas elevatórias) instalados nos prédios do Poder Judiciário

Total liquidado: R\$ 513.371,05

Serviços de manutenção preventiva e corretiva nas estações de tratamento de esgoto (ETEs) dos prédios do Poder Judiciário

Total liquidado: R\$ 391.554,52

Serviços de manutenção preventiva e corretiva nas subestações de energia dos prédios do Poder Judiciário

Total liquidado: R\$ 597.428,47

Outros serviços de manutenção preventiva e corretiva

Total liquidado: R\$ 2.511.641,62

GESTÃO DE PESSOAS

A Diretoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria de Magistrados são os responsáveis pelo gerenciamento e supervisão do quadro de pessoal do Poder Judiciário, tanto da Justiça de Primeiro Grau, quanto da Secretaria do Tribunal de Justiça, envolvendo magistrados, servidores efetivos e comissionados, inativos, estagiários, voluntários e terceirizados.

Esse trabalho envolve o controle do ingresso na carreira, com o acompanhamento dos processos de nomeação dos servidores, de contratação de estagiários e terceirizados, e de adesão dos voluntários.

A principal atividade diz respeito à gestão da folha de pagamento. Abaixo se destaca o que de mais importante afetou essa ação.:

Programa: 0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6777 – Administração de pessoal ativo e encargos – TJ	1.665.028.351,13	1.606.367.259,80

Principais produtos/serviços ofertados

Nomeação de 2 magistrados
Nomeação de 327 servidores efetivos
Nomeação de 455 servidores comissionados
Reajuste de 4,94% nos vencimentos dos servidores a partir de maio/2019
Promoções

INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL

O Conselho de Segurança Institucional é o órgão vinculado à Presidência que objetiva primordialmente estabelecer ações focadas na garantia da segurança de magistrados, de servidores e do patrimônio do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Em 2018, por meio da Resolução GP n. 10 de 21 de março de 2018, o TJSC criou o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional – NIS, voltado a salvaguardar a integridade tanto das pessoas que trabalham no Poder Judiciário quanto do público por ele atendido, além de resguardar o patrimônio público e o de quem frequenta as unidades da instituição.

Programa: 0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14039 - Proteção do patrimônio público e das pessoas – SIDEJUD	3.138.063,64	2.478.212,21

Principais produtos/serviços ofertados

234 atendimentos a pedidos de apoio de magistrados e servidores da instituição (distribuídos em todo o Estado), bem como de autoridades de outras Instituições que requisitaram apoio do PJSC para escolta e segurança aproximada. Incluem-se no quantitativo os atendimentos a magistrados em situação de ameaça em razão da atividade funcional.
23 visitas técnicas a unidades judiciárias para confecção de diagnósticos de segurança física de instalações
88 relatórios de inteligência produzidos
168 magistrados atendidos
17 cursos de autoproteção para magistrados e servidores, nas modalidades de tiro tático defensivo (9 edições) e direção defensiva, ofensiva e evasiva (8 edições)

Realização da 2ª edição do Curso de Procedimentos de Segurança nas Unidades Judiciárias – ministrado pela equipe do NIS e Casa Militar – modalidade on-line

Participação de representantes do NIS em 11 cursos/ capacitações realizados por outras instituições, todos voltados ao aperfeiçoamento das atividades de inteligência e segurança institucional e de aplicabilidade nas atividades desenvolvidas pelo Núcleo no âmbito do Judiciário catarinense

Instalação de 21 escâneres raios x de bagagem distribuídos na sede do TJSC, nas comarcas de entrância especial e em algumas comarcas de entrância final

Instalação de 20 pórticos detectores de metais nas comarcas de entrância especial e em algumas de entrância final

Implantação do Sistema de Segurança Institucional (SSI/TJSC), utilizado para gestão interna das atividades desenvolvidas pelo NIS. O sistema foi desenvolvido e implantado por integrante do setor, motivo por que não houve despendimento de recursos pelo PJSC para a contratação de empresa para criar e implementar essa ferramenta tecnológica

Celebração do Convênio n. 129/2019, entre TJSC e TJMA – posteriormente aderido por outros Tribunais de Justiça do Brasil

Aplicação do plano de trabalho referente ao Convênio n. 106/2018, firmado entre TJSC e SSP, resultando na aquisição de armamentos e munições para utilização das equipes do NIS e nas instruções de tiro ministradas para magistrados e servidores

Estruturação material do NIS, com aquisição de veículos utilizados no atendimento de magistrados e servidores (duas Traiblazer blindadas e dois Citroen/C4 Lounge)

Estruturação material do NIS com aquisição de conjunto de uso individual para toda a equipe que realiza escolta e segurança aproximada de magistrados e servidores (mochila, alicate, canivete, cinto, lanterna, algema, rádio)

Estruturação material do NIS com aquisição de equipamentos necessários para os treinamentos realizados (arma de treinamento, marcador de paintball, alvos múltiplos, alvos 3D, alvos metálicos)

Estruturação material do NIS com aquisição de kits de primeiros socorros para utilização pelas equipes quando necessário

Inclusão de mais um policial militar na equipe do NIS

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Entre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal está o de que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

A Assistência Judiciária Gratuita é atividade alheia à função institucional do Poder Judiciário, mas que, por conveniência operacional, foi incluída nos serviços prestados por este. Parte das receitas próprias do PJSC foi destacada para custear as despesas com o pagamento de profissionais nomeados pela autoridade judiciária em benefício dos hipossuficientes.

A Lei Complementar estadual n. 730, de 21 de dezembro de 2018, destinou até um terço da receita do Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ, originária dos atos e serviços notariais e registrais, para o pagamento de honorários a advogados, peritos e assistentes nomeados pela autoridade judiciária para atuar em benefício dos abrangidos pela assistência judiciária gratuita.

A Resolução CM n. 5 de 8 de abril de 2019 instituiu o Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita e estabeleceu os valores de honorários de peritos, tradutores, intérpretes e defensores dativos no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

O sistema AJG/PJSC é destinado ao gerenciamento do cadastro dos profissionais interessados em atuar nos processos em que haja parte beneficiada pela justiça gratuita, da nomeação e do pagamento de honorários, e entrou em funcionamento em 10.4.2019. A nomeação de profissional e a solicitação de pagamento dos honorários referentes ao serviço prestado são realizadas pelas unidades judiciais exclusivamente por meio do sistema.

A Resolução CM n. 11 de 14 de outubro de 2019 ratificou o Convênio n. 153/2019, celebrado entre o Poder Judiciário e a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina. Por meio desse instrumento, delegou-se ao PJSC a operacionalização do pagamento de honorários devidos antes de 21.12.2018, nos limites definidos na Resolução CM n. 5/2019, mediante a transferência do saldo financeiro do FAJ ao FRJ, no valor total de R\$ 9.566.553,32.

A Diretoria de Orçamento e Finanças promoveu a implementação do sistema, bem como realiza a validação dos cadastros profissionais, a gestão do sistema, dos recursos e dos pagamentos, e o suporte aos usuários internos (servidores e magistrados) e externos (profissionais).

Programa: 0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14267 - Prestação de Assistência Judiciária Gratuita	24.091.383,56	10.516.804,33
Principais produtos/serviços ofertados		
TOTAL DE CADASTROS PROFISSIONAIS: 6.403		
Advogados: 4.947		
Curadores Advogados: 323		
Psicólogos: 146		
Assistentes Sociais: 114		
Demais Peritos: 821		
Intérpretes: 25		
Tradutores: 27		
NÚMERO DE ASSISTIDOS: 32.631		
REQUISIÇÕES PROCESSADAS: 31.106		
VALOR LIQUIDADO DE HONORÁRIOS: R\$ 8.786.007,61*		
* do qual R\$ 22.004,01 foram liquidados na Subação 14042		
VALOR LIQUIDADO DE INSS PATRONAL: R\$ 1.757.201,53**		
** do qual R\$ 4.400,80 foram liquidados na Subação 14042		

RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC 101/2000) estabeleceu normas gerais de finanças públicas, voltadas para o controle da despesa, do resultado fiscal e do endividamento. As despesas com pessoal são as que mais despertam a atenção dos gestores públicos em razão de serem as mais representativas.

A LRF trouxe inovação e impôs responsabilidades aos gestores no trato da coisa pública. Por meio dela, percebeu-se melhora gradativa na gestão das finanças públicas. Os limites estabelecidos pela LRF ensejam mudança no comportamento da gestão financeira pública, evidenciando a necessidade do equilíbrio financeiro preconizado pela citada lei.

LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL

A lei trouxe dispositivos para limitar as despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida – RCL,

estabelecendo para o Poder Judiciário 6% como limite legal, 5,7% como limite prudencial e 5,4% como limite de alerta.

Em 2019, a Receita Corrente Líquida do Estado – RCL totalizou a importância de R\$ 25.092.129.460,15. As deduções referentes às transferências obrigatórias da União, relativas às emendas individuais (§ 13 do art. 166 da CF/1988), no exercício de 2019, importaram em R\$ 13.862.400,00. Desse modo, a base de cálculo para apuração do percentual gasto com pessoal, representada pela Receita Corrente Líquida Ajustada, perfaz R\$ 25.078.267.060,15.

Em relação ao ano de 2018, cuja RCL Ajustada foi de R\$ 22.767.096.382,74, a referida receita do exercício de 2019 apresentou crescimento nominal de 10,15%.

Para fins de mensuração do limite de gasto com pessoal ativo e inativo (Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Relatório de Gestão Fiscal), a despesa bruta totalizou R\$ 1.778.581.066,45. Entretanto, a legislação vigente autoriza deduzir os dispêndios com pessoal referente a exercícios anteriores, as despesas de caráter indenizatório, as decorrentes de decisão judicial e as de inativos pagos com recursos vinculados (RPPS – contribuições e quota patronal – IPREV). Essas despesas, denominadas “não computadas”, atingiram o montante de R\$ 431.905.656,02. Assim, a despesa líquida com pessoal importa em R\$ 1.346.675.410,43.

Comparada com o ano anterior, a despesa total com pessoal no exercício de 2019 apresentou crescimento no montante de R\$ 126.409.556,21, representando uma taxa de crescimento nominal de 10,35%, ou seja, levemente superior ao crescimento da RCL Ajustada.

Com as receitas crescendo ligeiramente a menor do que as despesas com pessoal do Poder Judiciário, o percentual passou de 5,36% em 2018 para 5,37% em 2019. Portanto, como a despesa total com pessoal atingiu 5,37% da Receita Corrente Líquida Ajustada, é inferior ao limite legal de 6,0%, limite prudencial de 5,7% e limite de alerta de 5,4%, estabelecidos respectivamente nos arts. 20, 22 e 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cumprir destacar que não foram contemplados nas Despesas com Pessoal do exercício de 2019 os gastos relativos ao pagamento de proventos aos servidores inativos pertencentes às categorias funcionais de serventuários de justiça, auxiliares e juizes de paz, no valor de R\$ 35.717.800,42. Essa exclusão está em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas do Estado, firmado no processo LRF 13/00370600, publicado no Diário Oficial Eletrônico n. 1895 daquele órgão em 2.3.2016.

Do mesmo modo, as relativas ao abono de permanência, no valor de R\$ 14.854.861,67, não foram incluídas da Despesa Bruta com Pessoal, nos termos da decisão do Tribunal de Contas de Santa Catarina no Processo 17/00678660.

CONTINGENCIAMENTO (LIMITAÇÃO DE EMPENHO)

Conforme determina o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a cada bimestre o gestor deve verificar se as receitas arrecadadas nas fontes de recursos estão de acordo com a previsão na Lei Orçamentária Anual. Caso ocorra arrecadação inferior à estimativa inicial, será feita a “limitação de empenho”. Isso significa que parte do orçamento será contingenciado, de forma a retomar o equilíbrio orçamentário e financeiro, ou seja, receitas iguais às despesas.

Desse modo, por meio dos Processos Administrativos n. 8804/2019, 0019516-06.2019.8.24.0710, 0071149-56.2019.8.24.0710 e 0081229-79.2019.8.24.0710, este Tribunal documentou o acompanhamento bimensal de suas receitas. Ao final do 5º bimestre, apesar de ter sido verificado por meio da tendência de arrecadação que a receita seria 3,45% superior à prevista na LOA, representando excesso de arrecadação da ordem de R\$ 70.940.808,30, constatou-se a necessidade de contingenciamento em fontes de recurso específicas que apresentavam déficit.

Em decorrência do déficit de arrecadação de determinadas fontes de recursos, realizou-se o contingenciamento no valor de R\$ 37.679.000,00, detalhado abaixo.

Tribunal de Justiça	
FR 0282 - Remuneração das disponibilidades bancárias do TJ	R\$ 3.539.000,00
SIDEJUD	
FR 0283 - Sistema de depósitos judiciais	R\$ 25.905.000,00
FRJ	
FR 0210 - Taxa judiciária	R\$3.555.000,00
FR 0212 - Selo de fiscalização	R\$4.680.000,00
TOTAL	R\$37.679.000,00

Em comparação com o cenário verificado em 2018 (R\$ 34.942.282,00), a necessidade de contingenciamento foi ligeiramente superior.

DISPONIBILIDADES E RESTOS A PAGAR

São considerados Restos a Pagar as despesas empenhadas que não foram pagas até o fim do

exercício financeiro, distinguindo-se os processados (despesas empenhadas e liquidadas) dos não processados (despesas empenhadas).

No encerramento do exercício de 2019 foram inscritos R\$ 47.758.272,62 em Restos a Pagar.

A LRF veda ao gestor público contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro de seu mandato, "ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito" (art. 42 LRF). Nesse contexto, a LRF impôs mais um limite ao administrador público, qual seja, para a devida inscrição de despesas em Restos a Pagar é obrigatório existir disponibilidade de caixa.

No encerramento do exercício de 2019 as disponibilidades totais do PJSC somavam R\$ 6.627.042.758,13. As obrigações totalizaram R\$ 6.170.018.661,58, já considerados os valores referentes à inscrição de Restos a Pagar.

Cabe lembrar que o maior percentual de obrigações deste Tribunal são os depósitos judiciais sob aviso da Justiça, que em 31.12.2019 totalizavam R\$ 5.787.886.665,05. Nesse contexto, considerando que as disponibilidades de caixa superaram as obrigações, resultando em superávit financeiro, o TJSC cumpriu o limite de inscrição de Restos a Pagar disposto no art. 42 da LRF.

RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2018

Ação		Orçamento			Execução					
Cód.	Descrição	Dotação Atualizada	Contingenciado	Dotação Líquida	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
		A	B	C = A - B + C	D	D / C	E	E / C	F	F / C
6386	Construção do Fórum de Rio do Oeste - FRJ	113.586,00	-	113.586,00	10.222,74	9,0%	10.222,74	9,0%	10.222,74	9,0%
6602	Reforma do Fórum da comarca de Blumenau - Sede - FRJ	1.745.545,63	-	1.745.545,63	816.777,46	46,8%	347.170,61	19,9%	347.170,61	19,9%
6604	Construção do Fórum da comarca de Navegantes - FRJ	2.210.000,00	-	2.210.000,00	2.160.205,26	97,7%	2.160.205,26	97,7%	2.160.205,26	97,7%
6640	Construção do Fórum da comarca de São José do Cedro - FRJ	20.000,00	-	20.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6646	Reforma do Fórum da comarca de Brusque - FRJ	18.570,08	-	18.570,08	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6657	Construção do Fórum da comarca de Rio Negrinho - FRJ	277.838,00	-	277.838,00	21.370,68	7,7%	21.370,68	7,7%	21.370,68	7,7%
6668	Reforma do complexo do Tribunal de Justiça - FRJ	1.978.623,00	-	1.978.623,00	975.734,22	49,3%	975.734,22	49,3%	975.734,22	49,3%
6673	Construção do Fórum da comarca de Garuva - FRJ	113.586,00	-	113.586,00	20.445,48	18,0%	10.222,74	9,0%	10.222,74	9,0%
6679	Construção do Fórum da comarca de Garopaba - FRJ	20.000,00	-	20.000,00	2.300,00	11,5%	2.300,00	11,5%	2.300,00	11,5%
6680	Reforma do Fórum da comarca de Balneário Camboriú - Sede - FRJ	744.685,00	-	744.685,00	721.315,28	96,9%	714.993,88	96,0%	714.993,88	96,0%
6684	Construção do Fórum da comarca de Campos Novos - FRJ	185.832,00	-	185.832,00	16.724,88	9,0%	16.724,88	9,0%	16.724,88	9,0%
6685	Construção do Fórum da comarca de Canoinhas - FRJ	800.000,00	-	800.000,00	528.285,36	66,0%	480.259,42	60,0%	480.259,42	60,0%
6687	Construção do Fórum de Curitiba - FRJ	370.400,00	-	370.400,00	33.336,00	9,0%	33.336,00	9,0%	33.336,00	9,0%
6689	Reforma do Fórum da comarca de Itajaí - Sede - FRJ	270.759,80	-	270.759,80	270.759,80	100,0%	177.357,69	65,5%	177.357,69	65,5%
6694	Construção do Fórum da comarca de Rio do Sul - FRJ	13.712.972,28	-	13.712.972,28	13.712.972,28	100,0%	12.064.703,81	88,0%	12.064.703,81	88,0%

6786	Garantia da prestação de serviços extrajudiciais – FRJ – SELO	64.735.958,78	4.680.000,00	60.055.958,78	57.797.163,16	96,2%	49.898.467,53	83,1%	49.898.467,53	83,1%
9279	Reforma do Fórum da comarca de Joinville – Sede – FRJ	62.964,00	-	62.964,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
10410	Reforma do Fórum da comarca de Campo Erê – FRJ	55.000,00	-	55.000,00	16.696,00	30,4%	16.696,00	30,4%	16.696,00	30,4%
10411	Reforma do Fórum da comarca de Chapecó – FRJ	351.301,09	-	351.301,09	351.299,09	100,0%	351.299,09	100,0%	351.299,09	100,0%
10507	Construção do Fórum da comarca de São João Batista – FRJ	20.000,00	-	20.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
10516	Reforma do Fórum da comarca de Taió – FRJ	149.498,88	-	149.498,88	24.667,32	16,5%	22.424,83	15,0%	22.424,83	15,0%
10517	Reforma do Fórum da comarca da Capital – Sede – FRJ	138.850,00	-	138.850,00	52.794,86	38,0%	-	0,0%	-	0,0%
10527	Reforma do Fórum da comarca de Lauro Müller – FRJ	39.375,00	-	39.375,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
10529	Construção do Fórum da comarca de Araquari – FRJ	277.838,00	-	277.838,00	21.370,68	7,7%	21.370,68	7,7%	21.370,68	7,7%
10532	Gestão de Sistemas Judiciais – FRJ	13.939.161,71	-	13.939.161,71	11.530.799,88	82,7%	9.450.931,70	67,8%	9.450.931,70	67,8%
11625	Construção do Fórum da comarca de Herval do Oeste – FRJ	16.461,63	-	16.461,63	16.290,94	99,0%	15.784,69	95,9%	15.784,69	95,9%
11628	Construção do Fórum da comarca de Sombrio – FRJ	6.186,00	-	6.186,00	2.580,00	41,7%	2.580,00	41,7%	2.580,00	41,7%
11629	Construção do Fórum da comarca de Campo Belo do Sul – FRJ	20.000,00	-	20.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11630	Construção do Fórum da comarca de Capivari de Baixo – FRJ	20.000,00	-	20.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11633	Construção do Fórum de São Lourenço do Oeste – FRJ	183.953,00	-	183.953,00	29.645,95	16,1%	13.475,43	7,3%	13.475,43	7,3%
11634	Construção do Fórum de Imbituba – FRJ	1.605.988,00	-	1.605.988,00	491.986,26	30,6%	128.873,96	8,0%	128.873,96	8,0%
11635	Reforma do Fórum de Santa Rosa do Sul – FRJ	151.445,17	-	151.445,17	24.988,45	16,5%	22.716,78	15,0%	22.716,78	15,0%
11637	Construção do Fórum da comarca de Itajaí – FRJ	5.000,00	-	5.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11640	Reforma do Fórum de Tubarão – FRJ	1.383.068,00	-	1.383.068,00	1.026.564,17	74,2%	1.026.564,17	74,2%	1.026.564,17	74,2%
11717	Ampliação do Fórum da comarca de Balneário Camboriú – Sede – FRJ	6.000,00	-	6.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11727	Ampliação do Fórum de Campo Erê – FRJ	10.000,00	-	10.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11729	Reforma dos prédios do Fórum de São José – FRJ	6.000,00	-	6.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11730	Reforma do prédio do Arquivo Central – FRJ	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12002	Construção do Fórum de Timbó – FRJ	6.852.748,00	-	6.852.748,00	6.761.846,37	98,7%	6.050.750,35	88,3%	6.050.750,35	88,3%
12430	Reforma do Fórum da comarca de Itaiópolis – FRJ	5.000,00	-	5.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%

12431	Reforma do Fórum de Lages - FRJ	10.778,70	-	10.778,70	10.778,70	100,0%	10.778,70	100,0%	10.778,70	100,0%
12464	Reforma do Fórum da comarca de Fraiburgo - FRJ	518.271,06	-	518.271,06	518.271,06	100,0%	346.828,04	66,9%	346.828,04	66,9%
12466	Reforma parcial do Fórum de Laguna - FRJ	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12472	Reforma parcial do Fórum de Seara - FRJ	630.873,00	-	630.873,00	61.521,51	9,8%	-	0,0%	-	0,0%
12474	Reforma do complexo do Almoarifado Central e Gráfica - FRJ	35.000,00	-	35.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12477	Manutenção predial - FRJ	32.236.678,04	-	32.236.678,04	26.149.427,41	81,1%	21.653.173,98	67,2%	21.653.173,98	67,2%
12655	Expansão da estrutura judiciária - FRJ	30.000,00	-	30.000,00	22.000,00	73,3%	22.000,00	73,3%	22.000,00	73,3%
12909	Reforma do Fórum de Ponte Serrada - FRJ	607.827,00	-	607.827,00	434.623,47	71,5%	317.368,03	52,2%	317.368,03	52,2%
12910	Reforma do Fórum da comarca de Palmitos - FRJ	27.550,00	-	27.550,00	4.248,50	15,4%	4.248,50	15,4%	4.248,50	15,4%
12911	Reforma do Fórum de Presidente Getúlio - FRJ	10.612,00	-	10.612,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12912	Reforma do Fórum de Tijucas - FRJ	150.193,00	-	150.193,00	87.986,79	58,6%	87.986,79	58,6%	87.986,79	58,6%
12913	Reforma do Fórum de Mondai - FRJ	118.759,00	-	118.759,00	5.866,50	4,9%	5.866,50	4,9%	5.866,50	4,9%
12914	Reforma do Fórum de Itapoá - FRJ	40.522,09	-	40.522,09	4.052,21	10,0%	4.052,21	10,0%	4.052,21	10,0%
12915	Construção do Fórum da comarca de Abelardo Luz - FRJ	20.000,00	-	20.000,00	3.995,10	20,0%	3.995,10	20,0%	3.995,10	20,0%
12916	Construção do Fórum da comarca de Presidente Getúlio - FRJ	60.366,00	-	60.366,00	4.357,00	7,2%	4.357,00	7,2%	4.357,00	7,2%
12917	Reforma do Fórum da comarca de Criciúma - FRJ	708.340,00	-	708.340,00	507.752,29	71,7%	233.267,21	32,9%	233.267,21	32,9%
12919	Construção do Fórum da comarca da Capital - Fórum do Norte da Ilha - FRJ	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12920	Construção do Fórum da comarca de Urussanga - FRJ	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12924	Ampliação do Fórum da comarca de Blumenau - Sede - FRJ	889.940,00	-	889.940,00	698.786,41	78,5%	408.479,43	45,9%	408.479,43	45,9%
12926	Reforma do Fórum da comarca da Capital - Fórum Eduardo Luz - FRJ	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14021	Melhoria das instalações mobiliárias - FRJ	6.752.943,00	-	6.752.943,00	4.584.138,57	67,9%	3.899.980,94	57,8%	3.899.980,94	57,8%
14036	Infraestrutura e apoio às unidades - FRJ	58.913.670,00	-	58.913.670,00	42.013.542,97	71,3%	40.720.528,37	69,1%	40.720.528,37	69,1%
14042	Serviços financeiros e encargos - FRJ	14.663.589,43	-	14.663.589,43	3.359.430,81	22,9%	2.947.919,41	20,1%	2.947.919,41	20,1%
14048	Gestão de Transportes do PJSC - FRJ	3.070.000,00	-	3.070.000,00	1.975.816,18	64,4%	1.663.246,35	54,2%	1.663.246,35	54,2%

14051	Gestão de imóveis locados ou cedidos onerosamente - FRJ	5.123.974,00	-	5.123.974,00	5.034.589,89	98,3%	4.228.236,26	82,5%	4.228.236,26	82,5%
14056	Administração extraquadro e serviços terceirizados - FRJ	102.790.710,57	3.555.000,00	99.235.710,57	82.233.898,42	82,9%	75.967.298,53	76,6%	75.967.298,53	76,6%
14061	Gestão de folha de pagamento - fiscalização cartórios extrajudiciais - FRJ - SELO	5.987.600,00	-	5.987.600,00	5.874.540,69	98,1%	5.874.540,69	98,1%	5.874.540,69	98,1%
14077	Reforma do Fórum de Caçador - FRJ	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14079	Reforma do Fórum de Anchieta - FRJ	695.639,05	-	695.639,05	561.915,57	80,8%	449.202,91	64,6%	449.202,91	64,6%
14095	Promoção e preservação da saúde dos colaboradores - FRJ	823.100,00	-	823.100,00	196.082,31	23,8%	128.442,15	15,6%	128.442,15	15,6%
14100	Suporte à atividade jurisdicional - FRJ	501.000,00	-	501.000,00	327.707,22	65,4%	324.707,22	64,8%	324.707,22	64,8%
14161	Reforma do Fórum de Joaçaba - FRJ	29.010,00	-	29.010,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14162	Reforma do Fórum de Concórdia - FRJ	433.970,00	-	433.970,00	421.525,87	97,1%	292.770,61	67,5%	292.770,61	67,5%
14164	Reforma do Fórum de Ibirama - FRJ	475.927,00	-	475.927,00	363.158,32	76,3%	220.009,36	46,2%	220.009,36	46,2%
14207	Ampliação do Fórum da comarca de Anchieta - FRJ	226.435,95	-	226.435,95	182.920,88	80,8%	151.403,11	66,9%	151.403,11	66,9%
14208	Ampliação do Fórum da comarca de Ponte Serrada - FRJ	265.845,93	-	265.845,93	265.845,93	100,0%	209.535,03	78,8%	209.535,03	78,8%
14209	Ampliação do Fórum da comarca de Blumenau - Fórum Universitário - FRJ	497.776,29	-	497.776,29	497.776,29	100,0%	403.532,94	81,1%	403.532,94	81,1%
14210	Reforma do Fórum da comarca de Balneário Camboriú - Fórum de Família - FRJ	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14211	Reforma do Fórum da comarca da Capital - Fórum do Norte da Ilha - FRJ	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14212	Reforma do Fórum da comarca de Urubici - FRJ	169.583,00	-	169.583,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14213	Reforma do Fórum da comarca de Tangará - FRJ	44.950,00	-	44.950,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14214	Reforma do Fórum da comarca de Timbó - FRJ	28.514,00	-	28.514,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14215	Reforma do Fórum da comarca de Itajaí - Fórum Universitário - FRJ	5.000,00	-	5.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14216	Reforma do Fórum da comarca de Santa Cecília - FRJ	80.775,00	-	80.775,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14217	Reforma do Fórum da comarca de Santo Amaro da Imperatriz - FRJ	60.977,00	-	60.977,00	1.950,00	3,2%	-	0,0%	-	0,0%
14218	Reforma do Fórum da comarca de Porto União - FRJ	20.000,00	-	20.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14219	Reforma do prédio do Arquivo do Brejaru - FRJ	2.000,00	-	2.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%

14220	Reforma do Fórum da comarca de Joinville – Fórum Fazendário – FRJ	70.100,00	-	70.100,00	67.258,14	95,9%	67.258,14	95,9%	67.258,14	95,9%
14221	Reforma do Fórum da comarca de Blumenau – Fórum Universitário – FRJ	893.677,62	-	893.677,62	893.677,62	100,0%	851.718,05	95,3%	851.718,05	95,3%
14222	Reforma do Fórum da comarca de Indaial – FRJ	353.337,00	-	353.337,00	336.469,39	95,2%	279.692,55	79,2%	279.692,55	79,2%
14223	Reforma do Fórum da comarca de Ituporanga – FRJ	146.435,00	-	146.435,00	86.644,38	59,2%	74.431,77	50,8%	74.431,77	50,8%
14224	Reforma do Fórum da comarca de São Joaquim – FRJ	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14267	Prestação de Assistência Judiciária Gratuita	24.091.383,56	-	24.091.383,56	10.516.804,33	43,7%	10.516.804,33	43,7%	10.516.804,33	43,7%
Total Fundo do Reaparelhamento da Justiça		375.937.828,34	8.235.000,00	367.702.828,34	285.748.503,30	77,71%	256.410.197,35	69,73%	256.406.850,78	69,73%
6777	Administração de pessoal ativo e encargos - TJ	1.668.567.351,13	3.539.000,00	1.665.028.351,13	1.606.367.259,80	96,5%	1.606.367.259,80	96,5%	1.606.367.259,80	96,5%
6779	Encargos extrajudiciais com inativos - TJ	690.610,00	-	690.610,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6780	Administração de pessoal inativo e encargos - TJ	35.073.900,00	-	35.073.900,00	33.240.994,72	94,8%	33.240.994,72	94,8%	33.240.994,72	94,8%
6781	Capacitação e aperfeiçoamento - Sidejud	28.150.000,00	-	28.150.000,00	19.460.965,50	69,1%	18.885.614,43	67,1%	18.885.614,43	67,1%
12656	Expansão da estrutura judiciária – SIDEJUD	10.000,00	-	10.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12927	Manutenção predial – SIDEJUD	10.000,00	-	10.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12930	Administração extraquadro e serviços terceirizados – TJ	9.975.084,51	-	9.975.084,51	7.582.145,37	76,0%	7.531.561,87	75,5%	7.531.561,87	75,5%
14029	Desenvolvimento de pessoas - Sidejud	713.887,00	-	713.887,00	213.385,27	29,9%	209.069,53	29,3%	209.069,53	29,3%
14033	Promoção de soluções alternativas de conflitos - Sidejud	221.263,20	-	221.263,20	147.482,48	66,7%	147.011,20	66,4%	147.011,20	66,4%
14037	Estrutura de Controle de Acessos às instalações – SIDEJUD	3.781.000,00	466.000,00	3.315.000,00	1.400.621,15	42,3%	562.236,72	17,0%	562.236,72	17,0%
14039	Proteção do patrimônio público e das pessoas – SIDEJUD	3.138.063,64	-	3.138.063,64	2.594.232,71	82,7%	2.478.212,21	79,0%	2.478.212,21	79,0%
14040	Serviços financeiros e encargos – TJ	720.402,66	-	720.402,66	489.002,30	67,9%	489.002,30	67,9%	489.002,30	67,9%
14041	Serviços financeiros e encargos – SIDEJUD	2.821.096,90	-	2.821.096,90	2.585.438,64	91,6%	2.314.156,57	82,0%	2.314.156,57	82,0%
14044	Suporte à atividade jurisdicional – TJ	31.535.763,00	-	31.535.763,00	23.026.841,06	73,0%	14.166.786,06	44,9%	14.166.786,06	44,9%
14047	Gestão de transportes – SIDEJUD	678.000,00	-	678.000,00	678.000,00	100,0%	678.000,00	100,0%	678.000,00	100,0%
14054	Promoção e preservação da saúde dos colaboradores – TJ	790.683,96	-	790.683,96	685.139,71	86,7%	632.044,86	79,9%	632.044,86	79,9%
14066	Fornecimento de conteúdo bibliográfico – SIDEJUD	2.318.270,00	-	2.318.270,00	919.025,81	39,6%	887.468,48	38,3%	887.468,48	38,3%

14101	Gestão de microinformática – SIDEJUD	20.108.493,31	5.785.544,79	14.322.948,52	3.435.344,23	24,0%	2.923.820,04	20,4%	2.923.820,04	20,4%
14102	Gestão de Sistemas Administrativos – SIDEJUD	5.976.287,00	1.157.617,61	4.818.669,39	3.385.920,67	70,3%	2.536.493,53	52,6%	2.536.493,53	52,6%
14103	Gestão de Sistemas Judiciais – SIDEJUD	10.000,00	-	10.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14104	Gestão das Telecomunicações - Sidejud	30.885.364,00	3.232.516,09	27.652.847,91	21.129.677,84	76,4%	16.493.723,89	59,6%	16.493.723,89	59,6%
14105	Gestão da Infraestrutura de TI - Sidejud	40.206.909,88	13.005.472,32	27.201.437,56	13.910.190,46	51,1%	13.139.900,79	48,3%	13.139.900,79	48,3%
14107	Governança e Gestão de TI - Sidejud	3.311.583,00	1.000.000,00	2.311.583,00	1.482.012,78	64,1%	1.308.919,78	56,6%	1.308.919,78	56,6%
14121	Programas de Comunicação Institucional - Sidejud	975.576,00	-	975.576,00	305.279,41	31,3%	266.427,55	27,3%	266.427,55	27,3%
14122	Administração de pessoal ativo e encargos - Sidejud	17.487.900,00	-	17.487.900,00	12.983.061,15	74,2%	12.983.061,15	74,2%	12.983.061,15	74,2%
14124	Administração extraquadro e serviços terceirizados – SIDEJUD	41.695.604,61	898.136,10	40.797.468,51	27.267.042,07	66,8%	27.112.070,32	66,5%	27.112.070,32	66,5%
14204	Desenvolvimento de Políticas Socioambientais – SIDEJUD	2.030.748,00	359.713,09	1.671.034,91	387.761,09	23,2%	343.130,04	20,5%	343.130,04	20,5%
14206	Segurança da informação – SIDEJUD	13.318.637,00	-	13.318.637,00	12.252.429,58	92,0%	11.815.667,86	88,7%	11.815.667,86	88,7%
Total Tribunal de Justiça		1.965.202.478,80	29.444.000,00	1.935.758.478,80	1.795.929.253,80	92,78%	1.777.512.633,70	91,83%	1.777.512.633,70	91,83%
Total Poder Judiciário		2.341.140.307,14	37.679.000,00	2.303.461.307,14	2.081.677.757,10	90,37%	2.033.922.831,05	88,30%	2.033.919.484,48	88,30%

GESTÃO DE PESSOAS

INFORMAÇÕES SOBRE O QUADRO DE PESSOAL

No presente relatório também são apresentadas informações detalhadas sobre os principais programas e atividades de responsabilidade da Diretoria de Gestão de Pessoas desenvolvidos no decorrer de 2019.

O principal projeto sob a gerência da Diretoria de Gestão de Pessoas diz respeito à folha de pagamento. Em 2019, a estimativa da folha de pagamento, contemplada na Lei Orçamentária Anual, era de R\$ 1.662.229.765,00, correspondente a 12.581 matrículas. Ao final do exercício, o valor efetivamente despendido em folha de pagamento correspondeu a R\$ 1.640.798.878,23, sendo contabilizadas 11.686 matrículas no mês de dezembro de 2019.

Oportuno mencionar que, no valor efetivamente despendido em folha de pagamento ao final do exercício, incluem-se os valores pertinentes a projetos executados ao longo do ano, como provimento de novos cargos, reajustes e estudos sobre alterações remuneratórias.

A propósito, durante o ano de 2019, ocorreram 327 nomeações de servidores para cargos efetivos e 455 para cargos comissionados, totalizando 782 nomeações.

Além disso, houve a concessão de reajuste de 4,94% no vencimento dos servidores, com efeitos a contar de maio. No que se refere aos funcionários terceirizados que laboram no Poder Judiciário, o ano de 2019 encerrou com 1.971 postos contratados, no valor total de R\$ 84.519.904,99. Convém mencionar que o valor estimado na Lei Orçamentária Anual era de R\$ 103.712.307,00.

Do total de postos, 665 estão distribuídos às comarcas e 1.306 à Secretaria do Tribunal de Justiça.

As empresas que atuaram no Poder Judiciário em 2019 prestando serviços de mão de obra terceirizada foram: Brasilrecruta Mão de Obra Eireli – EPP, Intersept Ltda., Intersept Segurança Ltda., Liderança Limpeza e Conservação Ltda., Lince Segurança Eletrônica Ltda., Lince Segurança Patrimonial Ltda., Ipiranga Serviços Terceirizados Eireli – EPP, Master Vigilância Especializada S.S. Ltda., Mobra Serviços de Vigilância Ltda., Planservice Terceirização de Serviços Eireli, Suricate

Serviços Terceirizados Ltda.-EPP, Elleva Climatização EIRELI e Quadrante Soluções Ltda.

Já em relação aos estagiários, o Poder Judiciário catarinense encerrou o exercício de 2019 com 2.618 vagas preenchidas, no valor total desembolsado ao longo do ano de R\$ 34.741.553,61. A estimativa contemplada na Lei Orçamentária Anual era de 3.300 vagas providas, ao custo anual de R\$ 44.591.600,00

No tocante às ações de desenvolvimento de pessoas, cumpre informar que a Diretoria de Gestão de Pessoas é responsável pela elaboração de diagnósticos, trabalhos em grupo e acompanhamento de servidores que apresentam baixo desempenho nas avaliações de desempenho e estágio probatório ou encaminhados pela Corregedoria-Geral da Justiça ou outros setores do Tribunal de Justiça.

Em 2019, foram acompanhados 171 servidores de todo o Estado, conforme demanda proveniente do Programa de Acompanhamento do Desempenho, referente aos semestres 2018.2 e 2019.1.

Foi realizado o Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais com um grupo de servidores da Comarca de Jaraguá do Sul, trabalho iniciado em 2018 e finalizado em 2019 com a realização de mais quatro encontros com o grupo, totalizando assim oito encontros. Também foi realizado o Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais com um grupo de servidores da Comarca de São Bento do Sul, incluindo entrevistas individuais para diagnóstico e a realização de seis encontros com o grupo. Ainda, foram realizados diagnósticos psicossociais nas Comarcas de Balneário Camboriú, Navegantes e Imaruí, demandas estas encaminhadas pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Foram realizadas, outrossim, 15 intervenções in loco em 12 diferentes comarcas e 3 intervenções no Tribunal de Justiça decorrentes do Programa de Acompanhamento do Desempenho dos Servidores.

Em relação ao Programa Bem-Estar no Trabalho, o qual busca a construção de vínculos positivos com o trabalho, além da valorização e motivação dos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina, foram realizadas duas edições em 2019, com a participação de 60 servidores, escolhidos com base em critérios preestabelecidos e divulgados no momento das inscrições.

Cumpre destacar ainda a realização de duas edições do Programa de Preparação para Aposentadoria, com a participação total de 60 servidores. O Programa de Preparação para a Aposentadoria tem como objetivo oportunizar momentos de reflexão, elaboração da transição e concepção de projetos aos servidores que estejam próximos da aposentadoria. Busca-se, assim, oferecer apoio para se pensar a vida após o desligamento do trabalho, quebrar o antigo paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade e fomentar a visão de que esse é o tempo de transformar sonhos em projetos.

Como se observa, foram desenvolvidas diversas atividades e projetos por esta Diretoria, especificamente no tocante ao provimento de cargos vagos (decorrentes de aposentadoria e remoção) e às ações de desenvolvimento de pessoas, com impacto na satisfação dos colaboradores do Poder Judiciário, o que pode ser observado na melhoria dos resultados da pesquisa de satisfação realizada no quarto trimestre de 2019.

MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA

QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL

(Anexo V, Item III, alínea "a") – considerar na Unidade Gestora em que for contabilizada a despesa

Vínculo (39)	Quantidades/Mês (40)											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Agentes Públicos Cíveis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (41)	5739	5719	5717	5747	5799	5797	5777	5796	5792	5793	5823	5820
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público (42)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agentes Públicos Militares Ativos (43)	76	60	58	57	56	55	56	54	54	53	51	52
Membros ativos de Poder ou órgão (44)	523	523	523	523	523	524	524	522	522	521	521	515

Agentes Políticos com Mandato Eletivo (45)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente (46)	1216	1216	1216	1216	1216	1216	1216	1216	1215	1215	1215	1214
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente (47)	955	977	975	1055	1073	1090	1086	1109	1158	1253	1263	1262
Servidores contratados por tempo determinado (48)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estagiários (49)	2872	3102	3267	3404	3501	3550	2837	2859	2860	2811	2829	2618
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras (50)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras (51)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	10	10	10	13	13	13	13	11	9	8	6	6
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	4	4	4	4	4	4	5	5	5	5	5	5
Políciais civis e militares inativos que retornaram como temporários (52)	165	176	175	177	184	182	181	182	184	189	190	194
Conselheiros Tutelares (53)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total:	11560	11787	11945	12196	12369	12431	11695	11754	11799	11848	11903	11686

NOTAS:

(39) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontra. Em caso de acumulação informar ambos cargos.

(40) Quantidade existente no último dia do mês.

(41) Incluir os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos mediante o instituto de disposição. Excluir os cedidos.

(42) Incluir os servidores ativos ocupantes de emprego público, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos à disposição. Excluir os cedidos.

(43) Incluir os policiais militares e os bombeiros militares. Excluir os militares da reserva que retornam como temporários.

(44) Incluir os membros ativos de Poder ou Órgão: Desembargadores e Juizes do Tribunal de Justiça, Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público, Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de Conselheiros, Defensores Públicos, bem como os Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

(45) Incluir os Agentes Políticos em exercício de Mandato Eletivo no ente: Governador, Vice-Governador, Prefeito, Vice-Prefeito, Deputados Estaduais e Vereadores.

(46) Incluir os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente da referida Unidade Gestora.

(47) Incluir os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em Comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o Ente da referida Unidade Gestora).

(48) Incluir os servidores contratados por tempo determinado (Admitido em Caráter Temporário - ACT).

(49) Incluir todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes.

(50) Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja da Unidade Gestora, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pela Unidade Gestora.

(51) Incluir os servidores cedidos para outras Unidades Gestoras cujo ônus permanece com a origem sem ressarcimento da unidade gestora.

(52) Incluir policiais civis e militares da reserva que retornam como temporários.

(53) Incluir a quantidade de Conselheiros Tutelares.

QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL - VALORES (Anexo V, Item III, alínea "a") - Considerar na Unidade Gestora em que for contabilizada a despesa

Vínculo (54)	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês (55)												TOTAL
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	55.102.719,16	54.808.752,49	56.201.093,54	54.329.948,02	56.890.323,10	58.985.315,25	57.148.059,14	65.893.224,09	66.616.728,85	61.227.250,41	108.318.290,88	66.439.586,17	761.961.291,10
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agentes Públicos Militares Ativos	256.044,29	205.964,50	194.234,85	190.865,80	194.363,54	194.967,65	196.653,06	192.274,96	197.471,73	205.504,16	316.669,49	230.849,17	2.575.863,20
Membros ativos de Poder ou órgão	30.147.020,34	27.559.506,63	27.871.247,21	27.477.186,53	28.251.207,74	30.035.401,36	30.132.362,01	32.858.723,48	29.594.845,92	35.542.261,36	57.346.513,62	36.345.140,13	393.161.416,33
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	21.049.431,88	20.803.828,83	20.697.127,13	20.491.534,75	21.460.633,63	21.827.600,82	21.544.155,18	26.833.232,00	26.641.872,27	24.201.604,24	43.418.889,89	25.883.364,91	294.853.275,53
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	8.165.420,85	9.981.377,93	10.231.111,21	10.581.887,83	11.200.714,90	11.274.423,39	11.320.085,61	12.066.423,87	12.477.385,10	13.068.785,90	21.085.858,99	18.412.343,51	149.865.819,09
Servidores contratados por tempo determinado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estagiários	2.977.294,77	2.771.431,66	2.827.086,62	2.888.390,64	2.933.014,06	2.929.713,41	2.921.118,75	2.857.600,44	2.898.247,17	2.919.233,72	2.904.631,71	2.913.790,66	34.741.553,61
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	81.209,54	77.960,18	77.390,37	77.461,14	81.528,89	80.726,13	82.181,21	96.755,33	84.256,29	83.951,58	149.274,63	94.146,60	1.066.841,89
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	187.003,82	188.562,39	199.991,90	205.450,02	205.566,25	195.478,73	206.571,33	211.806,60	206.779,96	245.148,44	268.561,76	251.896,28	2.572.817,48
Conselheiros Tutelares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total:	117.966.144,65	116.397.384,60	118.299.282,82	116.242.724,73	121.217.352,11	125.523.626,74	123.551.186,29	141.010.040,78	138.717.587,28	137.493.739,81	233.808.690,98	150.571.117,44	1.640.798.878,23

NOTAS:

(54) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos.

(55) Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade da Unidade Gestora. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatório integrantes da folha de pagamento, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda, no caso de unidades gestora do Estado, a previdência complementar SC PREV.

DEMONSTRATIVO DE POSTOS DE TRABALHO NA UNIDADE GESTORA POR MEIO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS
(Anexo V, Item III, alínea “b”)

Discriminação dos Postos de Trabalho (por Categorias/Funções) (56)	MÊS/QUANTIDADE												Despesa Liquidada Anual	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
042/2014 - Lince Seg. Patrimonial	8	8	8	8	8									84.519.904,99
080/2014 - Suricate Ser. Terc. Ltda.	6	6	6	6	6	6	6							
106/2014 - Suricate Ser. Terc. Ltda.	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8		
159/2014 - Intersept Ltda.	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33		
046/2015 - Intersept Ltda.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7		
055/2015 - Liderança Ltda.	243	241	241	235	233	232	233	234	233	233	236	236		
081/2015 - Liderança Ltda.	217	217	217	217	217	217	217	217	217	217	217	217		
021/2016 - Lince Seg. Eletrônica	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11		
185/2017 - Brasilrecruta	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3		
035/2018 - Liderança Ltda.	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50		
098/2018 - Mobra Ltda.	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56		
099/2018 - Master Vig. Esp.	275	275	275	275	275	275	276	276	274	274	274	278		
112/2018 - Planservice Terc. Serv.	139	140	140	140	140	140	140	140	140	139	139	142		
116/2018 - Planservice Terc. Serv.	223	209	208	226	226	225	225	225	226	226	234	242		
146/2018 - Brasilrecruta	9	9	9	10	10	10	10	10	10	10	11	11		
167/2018 - Ferrescki Climatizacao	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
013/2019 - Ferrescki Climatizacao					2	2	2	2	2	2	2	2		
015/2019 - Ferrescki Climatizacao					2	2	2	2	2	2	2	2		
053/2019 - Ferrescki Climatizacao					2	2	2	2	2	2	2	2		
059/2019 - Ferrescki Climatizacao					1	1	1	1	1	1	1	1		
061/2019 - Quadrante Soluções					2	2	2	2	2	2	2	2		
062/2019 - Quadrante Soluções					2	2	2	2	2	2	2	2		
088/2019 - Lince Seg. Patrimonial						4	4	4	5	5	5	5		
121/2019 - Ipiranga Serv. Terc.								6	6	6	6	6		
187/2019 - Liderança Ltda.												33		
Total:	1903	1889	1888	1902	1910	1904	1906	1907	1908	1907	1919	1971	84.519.904,99	

NOTAS:

(56) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês. Deve ser informado os postos de trabalho por categoria/função (atividade contratada). Exemplo: recepcionista, digitador, servente, copeira etc. Na Despesa Liquidada Anual preencher o somatório das despesas do exercício de todos os postos, sendo facultativo o preenchimento do valor anual de cada posto.

CONTRATOS E CONVÊNIOS

INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS (Anexo V, Item IV)

Número	Descrição	Credor(a)	CNPJ/CPF	Unidade Gestora	Empenhado 2019	Pago 2019
008/2003	Cessão de uso onerosa	MUNICÍPIO DE MODELO	83.021.832/0001-11	DMP	27.092,85	19.506,85
008/2003	Condomínio - CESSÃO	MUNICÍPIO DE MODELO	83.021.832/0001-11	DMP	2.257,73	0,00
213/2008	Cessão de uso onerosa	MUNICÍPIO DE IPUMIRIM	82.814.575/0001-02	DMP	72.600,00	66.000,00
167/2015	Convênio - SINAPI	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	DEA	4.800,00	4.800,00
237/2016	Convênio Mestrado	FUNDAÇÃO JOSE ARTHUR BOITEUX	83.472.860/0001-55	AJU	1.251.360,00	1.147.080,00
237/2016	Convênio Mestrado	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	83.899.526/0001-82	AJU	73.440,00	67.320,00
091/2018	Cessão de uso onerosa	MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE	83.102.715/0001-82	DMP	66.000,00	55.000,00
187/2018	Anuidade Conselho	CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	05.499.495/0001-69	DGA	0,00	0,00

INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS: (VIDE PORTARIA N.TC-0106/2017 – DOTC-E DE 01/03/2017)

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação; (Vide Portaria N.TC0106/2017 – DOTC-e de 01/03/2017) | b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993. (Vide Portaria N.TC-0106/2017 – DOTC-e de 01/03/2017)

(Anexo V, Item V)

	Liquidado	Obras e serviço de engenharia	Bens	Serviços
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Dispensa de licitação por valor	R\$ 701.094,69	-	R\$ 359.120,06	R\$ 341.974,63
Dispensa de licitação - outras	R\$ 8.708.417,03	-	R\$ 496.445,60	R\$ 8.211.971,43
Inexigibilidade	R\$ 14.255.273,80	-	-	R\$ 14.255.273,80
Pregão Presencial	R\$ 3.021.969,87	-	-	R\$ 3.021.969,87
Pregão Eletrônico	R\$ 70.306.405,08	-	R\$ 13.368.211,54	R\$ 56.938.193,54
Suprimento de Fundos	R\$ 3.974,50	-	-	R\$ 3.974,50
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	R\$ 96.997.134,97	-	R\$ 14.223.777,20	R\$ 82.773.357,77

	Convite	R\$ 190.166,76	R\$ 190.166,76	-	R\$ 190.166,76
	Tomada de Preços	R\$ 5.209.820,09	R\$ 5.209.820,09	-	R\$ 5.209.820,09
	Concorrência	R\$ 8.313.216,49	R\$ 8.313.216,49	-	R\$ 8.313.216,49
	Dispensa de licitação por valor	R\$ 2.110.456,43	R\$ 794.496,94	R\$ 807.831,86	R\$ 1.302.624,57
	Dispensa de licitação - outras	R\$ 44.649.399,78	R\$ 16.575.282,32	R\$ 168.065,20	R\$ 44.481.334,58
	Inexigibilidade	R\$ 9.663.144,46	R\$ 244.377,39	R\$ 67.231,26	R\$ 9.595.913,20
	Pregão Presencial	R\$ 20.098.255,83	R\$ 404.516,72	R\$ 5.082,00	R\$ 20.093.173,83
	Pregão Eletrônico	R\$ 59.851.894,64	R\$ 18.701.806,39	R\$ 16.989.258,49	R\$ 42.862.636,15
	Suprimento de Fundos	R\$ 55.301,80	-	R\$ 20.878,59	R\$ 34.423,21
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA		R\$ 150.141.656,28	R\$ 50.433.683,10	R\$ 18.058.347,40	R\$ 132.083.308,88
	Convite	R\$ 190.166,76	R\$ 190.166,76	-	R\$ 190.166,76
	Tomada de Preços	R\$ 5.209.820,09	R\$ 5.209.820,09	-	R\$ 5.209.820,09
	Concorrência	R\$ 8.313.216,49	R\$ 8.313.216,49	-	R\$ 8.313.216,49
	Dispensa de licitação por valor	R\$ 2.811.551,12	R\$ 794.496,94	R\$ 1.166.951,92	R\$ 1.644.599,20
	Dispensa de licitação - outras	R\$ 53.357.816,81	R\$ 16.575.282,32	R\$ 664.510,80	R\$ 52.693.306,01
	Inexigibilidade	R\$ 23.918.418,26	R\$ 244.377,39	R\$ 67.231,26	R\$ 23.851.187,00
	Pregão Presencial	R\$ 23.120.225,70	R\$ 404.516,72	R\$ 5.082,00	R\$ 23.115.143,70
	Pregão Eletrônico	R\$ 130.158.299,72	R\$ 18.701.806,39	R\$ 30.357.470,03	R\$ 99.800.829,69
	Suprimento de Fundos	R\$ 59.276,30	-	R\$ 20.878,59	R\$ 38.397,71
TOTAL		R\$ 247.138.791,25	R\$ 50.433.683,10	R\$ 32.282.124,60	R\$ 214.856.666,65

As publicações oficiais das licitações e contratos são veiculadas no Diário de Justiça Eletrônico.

MODERNIZAÇÃO

NOVAS UNIDADES JUDICIAIS

O Tribunal de Justiça implantou, após criteriosos estudos, novas unidades jurisdicionais de primeiro grau: Vara Criminal da Região Metropolitana da Capital, Vara do Tribunal do Júri de Joinville, 2ª Vara de Jaguaruna, Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Itajaí, Juizado Especial Cível e Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Balneário Piçarras (Penha) e Unidade Regional de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais da Capital. Também transformou unidades: Unidade Regional de Execuções Fiscais da Região de Chapecó e Varas Regionais de Direito Bancário.

Além disso, reestruturou as turmas recursais, de forma que os membros das novas 1ª, 2ª e 3ª Turmas de Recursos, com competência territorial sobre todo o Estado, atuem nessas unidades com dedicação exclusiva.

ESTUDO DA JURISDIÇÃO

A partir de estudo analítico sobre acúmulo de processos em varas fazendárias no Estado, definiu-se pela viabilidade da criação de uma unidade multirregional, ocupada por quatro magistrados, destinada a processar e julgar execuções fiscais estaduais e municipais mediante a adoção de práticas voltadas à eficiência e à velocidade do trâmite.

Além da racionalização de procedimentos, a proposição, regulamentada pela **Resolução TJ n. 12/2019**, desonerará de um soberbo volume de demandas as Comarcas de Araquari, Araranguá, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Biguaçu, Blumenau, Braço do Norte, Brusque, Camboriú, Criciúma, Gaspar, Guarimirim, Imbituba, Indaial, Itajaí, Itapema, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Navegantes, Palhoça, Porto Belo, Rio Negrinho, São Francisco do Sul, São José, Tijucas, Timbó e Urussanga.

TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES

O Poder Judiciário de Santa Catarina é um dos poucos do país a realizar suas compras e contratações de serviços por meio de pregões 100% eletrônicos. Identificou-se que a medida confere não só maior transparência nos processos



Pregões **100% eletrônicos**

Transmissão ao vivo
de todos os processos
licitatórios

licitatórios como também contribui para reduzir custos, ao permitir a participação de licitantes de todo o país.

O TJSC também é o único do país a transmitir ao vivo, pelo canal do *YouTube*, todos os processos licitatórios de tomada de preços, de convite e de concorrência.

JUDICIÁRIO DIGITAL

Implantação do projeto Judiciário Sem Papel (digital), que resultou em significativa e ainda gradativa redução do consumo de papéis, em economia de recursos públicos e na extinção da Gráfica do Judiciário, com remanejamento de servidores.

PROJETO eproc

Projeto de implantação da nova solução para trâmite de processos judiciais, adotando-se o **sistema eproc**, desenvolvido pelo TRF-4. Tal iniciativa foi impulsionada pelos problemas crônicos enfrentados com o programa anterior, motivo de ampla insatisfação dos atores do sistema de justiça. Ademais, foram percebidas inúmeras vantagens na adoção da nova solução, a qual dá suporte ao efetivo processo digital. Além disso, trata-se de software governamental, sem custos de aquisição e manutenção, e desenvolvido de forma cooperada entre os tribunais aderentes ao *eproc*.

As atividades de implantação envolveram a adequação e o desenvolvimento de funcionalidades no novo sistema, bem como a incorporação, por parte das unidades judiciais, de novas práticas oportunizadas pelo contexto renovado. Para sua consecução foram estruturadas 42 frentes de trabalho, envolvendo tanto estudos de aderência e adequação para competências específicas como executivos fiscais, fazendário, juizados especiais, família, crime, execução penal, etc., quanto o desenvolvimento de funcionalidades para custas, mandados, certidões, videoconferência, estatísticas, conciliação e integrações com sistemas internos, como DJE, Jurisprudência, róis da CGJ, e externos, como PGMs, PGE, MP, Receita Federal, etc.

Em outubro de 2019, foi finalizada a implantação do sistema *eproc* para todas as competências, abrangendo as 384 unidades de 1º grau, 8 turmas recursais e 93 gabinetes de 2º grau; para tanto, foram capacitados mais de 17 mil usuários.

Ainda naquele mês, 100% das novas ações passaram a ser distribuídas no *eproc* 1G e 2G, e, na sequência, as unidades



de 1º grau engajaram-se na migração dos processos do sistema antigo para o novo. Em 30.11.2019, eram mais de 374 mil processos no eproc 1G, 7,4 mil no eproc 2G e 6,5 mil migrados.

O planejamento técnico do projeto eproc indica por inovações motivadas pelas entregas das equipes do TJ, bem como aquelas impulsionadas pelo projeto de desenvolvimento cooperado do *eproc-Nacional*, liderado pelo TRF-4, e pela assimilação de boas práticas vivenciadas pelos demais tribunais partícipes do projeto.

Assim, no planejamento das futuras inovações a serem trazidas para o sistema estão soluções para cálculo judicial, precatórios, certidões, gerência de custas finais, ferramentas de inteligência artificial para a classificação de assunto e classes no peticionamento, e a predição de temas repetitivos, integrações com o Sidejud, sistema de Assistência Judiciária Gratuita, evolução de integrações externas com PGM e PGE (executivos fiscais), e sistema do DEAP (execução penal).

Também se vislumbra, apoiada pelas funcionalidades do eproc, a adoção de novas práticas e estruturas organizacionais como contadoria judicial estadualizada, central estadual de processamento de convênios, como Bacenjud, Infojud e Renajud, e fórum virtual de conciliação.

Ressalta-se, contudo, que a adoção do sistema eproc pelo PJSC pode ser influenciada pelos desdobramentos do Processo Administrativo CNJ n. 0000681-09.2014.2.00.0000, no qual o CNJ determinou, por meio de decisão do conselheiro-relator do processo, em 30.10.2019, que o TJSC “se abstenha de praticar qualquer ato no sentido de dar continuidade à adoção do e-Proc e apresente, no prazo de 10 dias, plano de ação para implementação do PJe”.

Porém, no Processo JF/SC n. 5025629-06.2019.4.04.7200, o TJSC, por meio da PGE/SC, obteve liminar, em 4.11.2019, para possibilitar a manutenção do uso do já implantado *sistema eproc*. Posteriormente, em 13.11.2019, nesse processo foi deferido pedido conjunto, da AGU e PGE/SC, de suspensão desse feito e dos efeitos da liminar supra, bem como a suspensão do aludido processo administrativo.

PROJETO SEI



O **Sistema Eletrônico de Informações – SEI** foi escolhido como solução para tramitação de processos administrativos, em substituição ao até então utilizado Sistema de Processo Administrativo – SPA. Trata-se de sistema informatizado, desenvolvido pelo TRF-4, que permite a gestão de processos e documentos eletrônicos, por meio de funcionalidades de produção,

edição, assinatura e trâmite de documentos dentro da própria solução.

Já anunciada pela equipe do TRF-4, a versão 4.0 do Sistema SEI trará novidades, entre as quais se destacam a mudança do leiaute, que passará a ser responsivo em qualquer dispositivo, e a possibilidade de envio de documentos por usuários externos, não necessitando mais envio de e-mails ou uso de pendrive.

Outra funcionalidade a ser utilizada no âmbito do PJSC é o SEI Julgar!, responsável por automatizar e gerenciar os trabalhos de julgamento dos processos administrativos por órgãos colegiados, tornando o trabalho menos manual e mais célere, confiável e transparente. Ainda como encaminhamentos futuros e mapeados no projeto SEI estão o apoio à migração dos processos da CGJ (atualmente no Sistema SAJ) e à migração dos dados dos processos administrativos físicos do Sistema PTC.

BUSINESS INTELLIGENCE (BI)

O Projeto de Business Intelligence – BI avançou de forma significativa ao longo da gestão e teve como principal objetivo suportar o processo de tomada de decisão, notadamente da alta administração. Identificou-se a necessidade constante de informações por parte dos decisores da instituição e de dar mais agilidade e objetividade, possibilitando a análise de contextos complexos e a diminuição de inconsistência nos dados no processo de tomada de decisão. Entre os resultados alcançados destacam-se:

a) análises que subsidiaram decisões estratégicas da gestão, tais como: i) análise das demandas no segundo grau de jurisdição, que apoiou a criação da 7ª Câmara de Direito Civil; ii) análise do desempenho dos juizados especiais e turmas recursais, que apoiou a proposta de reestruturação das turmas recursais; iii) análise de critérios para apoiar a distribuição de cargos no primeiro grau de jurisdição; iv) análise do acervo em tramitação na Divisão de Tramitação Remota de Execuções Fiscais, que apoiou a criação da Unidade Regional de Execuções Fiscais; e v) análise de dados para apoiar o projeto de implantação do sistema eproc;

b) organização de uma base institucional com as principais informações do PJSC, atualizada diariamente, disponibilizando aos usuários: i) movimentação e produtividade processual do primeiro e segundo grau; ii) dados do Justiça em Números do CNJ; iii) indicadores do planejamento estratégico institucional; iv) dados gerais sobre a força de trabalho disponível; e v) dados sobre o planejamento e execução orçamentária;

c) disponibilização de painéis aos gabinetes dos magistrados de segundo e de primeiro grau, e às unidades de negócio estratégicas. No total são mais de 750 usuários

com acesso à plataforma de BI, incluindo a visualização em dispositivos móveis;

d) suporte à alta administração em eventos, visitas institucionais, seminários e correlatos, provendo e apresentando painéis com dados do PJSC;

e) auditoria no Sistema de Depósitos Judiciais – SIDEJUD, indicando possíveis desvios que podem envolver mais de R\$ 2,5 milhões; e

f) aquisição de uma plataforma analítica e de inteligência empresarial para extração, transformação, carga, descoberta, visualização e análise de dados, incluindo treinamento, suporte, consultoria e desenvolvimento.

Nesse contexto, o planejamento do projeto de BI apresenta os seguintes desafios: continuar o apoio ao atendimento das demandas prioritárias da gestão, por meio da criação de painéis, prospecção de cenários e análise dos dados; disponibilizar análises preditivas (tendências) e prescritivas (sugestões de ações), com uso de inteligência artificial e machine learning; acompanhar e analisar periodicamente os principais indicadores institucionais; aprimorar o processo de acompanhamento das metas nacionais e dos indicadores do Justiça em Números do CNJ; e continuar a disseminar o uso da ferramenta entre magistrados e servidores.

DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS

Durante a gestão 2018-2019, o preenchimento de cargos vagos passou a ser realizado de acordo com dados objetivos. Assim, a identificação das carências de pessoal nas comarcas foi realizada utilizando-se da ferramenta *Business Intelligence – BI*. Após a verificação de diversos dados, como o volume de entrada, o acervo e o número de servidores lotados nas áreas de apoio direto e indireto à jurisdição, e considerando-se o atual quadro de servidores do PJSC, concluiu-se pela definição do quadro ideal de servidores para o atendimento das demandas de cada vara, composto de um total de 7 servidores, dos quais 5 lotados em cartório e 2 em gabinete para ocupar o cargo em comissão de assessor de gabinete.

Para preservar o equilíbrio no provimento de cargos foram adotados índices compensatórios, como a possível alocação de servidores na área de apoio indireto à jurisdição. Também foi realizada a revisão das unidades lotacionais da justiça de primeiro grau para viabilizar a padronização e a comparação entre as unidades. Nesse contexto, com base nos referidos parâmetros, no primeiro grau foram providos 151 cargos efetivos em 2018 e 399 cargos efetivos em 2019.

ENTERPRISE RESOURCE PLANNING (ERP)

Trata-se da contratação de solução informatizada para

Gerenciamento Administrativo Integrado – Enterprise Resource Planning – ERP, que suporte as operações fundamentais das diretorias administrativas incluindo aquisições, gestão de pessoal, orçamento e finanças. Uma das principais características da solução deve ser a integração transversal dos processos de trabalho, buscando a eficiência das rotinas, eliminando atividades manuais e retrabalhos, e problemas de troca de dados entre as áreas envolvidas. A solução deve ser capaz de integrar-se com outros sistemas internos e externos, como o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF. Com isso, espera-se melhorar o desempenho dos processos de trabalho, melhorar o fluxo de informações, reduzir os custos operacionais e abreviar o tempo para disponibilizá-las aos gestores, de maneira que se possa aprimorar o processo de apoio à tomada de decisão.

Com a opção pela contratação, a solução deve diminuir a demanda de equipes de tecnologia da informação – TI para sistemas da área-meio, permitindo que esta dedique esforços para os sistemas da área finalística. Espera-se ainda que a solução permita a adequação completa do PJSC aos requisitos do e-Social e do EFD-Reinf.

O projeto termina o ano de 2019 na fase final do processo licitatório. Em novembro de 2019, foi realizada a prova de conceito – POC com a empresa Thema, aprovada ao atender mais de 80% dos requisitos da prova. A expectativa é a de ser formalizada a contratação ainda no exercício de 2019; e a implantação, a iniciar em 2020, deve ser concluída em até 18 meses.

OUTRAS METAS ATINGIDAS

- Adoção de política de análise de situação em atenção a dados objetivos e impessoais dirigida à tomada de decisões em questões como critérios para promoção, medição de produtividade, distribuição de servidores entre comarcas, criação ou transformação de unidades jurisdicionais etc.;
- aprovação do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça;
- aprovação de novo Regimento de Custas (TSJ – Taxa de Serviços Judiciais) e de novo Regimento de Emolumentos;
- aprovação do novo Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça;
- implantação de novo Sistema de Prestação de Contas de Interventores e Interinos, com repasse de maiores valores ao Poder Judiciário;
- total digitalização dos procedimentos disciplinares envolvendo servidores;
- audiências, sustentações orais e comunicação com unidades prisionais por videoconferência;

- realização/finalização de concursos para magistratura e para servidores;
- implantação de sistema automatizado de nomeação e pagamento de honorários a advogados dativos, peritos e intérpretes (Sistema AJG);
- adoção de política interna de desburocratização, que mitigou ou simplificou procedimentos e o encadeamento de atos administrativos;
- aperfeiçoamento da biblioteca digital, com ampliação de acervos e sistemas para consulta;
- criação, no TJSC, de secretaria dedicada a ações penais originárias; e
- criação, no TJSC, da Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A reestruturação promovida pela **Resolução GP n. 20/2019** incorporou ao Núcleo as atribuições exercidas pela extinta Divisão de Artes Gráficas, anteriormente submetida à Diretoria de Infraestrutura – DIE até o encerramento das atividades do parque gráfico do Poder Judiciário. Com a alienação de todos os bens da gráfica do Poder Judiciário, como medida do “Programa Judiciário sem Papel”, a Assessoria de Artes Visuais passou a executar os projetos gráficos privilegiando a comunicação digital, com vistas à redução do material impresso.

A reformulação da Assessoria de Imprensa foi executada por meio de um contrato de prestação de serviços continuados, que previu a contratação de postos de profissionais de jornalismo (Contrato n. 146/2018). Esses profissionais foram distribuídos nas Comarcas de Joinville, Criciúma, Lages, Chapecó e Blumenau, além do Tribunal de Justiça, de modo a facilitar a expansão do assessoramento para o primeiro grau de jurisdição, inclusive para auxiliar no relacionamento entre magistrados e servidores e a imprensa local.

O Núcleo de Comunicação Institucional também coordena as contas do Poder Judiciário nas redes sociais (Twitter, Facebook e Instagram), que foram reativadas no mês de outubro de 2018. Possui autonomia para promover posts diários com conteúdos elaborados e definidos por suas assessorias, mas dentro do planejamento estratégico definido para a comunicação institucional do Poder Judiciário.

Por meio da Portaria **GP n. 2119/2019**, o portal web institucional do Poder Judiciário passou a ser gerido exclusivamente pelo Núcleo — desvincilhando a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI da área de negócio —, e para tanto houve reforço em seu quadro e capacitação para aprimoramento das atividades afins.

Atualmente, o Núcleo é composto de servidores e outros profissionais que viabilizam a cobertura de qualquer evento ocorrido no Estado, bem como para divulgar as ações do Poder Judiciário nos veículos de comunicação de abrangência nacional,

tendo capacidade técnica para a produção de notícias e de matérias jornalísticas, além de vídeos e imagens animadas para as redes sociais.

NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Ante sua função constitucional típica, que engloba definir solução para interesses contrapostos, substituir os cidadãos na satisfação forçada de direitos e aplicar sanções penais, é natural que o Poder Judiciário seja alvo de insatisfação por muitos, e também que nas sedes da instituição e entornos se sobrelevem rixas, riscos de agressão e animosidades entre litigantes. Esse panorama, aliado aos índices de violência crescentes nos últimos anos, levou o Conselho Nacional de Justiça a instituir a Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, que hoje está consolidada na **Resolução CNJ n. 291/2019**.

No Estado de Santa Catarina, do mesmo modo, emergiu a necessidade da tomada de medidas concretas que, ainda sob vigência da Resolução CNJ n. 239/2016, levaram à criação e à estruturação do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional – NIS, órgão instituído pela **Resolução GP n. 10/2018** e vinculado ao Conselho de Segurança Institucional – CSI.

O NIS, desde sua concepção, tem exercido ativamente suas atribuições voltadas a salvaguardar a integridade tanto das pessoas que trabalham no Poder Judiciário quanto do público por ele atendido, além de resguardar o patrimônio público e o de quem frequenta as sedes da instituição. Compete ao NIS, em conjunto com a Casa Militar, prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações que constituam ou possam constituir ameaça à salvaguarda da instituição e de seus integrantes.

De sua criação até meados de novembro de 2019, o NIS já havia realizado 599 procedimentos entre atendimentos a pedidos de apoio e em incidentes de segurança, análises de segurança de instalações físicas, relatórios de inteligência e cursos de autoproteção, além de acompanhar 118 ocorrências havidas em unidades judiciárias do Estado.

Outra iniciativa concreta e abrangente com envolvimento direto do NIS resultou na edição da **Resolução TJ n. 14/2019**, a qual passou a dispor sobre o controle de acesso e circulação em todas as dependências da instituição, medida que, aliada à ampla conscientização dos magistrados, dos servidores e das demais pessoas que frequentam os prédios do Poder Judiciário, tem contribuído para a segurança no dia a dia da atividade jurisdicional.

AÇÕES SOCIAIS NA ÁREA-FIM

Regionalização das audiências de custódia, com total abrangência no território catarinense.

AÇÕES DE CIDADANIA

DESTINAÇÃO DE VALORES A PROJETOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL

Apoio a instituições diversas com recursos de penas pecuniárias e outras ações sociais (aquisição de câmeras individuais para Polícia Militar, de kits para testes preliminares de drogas ilícitas e de aeronave e outros veículos para resgate e salvamento; "Escolta Socioeducativa"; "Inquérito Policial Audiovisual"; Programa Novos Caminhos; repasse de valores a entidades civis etc.);

INDICAÇÃO DO ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL

Nos termos do art. 6º, XIII, da Lei n. 8.666/1993 (Anexo V, Item V, b) Diário de Justiça Eletrônico, disponível no sítio do PJSC, em <http://busca.tjsc.jus.br/dje-consulta/#/main>.

CONTROLE INTERNO – Providências adotadas no período

Recomendações expedidas pelo órgão de controle interno e as providências adotadas no exercício, demonstrando (anexo V, item VI)

Em atendimento à determinação contida na Instrução Normativa TC n. 20, de 31 de agosto de 2015, e, em especial, ao estabelecido no art. 16 do referido dispositivo, a Auditoria

Interna apresenta os resultados dos exames realizados na prestação anual de contas de gestão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJSC e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ, referentes ao exercício financeiro de 2019.

Responsáveis pela gestão 2019	Período inicial	Período final
Des. Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço	01/01/2019	31/12/2019

1. ESCOPO DOS EXAMES

Os trabalhos foram realizados por meio de análises da prestação anual de contas de gestão, de documentos, de informações e de pareceres.

As verificações foram executadas, conforme o tema, em sua totalidade ou por amostragem, de acordo com os seguintes critérios:

- materialidade;
- relevância;
- criticidade;
- risco; e
- planejamento anual.

A Auditoria Interna utilizou para a avaliação as seguintes ferramentas:

- Plano Anual de Auditoria
- Plano de Auditoria de Longo Prazo;
 - comunicação aos gestores sobre irregularidades/ilegalidades constatadas, bem como as devidas recomendações corretivas; e
- informações, pareceres e relatórios.

As ferramentas descritas, juntamente com os papéis de trabalho, constituem os resultados obtidos pela Auditoria Interna e comprovam sua atuação no período avaliado.

A observância e o atendimento às recomendações, oriundas da Auditoria Interna, resultam na eficácia das ações de controles desenvolvidas.

2. DA ANÁLISE

2.1. Funcionamento do Controle Interno (Inciso I, Anexo VII da IN TC n. 20/2015)

Em cumprimento ao disposto no art. 74 da Constituição Federal e no art. 62 da Constituição Estadual, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por meio da Resolução TJ n. 19 de 15 de outubro de 2003, instituiu o Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário de Santa Catarina.

De acordo com o referido dispositivo, a estrutura do sistema é formada pelo Órgão Central, Núcleo Técnico e Unidades Administrativas.

O Órgão Central, representado pelo presidente do Tribunal de Justiça, tem como função a direção do Sistema de Controle Interno.

O Núcleo Técnico, por sua vez, é a unidade vinculada diretamente ao presidente do Tribunal de Justiça, formado pela Auditoria Interna, cabendo-lhe:

I – supervisionar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Judiciário;

II – promover a integração operacional do Sistema de Controle Interno;

III – uniformizar a interpretação dos atos normativos e os procedimentos relativos às atividades do Sistema de Controle Interno;

IV – Integrar o Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário com outros sistemas da Administração Pública Estadual;

V – avaliar os controles internos implantados no Poder Judiciário; os relatórios de Gestão Fiscal; o cumprimento do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;

VI – fiscalizar as receitas do Fundo de Reparelhamento da Justiça e do Sistema Financeiro de “Conta Única de Depósitos sob aviso à Disposição da Justiça”; a aplicação e guarda dos recursos públicos; e a execução de programas e projetos;

VII – acompanhar as metas bimestrais de arrecadação; os limites de gastos com pessoal; as ocorrências funcionais; as disponibilidades de caixa; as execuções orçamentárias; as limitações de empenho; a execução de contratos; os gastos com serviços de terceiros; as receitas da alienação de ativos.

VIII – certificar os dados contábeis a serem divulgados nos relatórios de gestão fiscal;

IX – analisar as prestações de contas mensais e anuais;

XI – assessorar o presidente do Tribunal de Justiça no cumprimento de normas e procedimentos;

XII – auxiliar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional; e

XIII – exercer outras atividades inerentes a sua finalidade.

Compõe, ainda, o Sistema de Controle Interno, as unidades administrativas do Tribunal de Justiça, as quais devem estar sujeitas à orientação e adequação técnicas de controle, coordenadas pelo Núcleo Técnico.

Os servidores integrantes da Auditoria Interna possuem permissão de acesso completa e adequada para acesso aos seguintes sistemas corporativos:

- Sigef;
- Recursos Humanos;
- Diárias;

- Patrimônio;
- Licitações;
- e-Sfinge;
- Sistema de Processo Administrativo;
- Sistema SC Regularidade;
- Sistema de Automação da Justiça; e
- eproc.

A verificação de conformidade com os critérios legais, dos atos e fatos da execução orçamentária, financeira e patrimonial, é realizada pelos controles internos das unidades e também por esta Auditoria Interna, com o objetivo de comprovar que os procedimentos administrativos foram realizados em observância às normas vigentes e aos princípios constitucionais, baseados em documentos hábeis, que demonstrem as operações realizadas.

Nos casos em que são detectadas inconformidades, a situação é comunicada preliminarmente ao gestor para que adote as medidas corretivas necessárias.

Os instrumentos de comunicação utilizados por esta Auditoria são:

- informação;
- parecer;
- comunicação interna;
- relatório.

Esses meios de comunicação objetivam registrar sua atuação sobre os procedimentos e controles internos adotados nas diversas unidades administrativas, fazendo-se as devidas recomendações aos gestores e a comunicação ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno, visando ao constante aprimoramento dos processos analisados, bem como dos controles administrativos adotados. As comunicações internas, em regra, ocorrem de maneira formal, no entanto são também utilizadas interações pessoais nas unidades administrativas.

A Auditoria Interna mantém o acompanhamento das comunicações por meio de controle informatizado, utilizando-se de uma planilha eletrônica.

Quanto à sistematização dos trabalhos, apresenta:

- Plano Anual de Auditoria;
- Plano de Auditoria de Longo Prazo
- Relatório Anual de Atividades;
- propostas para melhoria dos processos e fluxos internos/elaboração de normas internas; rotinas e *checklists*; e
- informações e/ou pareceres.

Em relação às atividades de monitoramento, a Auditoria Interna as efetua periodicamente, a cada auditoria realizada, de acordo com a verificação do cumprimento da recomendação sugerida.

Nesse sentido, objetivando aumentar a eficácia do

monitoramento, tem recomendado aos gestores, quando as irregularidades ou impropriedades não são sanadas de imediato, a elaboração de planos de ação, estabelecendo cronogramas, definições de medidas a serem adotadas, designação de responsáveis pela execução e pela fixação de prazo para implementação das propostas recomendadas.

Já no que diz respeito aos procedimentos de controles adotados, as atividades da Auditoria Interna possuem as seguintes características:

- **detectiva e corretiva**, quando os trabalhos realizados resultaram na correção das falhas apenas nos processos analisados, de maneira isolada; e
- **preventiva**, quando os trabalhos realizados, além da correção das falhas isoladas, proporcionaram melhoria no fluxo dos processos.

2.2. Resumo das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna

A Auditoria Interna atuou no exercício nos seguintes temas:

- licitações e contratos;
- gestão de pessoas;
- gestão patrimonial;
- despesas de custeio;
- receitas do Fundo de Reaparelhamento da Justiça;
- tecnologia da informação;
- orçamento e finanças;
- obras e engenharia; e
- melhoria na documentação de processos de trabalho.

2.2.2. Áreas de atuação e objetos de análise

2.2.2.1. Diretoria de Gestão de Pessoas

- Análise de todos os processos de aposentadoria de servidores, magistrados e extrajudiciais, totalizando 214 processos, dos quais 199 são de servidores, 5 de magistrados e 9 de extrajudiciais.
- Análise de todos os processos de nomeação de servidores e de magistrados, num total de 1.047, sendo 1.020 de servidores e 27 de magistrados.
- Análise de 1 processo de revisão de aposentadoria. Verificação de conformidade em processos de aposentadoria advindos de diligência do TCE.
- Auditoria de conformidade no pagamento do décimo terceiro salário do ano de 2018.
- Auditoria de conformidade sobre os controles de procedimentos relativos ao teletrabalho.
- Monitoramento da auditoria para avaliação dos controles internos da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal (sobrestado em virtude da necessidade de alteração da resolução).

- Acompanhamento mensal da folha de pagamento, demonstrado por meio de relatórios trimestrais de auditoria de conformidade.
- Verificação mensal dos seguintes pontos: a) aplicação de tabelas, alíquotas, percentuais, valores de benefícios; b) processos de liquidação e pagamento da folha; c) situação previdenciária – INSS/GFIP.
- Auditoria operacional na Divisão de Remuneração e Benefícios no tocante às recuperações em folha de pagamento especificamente na rubrica 251.
- Análise de processos de liberação de contingenciamento relativo a férias.
- Parecer de auditoria: Custo do processo de devolução – Comunicação Interna n. 13/2007 – Processo de Devolução de Valores.
- Parecer de auditoria: Exoneração de Servidor – Declaração de Débitos Patrimoniais.

2.2.2.2. Compras, Licitações, Contratos e Gestão de Bens

- Análise dos editais de licitação cujos valores estimados correspondem a uma concorrência.
- Análise de todos os processos administrativos relativos às fiscalizações e aos pagamentos mensais dos contratos de terceirização de serviços com mão de obra continuada.
- Análise dos processos de liberação de verbas trabalhistas contingenciadas com base nas Resoluções CNJ n. 98/2009 e CNJ n. 183/2013.
- Auditoria nos processos licitatórios, dispensa e inexigibilidade de licitação.
- Fiscalização do inventário anual do almoxarifado e patrimônio.
- Controle no envio de informações do módulo de Atos Jurídicos, do sistema e-Sfinge (Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão), para o TCE. Ressalta-se que as competências 2018 e 2019 estão pendentes de remessa em virtude de atraso na implementação de ajustes necessários no sistema de envio de dados por webservice.

2.2.2.3. Obras e Serviços de Engenharia

- Análise de todos os pagamentos de parcelas contratuais e aditivos.
- Análise de todos os aditivos de contrato e alterações de cronograma físico-financeiro.
- Análise de todos os editais de licitação.
- Análise de todos os processos de licitação.
- Fiscalização na obra de reforma global do prédio destinado ao Arquivo Central deste Poder, Contrato n. 82/2015; resposta às manifestações da unidade e encerramento do trabalho.

- Consultoria em diversos aditivos mediante solicitação do diretor-geral administrativo.

2.2.2.4. Contábil, Orçamentária e Financeira

- Análise dos balancetes mensais e dos balanços anuais.
- Análise dos relatórios de gestão fiscal.
- Relatório final da auditoria de verificação dos procedimentos para inscrição em dívida ativa na GECOF-DOF (PAA 2017, Processo n. 39521/2017).
- Acompanhamento da regularidade fiscal do Tribunal de Justiça e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ junto ao Tesouro Nacional, INSS, Receita Federal, Governos Estadual e Municipal e demais órgãos da Administração estadual.
- Análise de todos os processos de prestação de contas de adiantamentos.

2.2.2.5. Auditoria de Sistemas e de Bens de Informática

- Informação final e encerramento da auditoria operacional para avaliação dos Contratos n. 253/2015 e n. 254/2015 – Manutenção evolutiva, preventiva, corretiva e adaptativa de sistemas de tecnologia M/cache (item 7 do PAA 2017).
- Reanálise das novas manifestações da Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI e da Diretoria de Material e Patrimônio – DMP quanto à auditoria realizada para avaliar a execução do Contrato n. 087/2013 (suporte técnico e manutenção corretiva – SAJ).
- Informação de encerramento da ação coordenada de auditoria na área de tecnologia da informação, proposta pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ para avaliar o Sistema de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.
- Auditoria operacional para avaliar o cumprimento do Contrato n. 100/2017 (implementação da central de serviços).
- Auditoria operacional para avaliar o cumprimento do Contrato n. 033/2018 (fábrica de métricas).
- Auditoria operacional para avaliar a política instituída e utilizada pelo Poder Judiciário catarinense em relação ao backup de dados.
- Relatório final da auditoria operacional para avaliação de como está sendo executada a gestão dos contratos que estão sob a responsabilidade da Diretoria de Tecnologia da Informação.
- Informação final e encerramento da auditoria operacional para avaliação do cumprimento das determinações da Resolução CNJ n. 211/2015 no que diz respeito ao nivelamento da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.
- Consultoria no desenvolvimento dos módulos de

envio de dados, via webservice, para o sistema e-Sfinge (Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão), do TCE, bem como os testes de funcionamento.

2.2.2.6. Auditoria Especial – Gabinete da Presidência/CNJ

- Auditoria especial realizada em alvarás judiciais para levantamento de valores depositados à disposição da Justiça em processos judiciais do primeiro grau de jurisdição.
- Auditoria especial realizada em mandados judiciais distribuídos pela Central de Mandados, selecionados do Sistema de Automação da Justiça – Primeiro Grau – SAJ/PG na Comarca da Capital – SC.
- Ação coordenada de auditoria, proposta pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ para avaliar a adequação orçamentária e financeira, a sistemática dos programas, projetos, atividade e sistemas governamentais, a avaliação das metas do plano plurianual, e a execução dos programas, do orçamento e dos resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, com identificação de que forma tais instrumentos de ação de governo têm melhorado os serviços do Poder Judiciário prestados à sociedade.
- Ação coordenada de auditoria proposta pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ para avaliação da gestão documental.

2.2.2.7. Trabalhos Diversos

- Proposta de implantação da documentação formal de processos de trabalho.
- Parecer de auditoria: Reanálise da Auditoria Operacional na Diretoria de Saúde.

2.2.2.8. Auditoria nos recolhimentos do FRJ – Serventias Extrajudiciais

- Reanálise dos processos referente à quitação de valores.
- Fiscalização nas cobranças dos valores destinados ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ.

COMARCA	TIPO (*)	PERÍODO	SERVENTIA	VALOR NOTIFICADO
ANITA GARIBALDI	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	2.619,83
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	2.884,46
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Abdon Batista	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Celso Ramos	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	260,89
ARARANGUÁ	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	0,00
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	3.530,45
	E	jan/2014 a dez/2018	"1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	545,88
	E	jan/2014 a dez/2018	"2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	4.076,40
	E	jan/2014 a dez/2018	"Escrivania de Paz de Balneário Arroio do Silva"	6.473,81
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Maracaja	1.401,21
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz do Distrito de Hercílio Luz	0,00
ASCURRA	P	jan/2014 a dez/2018	"Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis"	1.927,35
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Apiúna	932,41
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Rodeio	7.675,10
	E	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	2.890,20
BALNEÁRIO PIÇARRAS	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	1.248,19
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	19.418,52
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Penha	13.478,08
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	27.960,22
BARRA VELHA	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	0,00
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	1,00
	E	jan/2014 a dez/2018	"Escrivania de Paz de São João do Itaperiú"	2,00
	E	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	15.858,43
BIGUAÇU	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	997,66
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	2.438,47
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Antônio Carlos	9.350,70
	E	jan/2014 a dez/2018	"Escrivania de Paz de Governador Celso Ramos"	A concluir
	E	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	A concluir
BLUMENAU	P	jan/2014 a dez/2018	1º Registro de Imóveis	14.185,91
	P	jan/2014 a dez/2018	"1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	18.228,04
	P	jan/2014 a dez/2018	2º Registro de Imóveis	55.322,94
	P	jan/2014 a dez/2018	2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	10.373,57
	P	jan/2014 a dez/2018	3º Registro de Imóveis	70.988,85
	P	jan/2014 a dez/2018	"3º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	10.006,85
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	1.889,05
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Itoupava	6.017,60

(*) P - Fiscalização presencial / E - Fiscalização eletrônica

CAÇADOR	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	28.341,51
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	83.747,08
	E	jan/2014 a dez/2018	"1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	2.163,54
	E	jan/2014 a dez/2018	"2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	10.206,82
	E	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz de Calmon	4.827,37
	E	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz de Macieira	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz de Rio das Antas	244,64
CAMPO BELO DO SUL	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	543,65
	E	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz de Capão Alto	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz de Cerro Negro	123,61
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos - VITOR STAGI ALMADA	2.726,70
CANOINHAS	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	1.678,69
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	2.443,92
	E	jan/2014 a dez/2018	"1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	12.701,64
	E	jan/2014 a dez/2018	"2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	504,57
	E	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz de Bela Vista do Toldo	948,69
	E	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz de Major Vieira	1.466,30
	E	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz de Três Barras	1.757,23
	E	jan/2014 a dez/2018	"Escritania de Paz do Distrito de Felipe Schmidt"	2.040,03
CAPITAL	P	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz da Barra da Lagoa	1.699,62
	P	jan/2014 a dez/2018	"Escritania de Paz da Lagoa da Conceição"	9.837,33
	P	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz de da Trindade	8.688,82
	P	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz de de Canasvieiras	11.844,99
	P	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz de Rationes	1.050,70
	P	jan/2014 a dez/2018	"Escritania de Paz de Santo Antônio de Lisboa"	2.340,49
	P	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz do Estreito	23.590,95
	E	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz da Cachoeira do Bom Jesus	2.980,73
	E	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz de do Pântano do Sul	370,27
	E	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz de do Ribeirão da Ilha	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	"Escritania de Paz de São João do Rio Vermelho"	3.976,78
	E	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz do Campeche	1.988,47
	E	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz dos Ingleses	1.703,44
CORREIA PINTO	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	913,10
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	6.175,43
	E	jan/2014 a dez/2018	Escritania de Paz de Ponte Alta	143,88
	E	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	3.130,68

CRICIÚMA	P	jan/2015 a dez/2018	1º Registro de Imóveis	21.762,67
	P	jan/2015 a dez/2018	"1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	26.964,76
	P	jan/2015 a dez/2018	2º Registro de Imóveis	0,00
	P	jan/2015 a dez/2018	"2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	6.755,75
	P	jan/2015 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	3.087,67
CUNHA PORÃ	P	jan/2014 a dez/2018	"Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis"	2.169,58
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	6.477,85
	E	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	1.403,32
FORQUILHINHA	P	jan/2014 a dez/2018	"Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis"	1.737,57
	E	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	13.608,32
GUARAMIRIM	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	16.859,13
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	5.690,45
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Massaranduba	493,41
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Schroeder	14.879,91
	E	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	4.360,27
HERVAL D'OESTE	P	jan/2014 a dez/2018	"Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis"	2.455,96
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Erval Velho	432,41
	E	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	2.098,21
IBIRAMA	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	0,00
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	13.249,97
	E	jan/2014 a dez/2018	"1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	3.043,02
	E	jan/2014 a dez/2018	"2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	2.615,44
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de José Boiteux	3.109,95
IPUMIRIM	P	jan/2014 a dez/2018	"Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis"	422,41
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Arabutã	124,26
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Lindoia do Sul	893,88
	E	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	1.523,36
ITÁ	P	jan/2014 a dez/2018	"Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis"	12.356,51
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Paial	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	0,00
ITAIÓPOLIS	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	609,56
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	8.180,56
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz do Distrito de Iraputã	1.125,56
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz do Distrito de Itaió	1.662,99
	E	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	8.186,89

ITUPORANGA	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	2.723,68
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	10.563,32
	E	jan/2014 a dez/2018	"Escrivania de Paz de Chapadão do Lageado"	2.159,96
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Imbuia	428,92
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Leoberto Leal	653,61
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Petrolândia	238,49
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Vidal Ramos	444,07
	E	jan/2014 a dez/2018	"Escrivania de Paz do Distrito de Rio Bonito"	1.946,56
	E	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	4.750,23
LAGES	P	jan/2014 a dez/2018	1º Registro de Imóveis	13.084,90
	P	jan/2014 a dez/2018	"1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	280,95
	P	jan/2014 a dez/2018	2º Registro de Imóveis	0,00
	P	jan/2014 a dez/2018	"2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	6.828,18
	P	jan/2014 a dez/2018	3º Registro de Imóveis	278,71
	P	jan/2014 a dez/2018	"3º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	1.295,07
	P	jan/2014 a dez/2018	4º Registro de Imóveis	40.620,09
	P	jan/2014 a dez/2018	"4º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	14.260,86
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	3.025,60
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Bocaina do Sul	12.719,70
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Painel	3.054,50
	E	jan/2014 a dez/2018	"Escrivania de Paz de São José do Cerrito"	2.236,73
	MAFRA	P	jan/2014 a dez/2018	1º Registro de Imóveis
P		jan/2014 a dez/2018	2º Registro de Imóveis	5.692,03
P		jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	0,00
E		jan/2014 a dez/2018	"1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	2.056,10
E		jan/2014 a dez/2018	"2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	4.723,01
MARAVILHA	P	jan/2014 a dez/2018	"Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis"	2.769,08
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	7.313,34
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Flor do Sertão	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Iraceminha	2.697,55
	E	jan/2014 a dez/2018	"Escrivania de Paz de São Miguel da Boa Vista"	5.323,62
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Tigrinhos	3.364,31
	E	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	13.796,01
MELEIRO	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	5.902,88
	P	"nov/2015 a dez/2018"	Registro de Imóveis	0,00
OTACILIO COSTA	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	0,00
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	6.895,98
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Palmeira	6.138,38
	E	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	4.191,12

PALHOÇA	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	16.628,90
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	5.137,26
	P	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	14.542,06
PORTO BELO	P	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Bombinhas	11.142,23
	P	jan/2014 a dez/2018	"Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis"	4.744,35
	E	jan/2014 a dez/2018	"Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos"	A concluir
PORTO UNIÃO	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	1.442,26
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	9.600,04
	E	jan/2014 a dez/2018	1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	6.805,31
	E	jan/2014 a dez/2018	2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Irineópolis	5.678,70
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Matos Costa	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz do Distrito de Poço Preto	2.376,61
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz do Distrito de Santa Cruz do Timbó	0,00
PRESIDENTE GETÚLIO	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	6.790,13
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Dona Emma	215,04
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Vitor Meirelles	3.854,79
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Witmarsum	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz do Distrito de Mirador	1.450,20
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	939,79
RIO DO CAMPO	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	342,97
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Santa Terezinha	2.628,21
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	1.491,77
RIO DO OESTE	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	2.188,99
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Laurentino	831,26
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	196,04
SANTA CECÍLIA	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	2.892,72
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	5.608,13
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Timbó Grande	7.493,54
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	2.483,46
SÃO JOÃO BATISTA	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	210,42
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	24.615,49
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	7.324,49
SÃO JOSÉ	P	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Barreiros	7.717,71
	P	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Campinas	254,74
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	A concluir
	P	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	22.798,31
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de São Pedro de Alcântara	17.038,92

TAIÓ	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	9.271,04
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	5.322,47
	E	jan/2014 a dez/2018	1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	813,77
	E	jan/2014 a dez/2018	2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	4.199,54
	E	jan/2014 a dez/2018	Escriwania de Paz de Mirim Doce	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escriwania de Paz de Salete	0,00
TANGARÁ	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos – Nelson Luiz Massignani	7.646,73
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis - Neide Maria Menezes	13.224,11
	E	jan/2014 a dez/2018	Escriwania de Paz de Ibiam	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escriwania de Paz de Pinheiro Preto	1.403,84
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	499,38
TROMBUDO CENTRAL	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	0,00
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	27.158,77
	E	jan/2014 a dez/2018	Escriwania de Paz de Agrolândia	94,49
	E	jan/2014 a dez/2018	Escriwania de Paz de Braço do Trombudo	592,63
	E	jan/2014 a dez/2018	Escriwania de Paz de Pouso Redondo	3.398,76
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	0,00
XAXIM	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	1.969,94
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	2.176,72
	E	jan/2014 a dez/2018	Escriwania de Paz de Entre Rios	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escriwania de Paz de Lajeado Grande	1.820,41
	E	jan/2014 a dez/2018	Escriwania de Paz de Marema	16.612,17
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	4.828,68

De acordo com o quadro acima, foram realizadas fiscalizações em 208 serventias, situadas em 40 comarcas, resultando em notificações que somam a quantia de R\$ 1.240.831,16.

2.2.3. Ocorrências relevantes

2.2.3.1. Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP

• Auditoria em Folha de Pagamento

Foram realizadas auditorias nas folhas de pagamento de dezembro de 2018 a setembro 2019, em que foram realizados o acompanhamento e a análise detalhada de cada uma delas, e desta análise foram detectadas algumas inconsistências, que foram repassadas à DGP para correção.

Entre as inconsistências verificadas podem-se destacar as citadas abaixo:

- INSS/GFIP pagamento a maior que o efetivamente recolhido; e
- ausência de informação sobre a GFIP do 13º salário de 2018.

• Auditoria em Processos de Aposentadoria

Durante o ano de 2019 foram realizadas análises

e verificação de conformidade em 214 processos de aposentadoria, e diante da análise verificou-se a falta de alguns documentos ou outras inconsistências, casos que foram devolvidos em diligência para a Diretoria de Gestão de Pessoas para regularização.

Entre as ocorrências encontradas podemos destacar as descritas abaixo:

- falta do comprovante de publicação do ato de aposentadoria;
- ausência do processo de averbação de tempo de serviço;
- não juntada do primeiro comprovante de proventos;
- documentação desatualizada;
- data informada no demonstrativo da composição do tempo de contribuição equivocada;
- data incorreta de ingresso no serviço público;
- demonstrativo da composição do tempo de

- contribuição preenchido de forma equivocada;
- h) demonstrativo da composição do tempo de contribuição não preenchido adequadamente;
- i) nome do servidor, no ato de aposentadoria, está em desacordo com o documento de identidade;
- j) declaração de não acumulação de cargo, constante no requerimento equivocada; e
- k) declaração acerca de bens patrimoniais equivocada.

• Auditoria em Processos de Nomeação

Com relação aos processos acima descritos foram realizadas análises e verificação de conformidade em 1.047 processos, e após essas análises foi possível observar a falta de alguns documentos ou outras inconsistências, casos que foram devolvidos em diligência para a Diretoria de Gestão de Pessoas para regularização:

- a) falta de algumas certidões negativas criminais;
- b) ausência de juntada do comprovante de cancelamento/licenciamento da OAB;
- c) não informação do regime jurídico;
- d) declaração sobre cargo, emprego ou função pública preenchida de forma incorreta;
- e) certidão de quitação eleitoral não juntada aos autos;
- f) nome incorreto no ato de nomeação;
- g) falta da comprovação do envio da declaração de bens para o Sistema de Declaração de Bens e Renda;
- h) ausência do comprovante da publicação do ato no DJE;
- i) documento com os dados do concurso não juntado aos autos;
- j) diploma não entregue;
- k) declaração de grau de parentesco anexada ao processo equivocada;
- l) falta do sobrenome no termo de posse; e
- m) sem inscrição do PIS/PASEP.

2.2.3.2. Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI

• Auditoria para avaliar o contrato cujo objeto é a prestação de serviços de desenho e de implementação de processos de gerenciamentos de serviços baseados na biblioteca ITIL v.3, na Infraestrutura de Tecnologia da Informação do PJSC, bem como de implementação da função da Central de Serviços Compartilhada

Principais achados:

- a) ordem de serviço emitida para a execução do item 4, fase 2, etapas I e II, descreve atividades diversas da previsão contratual, no item referente à especificação dos serviços;
- b) documentos comprobatórios da execução do serviço não foram identificados;
- c) ausência de registro do acompanhamento dos níveis

- mínimos de serviço (ANS) estabelecidos para os serviços de suporte;
- d) ordens de serviço com informações que dificultam a compreensão do valor a ser pago;
- e) ocorrência prevista como passível de aplicação de sanção foi tratada como redução de ANS;
- f) documentos comprobatórios do cumprimento de obrigações acessórias não juntados ao processo de contratação; e
- g) documentos apresentados não correspondem à previsão contratual.

Recomendações à Diretoria de Tecnologia da Informação:

- a) informar se a documentação complementar referente à OS 004/2018 já foi entregue pela empresa;
- b) efetuar o controle dos chamados de suporte técnico e funcional;
- c) rever as disposições referentes a serviços de suporte técnico e funcional, seu controle e apuração de ANS em contratações futuras; e
- d) informar se a documentação referente à qualificação do Consultor ITIL para ministrar treinamento foi apresentada pela empresa.

Recomendações à Diretoria de Material e Patrimônio:

- a) informar se a documentação referente à comprovação da qualificação técnica e ao detalhamento da planilha de formação de preços, foi juntada ao processo de contratação.

• Auditoria para avaliar o contrato cujo objeto é a prestação de serviços de mensuração de software por meio da técnica de análise de pontos de função, para execução no regime de empreitada

Principais achados:

- a) juntada da planilha de contagem elaborada pela fábrica de software, na abertura da ordem de serviço;
- b) documentos entregues pela empresa são divergentes da previsão contratual;
- c) processo de pagamento em que não foi apurado o cumprimento dos níveis mínimos de serviço;
- d) equívoco na contagem de prazos;
- e) critério para pagamento não claramente estabelecido em contrato;
- f) ordens de serviço relacionadas em duplicidade para pagamento;
- g) documentos juntados aos processos de pagamento de maneira desordenada e incompleta; e
- h) documentos comprobatórios do cumprimento de

obrigações acessórias entregues com atraso, sem a aplicação da correspondente sanção.

Recomendações à Diretoria de Tecnologia da Informação:

- a) reavaliar os procedimentos adotados e os documentos encaminhados para realização da contagem, bem como os exigidos da empresa para demonstrar o resultado da contagem;
- b) revisar a cláusula sobre o pagamento, para que, em editais futuros sobre o mesmo objeto, se estabeleça claramente como serão quantificados os pontos de função a serem pagos;
- c) revisar os controles adotados para que não ocorram pagamentos duplicados de ordens de serviço;
- d) efetuar uma revisão dos documentos juntados aos processos a fim de facilitar sua visualização e conferência; e
- e) encaminhar o processo de contratação à DMP para apurar eventual sanção a ser aplicada quando à apresentação dos documentos referentes à comprovação da qualificação técnica.

• Auditoria para avaliar a política de backup da instituição

Principais achados:

- a) rotina detalhada para realização de backup documentada somente no sistema;
- b) registro dos backups realizados é efetuado somente por logs do sistema; e
- c) testes de restauração de dados não são efetuados periodicamente.

Recomendações à Diretoria de Tecnologia da Informação:

- a) verificar se todas as rotinas de backup estão registradas de forma padronizada e acessível;
- b) implementar o registro das evidências de realização de todos os backups e seus resultados, com ênfase aos procedimentos adotados para correção de falhas; e
- c) manter o projeto de implementação dos testes de restauração de dados na relação de prioridades.

2.2.3.3. Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA

Análise das informações prestadas pela DEA acerca do Relatório de Auditoria 506/2016, que trata da fiscalização da obra de reforma global do prédio do Arquivo Central – Contrato n. 82/2015:

Da análise verificou-se que todas as recomendações que estavam a cargo da DEA foram cumpridas, restando somente pendente a utilização de um diário de obra virtual,

que depende de desenvolvimento por parte da Diretoria de Tecnologia da Informação, que foi colocado no portfólio de demandas e classificado após a aplicação dos critérios de priorização promovidos pelo Comitê de Governança de TI – CGovTI.

2.3. Irregularidades que resultaram em danos ou prejuízo (Inciso III do Anexo VII da IN TC n. 20/2015)

No exercício de 2019 não ocorreram irregularidades que resultassem em danos ou prejuízo ao erário nas unidades gestoras do TJ e do FRJ.

2.4. Quantitativo de tomadas de contas especiais instauradas (Inciso IV do Anexo VII da IN TC n. 20/2015)

No exercício de 2019 não houve instauração de tomada de contas especial nas unidades gestoras do TJ e do FRJ.

2.5. Avaliação da Gestão de Recursos Humanos (Inciso VII do Anexo VII da IN TC n. 20/2015)

Visando atender ao disposto no Anexo V, inciso III, da Instrução Normativa TC n. 20/2015, a Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP acostou ao Relatório de Contas de Gestão referente ao exercício 2019 os dados relacionados no QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA – MENSAL e no QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORAL – MENSAL – VALORES, na forma exigida no Anexo V, item III, alínea “a”, da IN TC n. 20/2015.

Os referidos dados compreendem os valores mensais de remuneração e o quantitativo de pessoal, divididos em servidores civis ativos, ocupantes de cargo efetivo/Tribunal de Justiça e Justiça de 1º Grau; militares ativos à disposição do PJSC; membros do PJSC/juízes e desembargadores; servidores, ocupantes de cargo em comissão com vínculo efetivo; estagiários; servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo; e policiais civis e militares que retornaram como temporários.

Realizada a análise dos valores informados pela DGP, constatou-se que os dados demonstrados nos quadros antes mencionados atenderam ao formato de apresentação exigido pelo Tribunal de Contas do Estado e que os quantitativos das folhas de pagamento calculadas – matrículas calculadas e valores correspondentes – foram apresentados sem divergências com as informações constantes no Sistema de Histórico Funcional – SHF e no Sistema FOLHA, ambos da Diretoria de Gestão de Pessoas.

No que tange especificamente ao disposto no inciso VII do Anexo VII da mencionada Instrução Normativa, a qual prescreve uma avaliação da gestão de recursos humanos do Tribunal de Justiça pelo setor de Auditoria Interna, cabe destacar que em 2019 essa Auditoria realizou o acompanhamento dos trabalhos da Divisão de Remuneração e Benefícios, da Diretoria de Gestão de Pessoas, em todos os meses, desde a abertura até o fechamento das folhas, conforme previsto no Programa Anual de Auditoria 2019, aprovado pelo desembargador presidente e publicado no site oficial do Tribunal de Justiça.

Destaca-se que as atividades mensais acima mencionadas compreenderam principalmente os seguintes pontos:

- observação quanto às regras e dados estabelecidos pela legislação no que diz respeito à correta aplicação de tabelas de remuneração do quadro de pessoal e quanto às alíquotas e valores referentes aos dados governamentais, benefícios legais e recolhimentos previdenciários ao IPREV;
- verificação se os pagamentos das remunerações e os descontos consignados de servidores e magistrados, bem como os recolhimentos legais referentes às obrigações previdenciárias e tributárias, destacados nos relatórios contábeis da folha de pagamento, foram realizados pela Diretoria de Orçamento e Finanças segundo os termos da Lei n. 4.320/1964, com base nos relatórios contábeis emitidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas; e
- se os procedimentos de desconto e recolhimento do INSS na folha de pagamento dos servidores exclusivamente comissionados e a correspondente informação à Previdência Social por meio da GFIP foram realizados segundo as exigências legais e devidos procedimentos devidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas e pela Diretoria de Orçamento e Finanças.

Especificamente sobre os valores gerados em 2019, a folha de pagamento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, normais e suplementares, apresentou os resultados que abaixo seguem.

FOLHA DE PAGAMENTO - 1º QUADRIMESTRE DE 2019									
Quadro de Pessoal	jan/19		fev/19		mar/19		abr/19		Valor Total 1º Quadrimestre (R\$)
	Valor (R\$)	Qtde							
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	55.102.719,16	5.739	54.808.752,49	5.719	56.201.093,54	5.717	54.329.948,02	5.747	220.442.513,20
Agentes Públicos Militares Ativos	256.044,29	76	205.964,50	60	194.234,85	58	190.865,80	57	847.109,44
Membros ativos de Poder ou órgão	30.147.020,34	523	27.559.506,63	523	27.871.247,21	523	27.477.186,53	523	113.054.960,71
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	21.049.431,88	1.216	20.803.828,83	1.216	20.697.127,13	1.216	20.491.534,75	1.216	83.041.922,58
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	8.165.420,85	955	9.981.377,93	977	10.231.111,21	975	10.581.887,83	1.055	38.959.797,82
Estagiários	2.977.294,77	2.872	2.771.431,66	3.102	2.827.086,62	3.267	2.888.390,64	3.404	11.464.203,69
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	81.209,54	10	77.960,18	10	77.390,37	10	77.461,14	13	314.021,23
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	-	4	-	4	-	4	-	4	-
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	187.003,82	165	188.562,39	176	199.991,90	175	205.450,02	177	781.008,13
Total mensal	117.966.144,65	11.560	116.397.384,60	11.787	118.299.282,82	11.945	116.242.724,73	12.196	468.905.536,80

Fonte: Relatórios Contábeis da Folha de Pagamento – janeiro a abril/2019 – sistema FOLHA da Diretoria de Gestão de Pessoas

FOLHA DE PAGAMENTO - 2º QUADRIMESTRE DE 2019									
Quadro de Pessoal	mai/19		jun/19		jul/19		ago/19		Valor Total 2º Quadrimestre (R\$)
	Valor (R\$)	Qtde							
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	56.890.323,10	5.799	58.985.315,25	5.797	57.148.059,14	5.777	65.893.224,09	5.796	238.916.921,58
Agentes Públicos Militares Ativos	194.363,54	56	194.967,65	55	196.653,06	56	192.274,96	54	778.259,21
Membros ativos de Poder ou órgão	28.251.207,74	523	30.035.401,36	524	30.132.362,01	524	32.858.723,48	522	121.277.694,60
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	21.460.633,63	1.216	21.827.600,82	1.216	21.544.155,18	1.216	26.833.232,00	1.216	91.665.621,63
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	11.200.714,90	1.073	11.274.423,39	1.090	11.320.085,61	1.086	12.066.423,87	1.109	45.861.647,77
Estagiários	2.933.014,06	3.501	2.929.713,41	3.550	2.921.118,75	2.837	2.857.600,44	2.859	11.641.446,66
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	81.528,89	13	80.726,13		82.181,21	13	96.755,33	11	341.191,56
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	-	4	-	4	-	5	-	5	-
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	205.566,25	184	195.478,73	182	206.571,33	181	211.806,60	182	819.422,91
Total mensal	121.217.352,11	12.369	125.523.626,74	12.418	123.551.186,29	11.695	141.010.040,78	11.754	511.302.205,92

Fonte: Relatórios Contábeis da Folha de Pagamento – maio a agosto/2019 – sistema FOLHA da Diretoria de Gestão de Pessoas

FOLHA DE PAGAMENTO - 3º QUADRIMESTRE DE 2019									
Quadro de Pessoal	set/19		out/19		nov/19		dez/19		Valor Total 3º Quadrimestre (R\$)
	Valor (R\$)	Qtde							
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	66.616.728,85	5.792	61.227.250,41	5.793	108.318.290,88	5.823	66.439.586,17	5.820	302.601.856,31
Agentes Públicos Militares Ativos	197.471,73	54	205.504,16	53	316.669,49	51	230.849,17	52	950.494,55
Membros ativos de Poder ou órgão	29.594.845,92	522	35.542.261,36	521	57.346.513,62	521	36.345.140,13	515	158.828.761,03
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	26.641.872,27	1.215	24.201.604,24	1.215	43.418.889,89	1.215	25.883.364,91	1.214	120.145.731,31
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	12.477.385,10	1.158	13.068.785,90	1.253	21.085.858,99	1.263	18.412.343,51	1.262	65.044.373,50
Estagiários	2.898.247,17	2.860	2.919.233,72	2.811	2.904.631,71	2.829	2.913.790,66	2.618	11.635.903,26
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	84.256,29	9	83.951,58	8	149.274,63	6	94.146,60	6	411.629,11
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	-	5	-	5	-	5	-	5	-
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	206.779,96	184	245.148,44	189	268.561,76	190	251.896,28	194	972.386,44
--	138.717.587,28	11.799	137.493.739,81	11.848	233.808.690,98	11.903	150.571.117,44	11.686	660.591.135,51

Fonte: Relatórios Contábeis da Folha de Pagamento – setembro a dezembro/2019 – sistema FOLHA da Diretoria de Gestão de Pessoas

FOLHA DE PAGAMENTO - TOTAL GERAL DO EXERCÍCIO 2019	
SUBTOTAL 1 - FOLHA DE PAGAMENTO -1º QUADRIMESTRE 2019:	468.905.536,80
SUBTOTAL 2 - FOLHA DE PAGAMENTO -2º QUADRIMESTRE 2019:	511.302.205,92
SUBTOTAL 3 - FOLHA DE PAGAMENTO -3º QUADRIMESTRE 2019:	660.591.135,51
TOTAL GERAL:	1.640.798.878,23

Conforme se observa nos quadros acima, os quais contêm o quantitativo de servidores e o total das despesas com a remuneração, por vínculo de servidores e magistrados, em dezembro/2019, os servidores civis ativos ocupantes de cargo efetivo/Tribunal de Justiça e Justiça de 1º Grau, que totalizaram 5.820 matrículas, constituíram o maior contingente do quadro de pessoal remunerado, equivalente a 49,80% da força de trabalho do Poder Judiciário de Santa Catarina. Em função disso, estes também representaram a maior cota de participação na remuneração do quadro de pessoal, correspondente ao montante de R\$ 66.439.586,17, representando, assim, 44,12% do total da folha de pagamento normal de dezembro/2019.

No que diz respeito ao quantitativo de pessoal, considerando as movimentações funcionais referentes aos desligamentos definitivos e ingressos, em janeiro/2019 a folha de pagamento apresentou o total de 11.560 matrículas calculadas; já em dezembro/2019, esse quantitativo correspondeu a 11.686 matrículas, o que, em termos percentuais, representou variação de 1,09%. Contudo, durante todo o período considerado, a média na folha de pagamento girou em torno de 11.914 matrículas ativas.

Em relação às alterações ocorridas ao longo do exercício, observa-se que decorreram da implementação do reajuste da remuneração dos servidores, originado da recomposição da tabela de vencimentos instituída pela Lei Complementar n. 90/1993, aplicado em junho/2019, referente à data-base de maio/2019, correspondente a 4,94%, conforme a Resolução TJ n. 4 de 15 de maio de 2019, a qual determinou a alteração do piso salarial dos servidores de R\$ 1.688,39 para R\$ 1.771,79.

Além dos acréscimos relativos ao reajuste acima referido, os valores da folha de pagamento ao longo do exercício em análise sofreram alterações também devido às movimentações funcionais decorrentes de promoções de servidores e magistrados e de adicionais por tempo de serviço, contudo todas segundo os critérios estabelecidos pela legislação vigente.

Diante disso, conclui-se que as folhas de pagamento do quadro de pessoal remunerado o Tribunal de Justiça de Santa Catarina durante o exercício de 2019 foram elaboradas em conformidade com os preceitos legais vigentes, tanto no que diz respeito aos cálculos realizados e controles observados, quanto no que concerne à aplicação dos dados governamentais necessários à regularidade dos benefícios e obrigações previdenciárias e fiscais.

2.6. Avaliação do cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado no exercício (Inciso VIII do Anexo VII da IN TC n. 20/2015)

Do exame dos processos oriundos do Tribunal de Contas, verifica-se que foram tomadas as providências cabíveis para atender às determinações/recomendações dentro do prazo estipulado.

2.7. Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle (Inciso IX do Anexo VII da IN TC n. 20/2015)

Não se aplica ao Poder Judiciário.

2.8. Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência (Inciso X do Anexo VII da IN TC n. 20/2015)

Não ocorreram fatos relacionados a esse item.

2.9. Avaliação da Conformidade dos registros dos sistemas operacionais com os dados do e-Sfinge (Inciso XI do Anexo VII da IN TC n. 20/2015)

O módulo de execução orçamentária é validado pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno/SEF-SC, que é o responsável pelo envio das informações ao Tribunal de Contas desde 2013.

Nas informações do módulo de Atos de Pessoal foram enviados os dados das competências de 2017, 2018 e 2019 (até o mês de outubro). Já no que diz respeito ao módulo de Atos Jurídicos, competências de 2018 e 2019, estão pendentes de remessa em virtude de atraso na implementação necessária ao envio de dados por webservice.

2.10. Regularidade Fiscal

Durante o exercício de 2019, não houve nenhum caso em que foram verificadas pendências junto ao SC Regularidade.

Em consulta ao SC Regularidade, na data da emissão deste relatório, não foram constatadas pendências das unidades do TJ e do FRJ.

2.11. Gestão Patrimonial

2.11.1 Inventário do Estoque existente no Almoxarifado do Poder Judiciário

Foi designada comissão para a realização do inventário do estoque no almoxarifado objetivando a conferência física e a confirmação do saldo existente por meio da Portaria GP n. 2267/2019, publicada no DJe em 14.10.2019.

Na conclusão dos trabalhos do inventário dos bens de consumo e permanentes existentes no Almoxarifado do Poder Judiciário, não foram constatadas irregularidades, sendo então emitida a declaração de regularidade do inventário sem ressalva, assinada pela Comissão de Inventário e pelos diretores de Material e Patrimônio e Geral Administrativo.

2.11.2 Inventário de Bens Móveis Permanentes do Poder Judiciário

Foi realizado inventário físico dos bens móveis permanentes do Poder Judiciário objetivando a conferência física e a confirmação do saldo existente no patrimônio, e não foram constatadas irregularidades.

2.11.3. Adiantamentos

Os processos de adiantamento de recursos são analisados por esta Auditoria Interna em atendimento ao disposto no art. 48 da Instrução Normativa TC n. 14/2012.

Da concessão de recursos públicos, a título de adiantamento em 2019, foram analisados 190 processos, e todos foram considerados regulares.

3. CONCLUSÃO

Em conformidade com o Anexo VII da IN TC n. 20/2015, foram analisadas a legitimidade e a legalidade dos atos de gestão da autoridade administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.